

POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

DUAS EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DO PORTO

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Sob orientação do Professor catedrático José António Bandeirinha e da Arquiteta
Carolina Coelho
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra
Departamento de Arquitetura



JÉSSICA GOMES BARRETO
Julho de 2017

Agradeço ao Engenheiro José António Ferreira e à Arquiteta Joana Restivo, membros da Domus Social, pela disponibilidade e abertura em auxiliar-me no processo de investigação para a presente Dissertação de Mestrado. Pela entrevista, extremamente útil para o desenvolvimento do trabalho, bem como por todos os documentos que me disponibilizaram ou informaram onde encontrar.

Aos meus orientadores,

à Professora Carolina Coelho pelo apoio, pela disponibilidade e rigor com que orientou este trabalho,

ao Professor José António Bandeirinha pela disponibilidade com que acompanhou as diferentes fases do mesmo e pelo auxílio no contacto com o Engenheiro José António Ferreira.

Ao Professor Bruno Gil pelo apoio e pelas sugestões que ajudaram a orientar o desenvolvimento da presente Dissertação.

À minha família,

em especial à minha mãe pelo incentivo e apoio permanentes.

Ao João por me ter acompanhado aos bairros e principalmente pelo apoio e paciência.

Aos meus Amigos,

em especial à Daniela e à Maria pela companhia, amizade e apoio.

A presente Dissertação segue o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 e as normas da APA para a referência bibliográfica.

SUMÁRIO

Resumo Palavras-chave	7
Abstract Keywords	9
Introdução	11
Abreviaturas	23
I. Enquadramento teórico	27
1.1. O conceito de habitação de interesse social	29
1.2. O conceito de políticas sociais de habitação	33
II. Políticas sociais de habitação no município do porto. Contextualização histórica.	37
2.1. A construção de habitação nova	39
2.2. A reabilitação do edificado	55
III. políticas sociais de habitação no município do porto. O impacto da sua implementação.	71
3.1. O crescimento periférico da cidade	73
3.2. A revitalização da cidade	103
IV. Duas experiências de habitação de interesse social	119
4.1. Bairro de s. João de deus - a perspetiva de novos horizontes	121
4.2. Bairro do aleixo - o questionamento do futuro	139
Considerações finais - uma aprendizagem para o futuro	159
Referências bibliográficas	165
Créditos de imagens	203

RESUMO

As políticas sociais de habitação têm sofrido grandes alterações ao longo da história da habitação de interesse social procurando responder às necessidades da população carente. Têm-se perspectivando de diferente modo na cidade, marcando momentos de essencial relevância que terão contribuído para a atual situação da habitação de interesse social.

O objetivo desta Dissertação de Mestrado é identificar as principais políticas sociais de habitação implementadas no município do Porto, desde o início da história da habitação de interesse social até à atualidade, e perceber o impacto que tiveram na cidade ao longo dos anos e o modo como se refletem na contemporaneidade.

O bairro de S. João de Deus e o bairro do Aleixo são apresentados neste trabalho enquanto exemplos práticos da implementação das políticas sociais de habitação no município do Porto. O bairro de S. João de Deus, um dos primeiros bairros a ser construído no município, é analisado enquanto exemplo da implementação de várias políticas sociais de habitação desde 1940 até à atualidade. O bairro do Aleixo é analisado enquanto exemplo da recente implementação de políticas sociais de habitação que colocaram o seu futuro em questão. Com a análise destas duas experiências no município do Porto procura-se refletir sobre as soluções que se encontravam para a resolução das problemáticas da habitação de interesse social ao longo da sua história, e em especial na atualidade, e o modo como essas soluções se perspectivam na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Políticas sociais de habitação | Habitação de interesse social | Município do Porto

ABSTRACT

The social housing policies have experienced many changes throughout the history of social housing while trying to fill the needs of the population with smaller financial resources. These have been noticed in many ways in the city, marking essential moments that have contributed for the current situation of social housing in Portugal.

The purpose of this Master Dissertation is to identify the main social housing policies implemented in the municipality of Porto, since the beginning of the history of social housing until the present time, and realize the impact in the city over the years and the way they are present in contemporary times.

The neighborhood of S. João de Deus and the neighborhood of Aleixo are presented in this work as practical examples of the implementation of social housing policies in the municipality of Porto. The neighborhood of S. João de Deus, one of the first neighborhoods built in the municipality, is analysed as an example of the implementation of many social housing policies from 1940 to the present day. The neighborhood of Aleixo is analysed as an example of the recent implementation of social housing policies that put its future in an uncertain position. With the analysis of these two experiences in the municipality of Porto we try to reflect about the solutions found by the municipality for the resolution of problems of social housing throughout their history and in the current time, and how these solutions are being reflected in contemporary times.

KEYWORDS:

Social housing policies | Social housing | Municipality of Porto

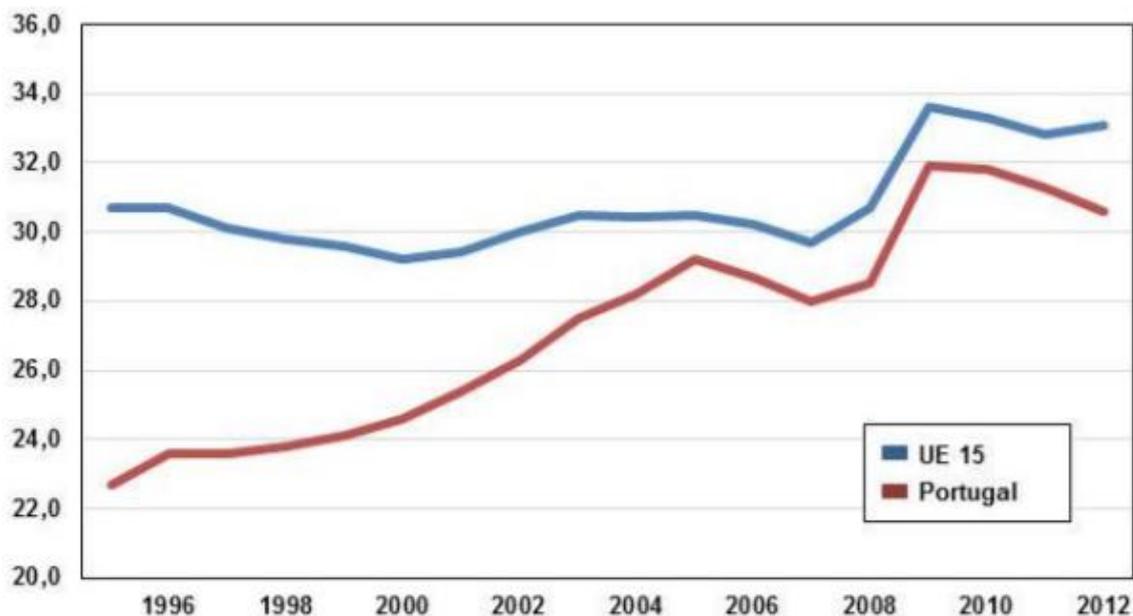


Figura 1. Evolução da despesa social em percentagem do PIB entre 1995 e 2012. (Fonte: Santos, Teles e Serra, 2014, p. 23)

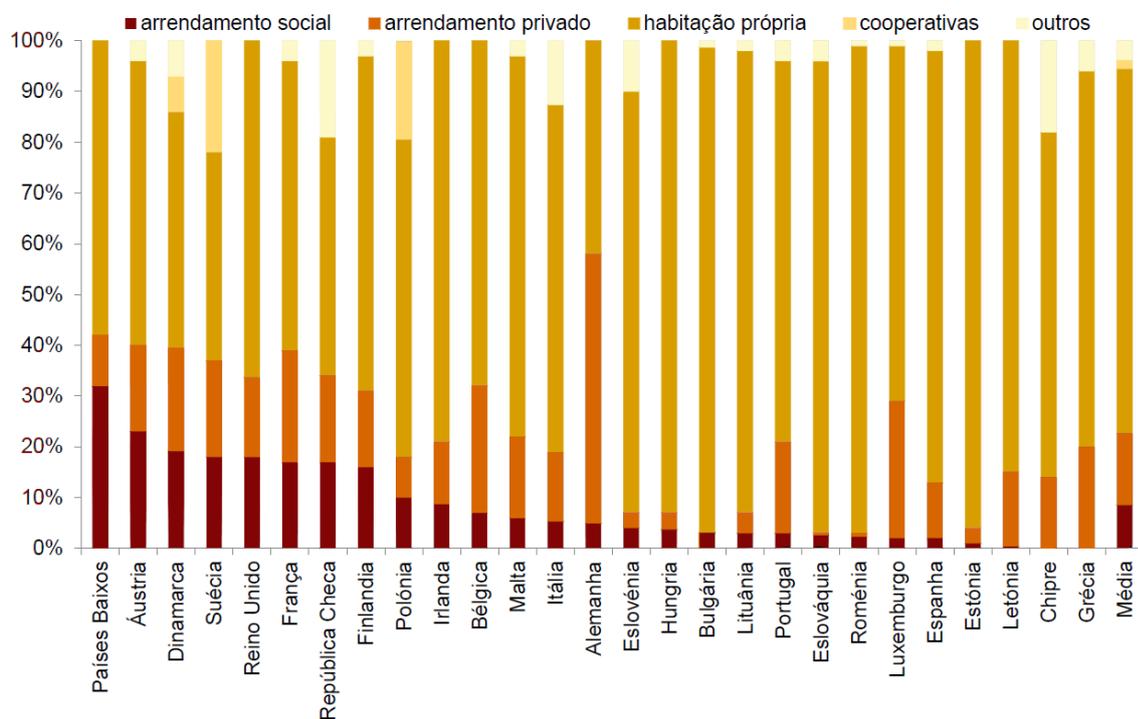


Figura 2. Regime de ocupação, em percentagem, do parque habitacional total dos Estados Membros da União Europeia em 2010. (Fonte: Adaptado de Restivo, 2014, p. 33)

INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente uma crise da habitação de interesse social associada ao crescente desinvestimento no setor, que se encontra em queda desde 1980 (Pittini, Ghekiere, Dijol, Kiss, 2015, p. 76), altura em que houve um grande investimento na habitação em Portugal. Entretanto pouco mais se fez.

A crise financeira instalou-se e mantém-se há já vários anos. Perante tal situação o nosso país deixou de empregar capitais na habitação de interesse social ao contrário de outros, como a Dinamarca, a Áustria ou a França, que viram no investimento em habitação de interesse social parte de uma solução para o problema. (Fig. 1)

A despesa em habitação de interesse social representa um baixo risco em termos de retorno financeiro e contribui para o desenvolvimento económico nacional, regional e local de um país, reduzindo as desigualdades sociais. (Pittini et al, 2015, p. 104) Influencia a estabilidade macroeconómica, o bem-estar social, a saúde pública e a mobilidade de força do trabalho. (LNEC, Vol. 1, p. 3) Assim, o mercado da habitação representa um pilar fundamental da economia. Prova disso é a crise financeira que vivemos atualmente, que em parte foi desencadeada pela crise imobiliária dos Estados Unidos da América. (Guerra, 2011, p. 42)

Na Holanda 32% do total da habitação existente é de interesse social; na Áustria 23%; na Dinamarca 19%; no Reino Unido 18%; na França 17%; e na Finlândia 14%. Em Portugal apenas 3% do total de habitação é de interesse social. (Rosenfeld, 2015, pp. 41-42) (Fig. 2) No entanto, existem numerosas famílias em situação de habitação precária, ou mesmo sem habitação, que continuam em listas de espera para conseguirem uma habitação de interesse social há vários anos.

Vivemos hoje uma crise da habitação de interesse social deixada pelo legado político. Considera-se portanto essencial a análise desta herança para que não se repitam os erros do passado e para que no futuro a população

carenciada tenha direito a uma habitação condigna - um direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

Algumas investigações sobre a história das políticas sociais de habitação têm sido realizadas, no entanto são escassas as reflexões sobre a atualidade e no âmbito da disciplina de Arquitetura. A presente Dissertação procura colmatar essa lacuna através da análise das políticas sociais de habitação implementadas no município do Porto e o impacto da sua implementação na cidade, ao nível da habitação, procurando perceber o modo como a sua história influencia a atualidade.

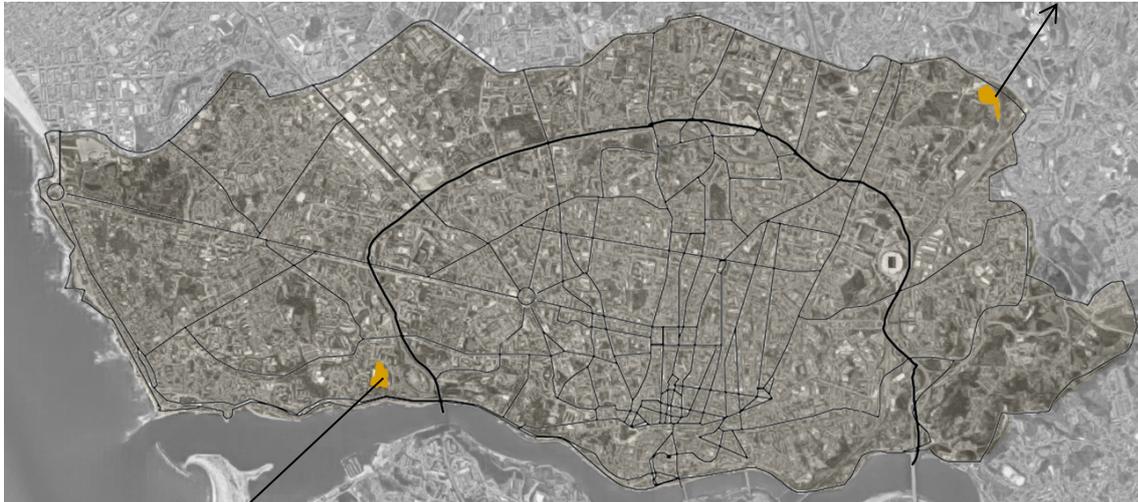
O Porto, sendo um dos municípios com o mais elevado nível de industrialização e urbanização do país, é dos que mais investe no setor da habitação de interesse social desde o surgimento das políticas sociais de habitação em Portugal e especialmente na atualidade. Foi pioneiro na provisão de habitação para as populações mais solventes do país, tendo iniciado a sua história há mais de um século: (Domus Social, 2013, p. 8)

“A cidade do Porto assume um papel pioneiro na história da Habitação de Interesse Social em Portugal, tendo sido, até aos dias de hoje, palco de uma iniciativa de grande relevo nos diversos períodos que pontuaram a sua promoção.”

(Pedrosa, 2010, p. 69)

Atualmente o município do Porto é detentor de 12 617 fogos de habitação de interesse social (Domus Social, 2016a) onde residem perto de 30 000 pessoas em situação de carência habitacional. Valor que corresponde a cerca de 15% do total de alojamentos familiares de residência habitual do município. (Domus Social, 2013, p. 4) É ainda o concelho do país com a mais elevada proporção de habitações de carácter social, sendo proprietário de cerca de cinco vezes mais fogos do que a média nacional. (Queirós, 2015, pp. 13-14) Sendo que a maioria do parque habitacional de interesse social foi

Bairro de S. João de Deus



Bairro do Aleixo



Figura 3. Planta de localização do bairro de S. João de Deus e do bairro do Aleixo.
(Fonte: Elaboração própria a partir de imagem do Google Maps)



Figura 4. Construção de habitação de interesse social nova e requalificação da existente no bairro de S. João de Deus, 2017.
(Fonte: Fotografia da autora)



Figura 5. Demolição do bairro do Aleixo, 2011.
(Fonte: Pimenta, 2011)

construído no decorrer do século passado e que o município do Porto é detentor da maior parcela do país, pode-se concluir que terá sido o município que mais investiu na provisão de habitação para as populações mais carenciadas ao longo da história da habitação de interesse social portuguesa. Os municípios são atualmente os responsáveis por executar as políticas locais de habitação. Assim, considerou-se pertinente o estudo de obras localizadas numa só municipalidade. Sendo o Porto dos municípios que mais investe neste setor, desde o início da história da habitação de interesse social e atualmente, considerou-se pertinente a sua seleção como caso de estudo.

Procurando analisar mais detalhadamente o modo como se perspetivam as políticas sociais de habitação na prática, destacam-se duas experiências de habitação de interesse social no município do Porto: o bairro de S. João de Deus e o bairro do Aleixo. (Fig. 3) O estudo destes dois bairros permitirá refletir sobre a evolução local das políticas sociais de habitação, desde 1942, e sobre o modo como influenciam a atualidade e o futuro destes dois bairros. Consideram-se ilustrativos de questões como a construção de habitação de interesse social nova, a reabilitação do edificado, (Fig. 4) a demolição do edificado (Fig. 5) e a segregação social e espacial, questões representativas das políticas sociais de habitação implementadas ao longo das duas gerações de políticas destacadas na presente Dissertação.

Pretende-se com este estudo perceber o modo como se perspetivam atualmente as políticas sociais de habitação implementadas ao longo da história da habitação de interesse social no município do Porto.

Não podemos pensar na contemporaneidade sem conhecer os seus antecedentes. É a partir do passado que se constrói o presente. Assim, considerou-se fundamental analisar a evolução das políticas sociais de habitação, desde o seu início à atualidade, refletindo sobre o modo como se têm adaptado à transformação das necessidades da população carenciada. Pretende-se analisar o modo como têm interferido na obra construída e identificar os problemas relacionados com a habitação de interesse social

que têm vindo a surgir e as respostas que têm vindo a ser dadas em função desses problemas. Interessa esclarecer o modo como o município do Porto aplica as políticas sociais de habitação na prática e o modo como relaciona a habitação de interesse social com a restante habitação e com a cidade. Procura-se com esta análise verificar a situação em que se encontra atualmente a habitação de interesse social a nível Arquitetónico, social, antropológico e político no município do Porto.

A análise bibliográfica e de legislação terá sido imprescindível para a análise dos vários contextos, arcos temporais e capacidades de adaptação e resposta às necessidades da habitação de interesse social no município do Porto. Terá permitido o estudo da evolução das políticas sociais de habitação até à contemporaneidade e o modo como se perspetivam hoje no Município do Porto. Terá ainda possibilitado sustentar e fundamentar a relevância da seleção dos dois bairros e do município do Porto, enquanto casos de estudo.

A realização de uma entrevista ao Engenheiro José António Ferreira e à Arquitecta Joana Restivo, membros da Domus Social¹, no dia 24 de Março de 2017, no âmbito da presente Dissertação, permitiu validar, completar e colmatar a informação anteriormente recolhida, possibilitando o avanço do trabalho de forma mais esclarecida e sustentada. Também o material gentilmente cedido por ambos e a informação de onde poderia encontrar outro terá sido fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

A recolha de informação no Arquivo Histórico do Município do Porto terá sido imprescindível para a análise dos bairros, em especial do bairro de S. João de Deus, uma vez que, ao contrário do bairro do Aleixo, não existe informação tratada e disponível sobre este.

A visita aos bairros permitiu conhecer a sua realidade social e Arquitetónica e o modo como os projetos não funcionam a nível projetual e não respondem às necessidades dos seus habitantes. Permitiu analisar a sua degradação física e social e a gravidade dos problemas existentes nestes dois casos de

¹ Empresa da Câmara Municipal do Porto que gere as questões ligadas à habitação de interesse social do município.



Figura 6. Degradação do bairro do Aleixo, 2017.
(Fonte: Fotografia da autora)



Figura 7. Degradação do bairro de S. João de Deus, 2017.
(Fonte: Fotografia da autora)

estudo, especialmente no bairro do Aleixo. (Figs. 6 e 7) No bairro de S. João de Deus foi ainda possível conversar com os seus moradores e perceber o seu grau de satisfação com as políticas sociais de habitação implementadas ao longo da história no município do Porto e especialmente na atualidade.

Uma segunda visita ao bairro de S. João de Deus, comentada pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa enquanto Arquiteto responsável pela atual reabilitação deste bairro, no âmbito do evento do Open House do Porto no dia 2 de Julho de 2017, permitiu o esclarecimento de dúvidas que surgiram no desenvolver do trabalho e o acesso a novas informações e perspetivas que ajudaram a enriquecê-lo.

A presente Dissertação de Mestrado encontra-se estruturada em quatro partes num esforço de resposta adequada e organizada à apresentação da informação recolhida e analisada.

Inicia-se o primeiro capítulo a clarificação do conceito de habitação de interesse social e do conceito de políticas sociais de habitação, para que se avance no trabalho de forma esclarecida e suportada. Procura-se compreender o modo como se relacionam e perceber a sua importância.

De seguida, no segundo capítulo, apresenta-se a contextualização histórica das políticas de sociais de habitação no município do Porto, identificando momentos e medidas marcantes da sua existência, que de algum modo contribuíram para a sua evolução e transformação até ao que são atualmente.

No terceiro capítulo é analisado o impacto da implementação das políticas sociais de habitação apresentadas anteriormente, no município do Porto. São dados exemplos práticos da forma como foram executadas ao nível de bairros, tipologias, áreas e Arquitetos, procurando perceber as consequências que têm tido na cidade e a sua evolução até à contemporaneidade.

No capítulo quatro são analisados o bairro de S. João de Deus e o bairro do Aleixo enquanto exemplos práticos da aplicação das teóricas políticas sociais



Figura 8. Bairro de S. João de Deus, 2017.
(Fonte: Fotografia da autora)



Figura 9. Bairro do Aleixo, 2017.
(Fonte: Fotografia da autora)

de habitação. O bairro de S. João de Deus enquanto experiência, com cerca de 70 anos, onde foram implementadas várias políticas sociais de habitação ao longo da história da habitação de interesse social, e onde se está atualmente a ser executada a mais recente política social de habitação do município. (Fig. 8) O bairro do Aleixo enquanto exemplo prático da adoção de políticas sociais de habitação que, por um lado, resolveram a carência quantitativa de habitação na cidade do Porto na década de 70 e, por outro, potenciaram problemas de ordem social que se desenvolvem até aos dias de hoje, criando degradação urbana e do edificado, colocando o seu futuro em questão. (Fig. 9)

Pretende-se com esta sequência de capítulos contextualizar a evolução das políticas sociais de habitação, desde o século XIX à atualidade, no município do Porto, focando fundamentalmente o modo como estas se perspetivam atualmente, procurando refletir sobre a forma como se poderá aprender com o passado, evitando os mesmos erros no futuro.

ABREVIATURAS

ACRRU	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
ADILO	Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro
ARU	Áreas de Reabilitação Urbana
ARUCHP	Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto
CMP	Camara Municipal do Porto
CRUARB	Comissariado para a Recuperação Urbana da área da Ribeira e do Barredo
FDZHP	Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico do Porto
FEII	Fundo Especial de Investimento Imobiliário
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
HCC	Habitação a Custos Controlados
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
INH	Instituto Nacional da Habitação
INVESURB	Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MOP	Ministério das Obras Públicas
PAFEPRH	Programa de Apoio Financeiro Especial Para a Reabilitação de Habitações
PER	Programa Especial de Realojamento
PLCP	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza

Porto Vivo - SRU	Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
RECRIA	Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RECRIPH:	Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
REHABITA	Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
RPA - HA	Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SOLARH	Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação
ZIP	Zona de Intervenção Prioritária

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. O CONCEITO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A habitação, sendo o bem essencial que define a qualidade de vida da população e o local onde se desenvolvem laços familiares e de vizinhança, representa desde sempre a maior necessidade das populações. É um fator decisivo, talvez o mais importante, na estruturação familiar e integração social das famílias. (Matos, 2001, Vol.1, p. 29) É portanto importante ter em atenção vários aspetos na configuração deste bem essencial indispensável para que responda adequadamente às necessidades de cada família, nomeadamente a nível qualitativo, urbano, social e económico.

A qualidade representa um dos fatores mais importantes na configuração de uma habitação. Sendo esta um lugar de repouso depois do trabalho, um local de reconstituição de forças indispensável para manter a capacidade produtiva dos seus moradores, pretende-se que seja cómoda, confortável e saudável, conferindo qualidade de vida e satisfação às famílias. É importante que seja adequada em áreas e tipologia, oferecendo espaço suficiente para o relacionamento familiar, evitando também situações de sobrelotação. (Gros, 1982, p. 14)

A habitação pode ser entendida enquanto abrigo para viver e se proteger dos elementos naturais. No entanto representa mais do que isso:

“Estar alojado é mais do que simplesmente estar numa casa. É estar numa casa com determinadas condições.”

(Matos, 2001, Vol.1, p.32)

A integração da habitação no meio urbano é outro aspeto importante da sua configuração. A acessibilidade em tempo e custos aos empregos, escolas, comércio, serviços e lazer possibilita a vida das famílias em comunidade, permitindo-lhes satisfazer as suas necessidades sociais e os seus valores culturais, evitando situações de isolamento e exclusão social. (LNEC, 1969, Vol.4, p. 2) No entanto, a sua proximidade aos equipamentos sociais, culturais e comerciais tem impacto nos seus preços e nem todas as famílias

têm capacidade de lhes aceder. As despesas com a habitação representam o maior esforço no orçamento de todas as famílias e cada uma tem que procurar no mercado um alojamento compatível com os seus rendimentos. (Matos, 2001, Vol.1, p. 8) Assim, a localização e as condições qualitativas da habitação evidenciam o estrato social das famílias que lá habitam:

“A habitação é sem dúvida a expressão mais imediatamente visível da condição social das populações.”

(Matos, 2001, Vol.1, p. 9)

O mercado da habitação é estratificado, oferece opções habitacionais diferentes para os vários estratos sociais. Mesmo assim, muitas famílias não têm capacidade financeira de aceder a uma habitação condigna necessitando da ajuda do estado para assegurar o seu direito a um alojamento com as condições mínimas de habitabilidade. (Matos, 2001, Vol.1, p. 35) A estes alojamentos, atribuídos às famílias de fracos recursos económicos pelo setor público, dá-se o nome de habitações de interesse social. De acordo com a informação recolhida para a presente Dissertação conclui-se que estas se caracterizam, geralmente, por habitações económicas, com uma renda mensal baixa, na maioria dos casos aglomeradas nos chamados bairros de interesse social, muitas vezes localizados na periferia das cidades, de acordo com as políticas sociais de habitação implementadas pelos municípios.

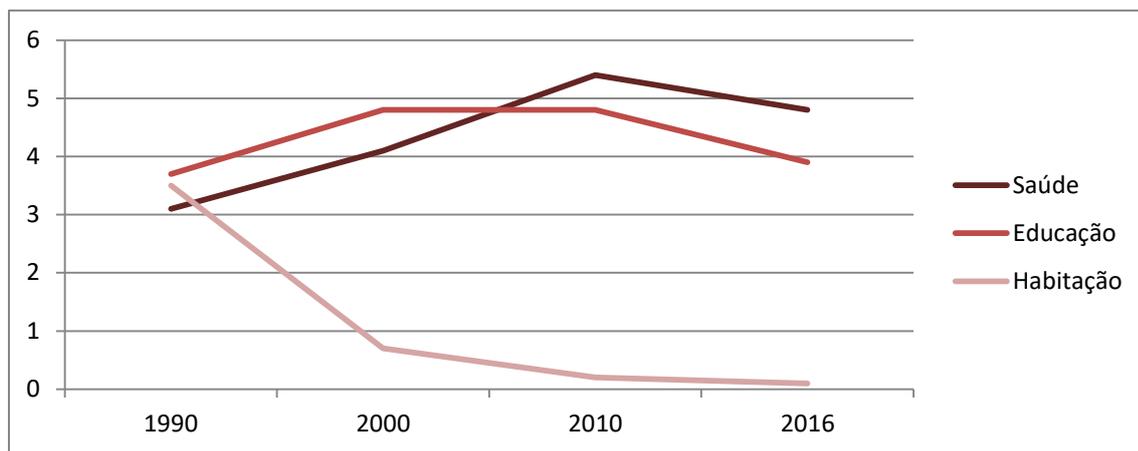


Figura 10. Despesas do estado por funções entre 1990 e 2016.
(Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis em www.pordata.pt)

1.2. O CONCEITO DE POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO

O direito a uma habitação condigna foi consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e no Artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, em 1976. Tornou-se portanto dever do estado assegurar o acesso a um alojamento a todos os cidadãos, sem capacidade económica de adquirir ou arrendar uma residência aos preços praticados pelo mercado de habitação, satisfazendo os seus direitos básicos consignados na Constituição Portuguesa. (Fonseca, 2012, p. 3)

O direito à habitação deveria ter igual pendore ao direito à saúde ou à educação, (Fig. 10) é um instrumento de desenvolvimento económico-social que tem impacto na saúde, rendimento escolar e capacidade de trabalho da população. É capaz de elevar ou declinar as condições de vida de uma família. (Silva, 2001, p. 22) Assim, com o objetivo de garantir o equilíbrio entre a procura e a oferta para todas as classes sociais, desenvolveram-se as políticas sociais de habitação, uma política social que tem como função regular o mercado de classes proporcionando condições de vida equilibradas aos diferentes estratos sociais por forma a evitar que o encargo com a habitação seja um fator de pauperização relativa. Caracterizam-se pela apresentação de um conjunto de medidas adotadas pelo estado, embora nem sempre implementadas, cujo objetivo principal consiste em promover, coordenar e equilibrar este setor procurando a melhoria das condições de vida da população no que diz respeito ao lugar onde habitam. (LNEC, 1969, Vol.4, p. 2) As medidas implementadas pelas políticas sociais de habitação materializam-se através da criação de legislação, procurando uniformizar a construção de habitação e normalizar os seus padrões mínimos exigíveis, estabelecendo as características sociais da vida urbana.

A habitação é um bem material, um bem de consumo, produzido e comercializado como qualquer outro. (Gros, 1982, p. 14) É portanto o pilar de funcionamento do mercado da habitação, um setor importante para o funcionamento da economia nacional pelo seu grande impacto económico no

setor da construção e no setor imobiliário. (Santos, 2014, pp. 32-36) As políticas sociais de habitação influenciam e são influenciadas pela estabilidade macroeconómica, o bem estar-social, a saúde pública e o desenvolvimento económico-regional. É importante que sejam encaradas pelo estado enquanto fator fundamental do desenvolvimento do país. (Silva, 2001, pp. 24-35) No entanto, não é o que se verifica atualmente. (Fig. 3)

Desde a década de 1980 que há em Portugal uma descentralização de responsabilidades, no domínio das políticas de habitação, que atribui aos municípios o papel de executar as políticas locais de habitação conforme as suas necessidades prioritárias. (Guerra, 2011, p. 58) No entanto, continua a ser da responsabilidade do governo coordenar todas as atividades deste setor e corrigir anomalias no funcionamento do mercado de habitação através da criação de legislação reguladora, depois de uma prévia e assertiva definição das disparidades existentes. (Fonseca, 2012, p. 31)

No município do Porto as primeiras políticas sociais de habitação foram desenvolvidas a partir do século XIX. O município tenta, desde então, instituir medidas para a resolução das carências quantitativas e qualitativas da habitação na cidade, nomeadamente da população mais carenciada.

II. POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DO PORTO. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.

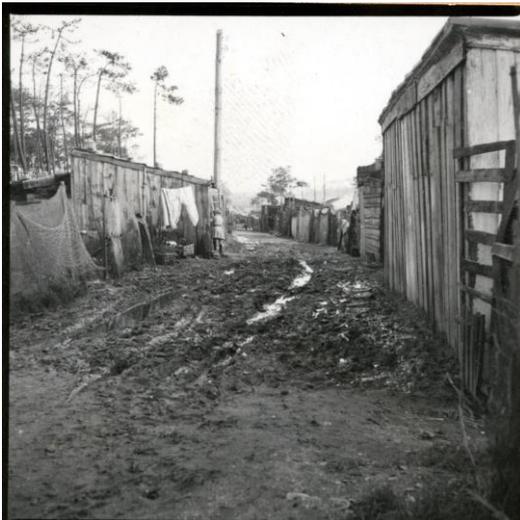


Figura 11. Ilhas do Porto, 1960.
(Fonte: CMP, 1960)

2.1. A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NOVA

Ao longo da história das políticas sociais de habitação várias medidas foram implementadas no Porto com o objetivo de colmatar as carências quantitativas e qualitativas de habitação existentes no município, procurando desse modo melhorar a qualidade de vida da população mais carenciada.

As primeiras políticas sociais de habitação a ser implementadas no município do Porto surgem durante o final do século XIX e o início do século XX, promovidas principalmente pelo setor privado.

Em 1870, com o início do processo de industrialização na área metropolitana do Porto, cresce um grave problema habitacional traduzido em pobreza, sobreocupação e insalubridade. (Pereira e Queirós, 2009, p. 90) Inúmeras pessoas de origem rural emigram nesta altura para a cidade à procura de trabalho nas indústrias. O crescimento populacional, entre 1864 e 1911, foi de cerca de 123%, (Costa, 2002, p. 9) o que provocou uma grave escassez de habitação. Em resposta a esta necessidade foram construídos, pela pequena e média burguesia comercial, alojamentos sem as condições mínimas de habitabilidade, nas traseiras das suas casas ou em solos ainda não construídos - as ilhas - que se viriam a tornar na principal forma de habitação na cidade. (Rodrigues, 2015, p. 9) (Fig. 11)

No final do século XIX mais de 50% da população do Porto vivia em ilhas. (Costa, 2002, p. 10) As ilhas caracterizam-se por casas unifamiliares de áreas muito reduzidas, construídas segundo uma tipologia em banda, de um ou dois pisos, aproveitando ao máximo o solo. O acesso às ilhas era normalmente feito através de um corredor estreito, ladeado de habitações, que terminava no muro que delimita o lote. Esta tipologia de habitação não possuía infraestruturas sanitárias, fator que potenciaria o aumento da insalubridade, tornando-se no principal foco de doença da cidade. (Costa, 2002, p. 9)

Fruto desta insalubridade, desponta em 1899 um surto de peste bubónica que mata na cidade do Porto centenas de pessoas de todos os estratos

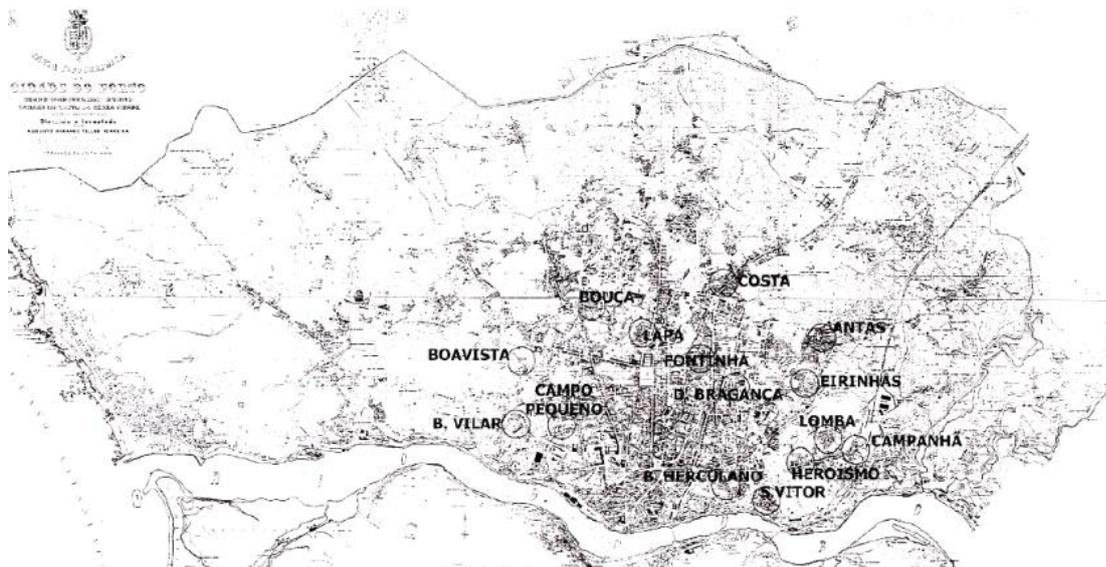


Figura 12. Planta de localização das principais áreas de ilhas em 1892.
(Fonte: Rodrigues, 2015, p. 14)



Figura 13. Bairro Monte Pedral, 1963.
(Fonte: CMP, 1963)

sociais. Face a este problema, no final do século XIX, surgem no Porto as primeiras iniciativas públicas de promoção da habitação com o objetivo de corrigir as fracas condições de salubridade da cidade. Era necessário controlar a proliferação das ilhas. Nesse sentido, em 1901, foi criado o Regulamento Geral de Saúde e, em 1903, o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas:

“Estes dois regulamentos definiam as condições sanitárias e ambientais a que os novos edifícios deviam obedecer e permitiam a inspeção das obras pelas autoridades municipais.”

(Teixeira, 1992, p. 73)

No entanto, por falta de alternativas habitacionais para o operariado, a construção de ilhas continuou a ser feita de forma ilegal. Apesar dos controles legais, que deveriam ter impedido a sua construção, o número de ilhas continuou a aumentar, (Teixeira, 1992, p. 74) deixando por resolver a carência habitacional da época e a insalubridade da cidade. (Fig. 12)

Numa procura da melhoria das condições habitacionais, entre 1899 e 1905, a Câmara Municipal do Porto (CMP) em parceria com o jornal *O Comércio do Porto* promove a construção dos primeiros bairros destinados à população operária ou com fracos recursos económicos. (Fig. 13) No entanto apenas uma pequena parte das necessidades foi colmatada. (Simões et. al., 2015, p. 15) A baixa quantidade de fogos construídos não foi suficiente para resolver a enorme carência habitacional existente no município.

Até ao final do século XIX o setor público não considerava da sua responsabilidade a resolução do problema da habitação da classe operária. No seu entender deveriam ser criados incentivos para que a iniciativa privada construísse habitação de interesse social. (Teixeira, 1992, p. 74) No início do século XX praticamente nada tinha sido feito pelo estado ou pelos municípios no que se refere à habitação de interesse social. (Gonçalves, 2007, p. 66)

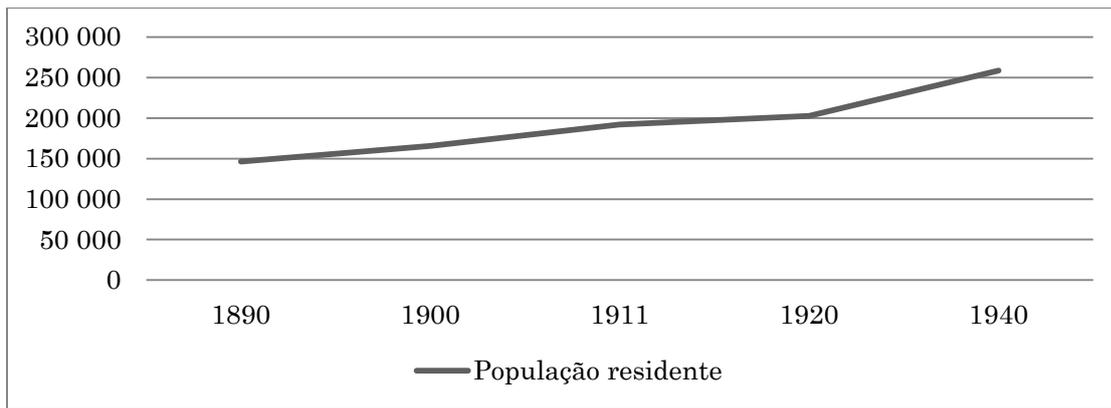


Figura 14. Evolução da população residente no município do Porto entre 1890 e 1940. (Fonte: Elaboração própria com base nos recenseamentos gerais da população de 1890, 1900, 1911 e 1920, publicados pelo INE, I.P.)



Figura 15. Planta de localização das casas económicas existente ou a construir em 1944. (Fonte: CMP, 1944)



Figura 16. Estudo de localização do aglomerado de casas desmontáveis, 1947. (Fonte: CMP, 1947)

Nos anos 30 do século passado a cidade do Porto alcança uma nova fase de desenvolvimento económico e um conseqüente crescimento demográfico. (Fig. 14) Paralelamente acontece, a nível político, o golpe militar de 1926 que levaria à instauração do Estado Novo em 1933. (Teixeira, 1992, pp. 78-79) É nesta altura que o problema da habitação para as classes de recursos reduzidos é reconsiderado, é um momento fulcral para a história das políticas de habitação pública. O governo português decreta pela primeira vez programas de promoção habitacional, iniciando o financiamento público de habitação a baixos custos para operários, procurando resolver as suas carências habitacionais. (Paiva, 2011, p. 93)

As primeiras políticas sociais de habitação surgem então em setembro de 1933. Através do Decreto-Lei nº 23.052 o estado promove a construção de casas económicas, (Fig. 15) (Matos, 1994, pp. 686-687) destinadas a funcionários públicos ou trabalhadores filiados nos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime, que pagavam uma renda mensal durante 25 anos. Findos os 25 anos tornar-se-iam proprietários das casas. (Teixeira, 1992, pp. 79-80) O número de casas construídas ao abrigo deste programa representava ainda uma quantidade reduzida de habitação construída para a elevada procura.

Constatando esta realidade o estado promulga, em 1938, o regime de casas desmontáveis através do Decreto-Lei nº 28.912. A intenção seria a de construir casas precárias, de carácter provisório, para realojar famílias dos bairros de barracas a demolir na cidade de Lisboa, que futuramente seriam substituídas por habitações de carácter permanente. (Teixeira, 1992, p. 81) Posteriormente este programa terá também sido implementado na cidade do Porto embora as construções feitas ao abrigo deste regime usufríssem de um carácter mais duradouro. (Restivo, 2014, p. 54) (Fig. 16)

Perante a crise que se verificou em Portugal, após a Segunda Guerra Mundial, há um encarecimento dos terrenos e dos materiais construtivos que virá dificultar o avanço do programa de casas económicas, que começa nesta altura a mostrar-se ineficaz. O governo decide então relançá-lo, em

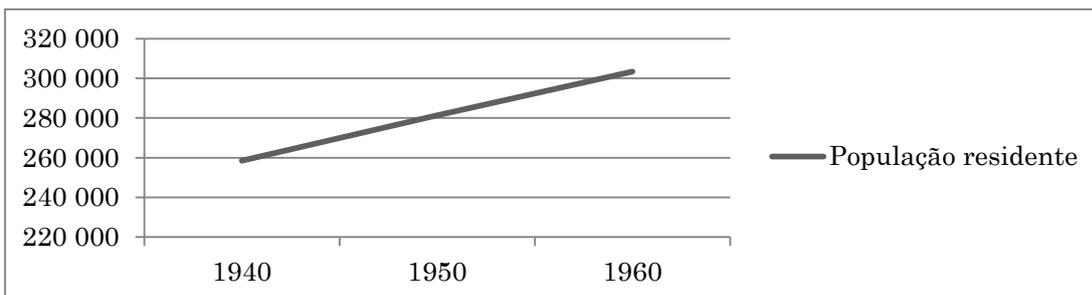


Figura 17. Evolução da população residente no município do Porto entre 1940 e 1960. (Fonte: Elaboração própria com base nos recenseamentos gerais da população de 1940, 1950 e 1960, publicados pelo INE, I.P.)



Figura 18. Planta de localização das zonas salubrizadas e dos bairros de habitação de interesse social construídos no âmbito do Plano de Melhoramentos até 1965. (Fonte: CMP, 1965)

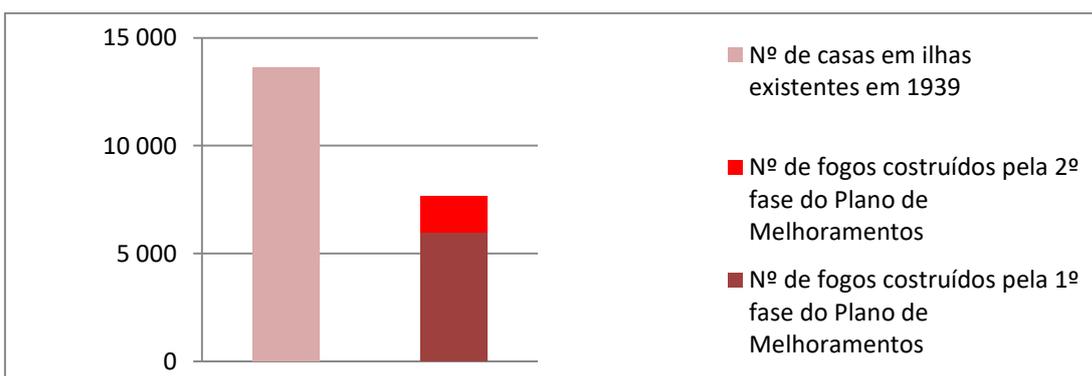


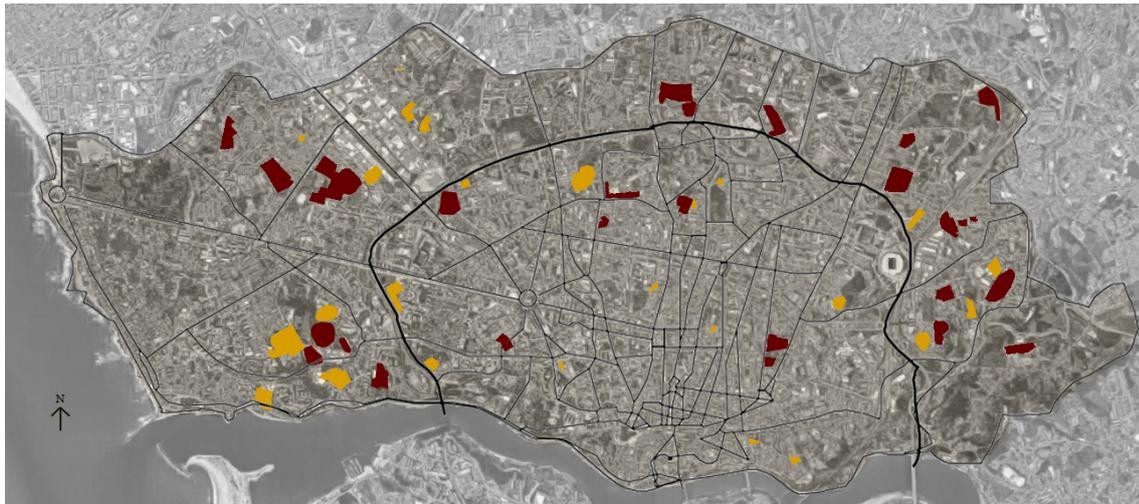
Figura 19. Relação entre o número de casas em ilha inventariadas em 1939 pelo Plano de Salubrição das ilhas do Porto e o número de fogos construídos pela primeira e pela segunda fase do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto. (Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Matos, 2011, Vol. 1, p. 129, 296)

1945, com o nome de Habitações de Renda Económica através do Decreto-Lei nº 2007. Ao contrário do programa de casas económicas, através deste plano as famílias teriam acesso às habitações mediante o pagamento de uma renda mas não se tornariam suas proprietárias. (Abreu, 2010, p. 25)

Durante os anos 50 do século passado os planos de fomento executados pelo governo vão ter repercussão na expansão industrial, comercial e agrícola, resultando no desenvolvimento da conjuntura económica do país e num crescimento demográfico, principalmente em Lisboa e no Porto. (Fig. 17) Consequentemente, terá havido um aumento da procura habitacional e é neste contexto que é publicado, em 1956, o Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto. (Matos, 1994, p. 694) Instituído pelo Decreto-Lei nº 40.616 de 28 de Maio de 1956, este plano visava a salubridade e libertação do centro da cidade, de acordo com o Plano de Salubridade das ilhas do Porto publicado pela CMP em 1956. Nesse sentido, previa a demolição das ilhas e a transferência dos seus moradores para bairros de habitação de interesse social a construir na periferia, (Pereira, 2011a, pp. 551-552) (Fig. 18) implantados de acordo com as diretrizes da Carta de Atenas. (Gonçalves, 2007, p. 112)

O Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto previa a construção de um mínimo de 6 000 fogos no prazo de 10 anos, destinadas aos moradores das ilhas a demolir. No entanto, as 6.000 habitações a construir correspondiam apenas a cerca de metade dos fogos existentes em ilhas, sendo este programa insuficiente para a erradicação deste tipo de habitação. (Fig. 19)

Em 1966, após o sucesso do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto, é publicada a sua extensão através do Decreto-Lei nº 47.443 de 31 de Dezembro. De 1967 a 1971 a segunda fase do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto previa a construção de 3.000 fogos de habitação de interesse social na periferia da cidade. No entanto, o país já não se



■ Bairros do Plano de Melhoramentos ■ Restantes bairros municipais

Figura 20. Planta de localização do total de bairros atualmente propriedade do município do Porto.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Domus Social, 2013, p. 5)

encontrava na fase de crescimento económico dos anos 50, e o plano não conseguiu alcançar a meta a que se propôs ficando-se pela construção de apenas 1.674 fogos, (Simões et. al., 2015, p. 23) um número insuficiente para a resolução dos problemas habitacionais da cidade, mantendo-se portanto a insalubridade. (Fig. 19)

O Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto marca um momento fulcral na história das políticas de habitação de interesse social a nível quantitativo. Tem um enorme impacto na cidade ao construir 24 bairros de habitação de interesse social. Cerca de metade do total de habitação de interesse social existente ainda hoje na periferia do município do Porto foi construída, entre 1956 e 1966, ao abrigo deste Plano. (Fig. 20)

Em 1969, após várias revisões das políticas sociais de habitação, é criado o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) que viria a marcar os modelos de intervenção na governação destas políticas. (Simões et. al., 2015, p. 16) Instituído pelo Decreto-Lei nº 49.033 de 28 de Maio, o FFH nasce com o objetivo de centralizar e organizar todas as questões inerentes ao alojamento numa só estrutura administrativa, procurando “contribuir para a resolução do problema habitacional especialmente das classes não beneficiárias dos planos de habitação de caixas de providência ou de quaisquer outras instituições semelhantes.” (Decreto-Lei nº 49.033 de 28 de Maio)

Após a revolução de Abril de 1974, resultado da descompressão social pós-revolução, gera-se um conjunto de movimentos reivindicativos por melhores condições de habitação. A intervenção estatal aumenta em diversos setores marcando uma mudança de estratégia ao nível das políticas de habitação. Sob a tutela do FFH é criado, a 31 de Julho de 1974, o despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, que instituía o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Assinado pelo Ministro da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, Costa Brás, e pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, o despacho viria a ser publicado na 1ª Série do



Figura 21. O antes e o depois de uma intervenção promovida pelo CRUARB no centro histórico do Porto.

(Fonte: Queirós, 2013, p. 124)

Diário do Governo nº 182 de 6 de Agosto de 1974. (Bandeirinha, 2007a, pp. 13, 189)

O SAAL destinava-se a apoiar populações mal alojadas, assente na promoção da participação popular e na defesa de soluções democráticas para o problema da habitação. Esta iniciativa experimental, que deveria partir da vontade dos moradores em transformar as suas condições habitacionais, defendia a manutenção da localização dos alojamentos garantindo o direito ao lugar e evitando o desenraizamento que outras políticas tinham provocado. O SAAL recorria ainda a mão-de-obra e a contributos monetários dos moradores, promovendo a apropriação e identificação com a obra desde o início do processo e, com o mesmo objetivo, concedia autonomia às populações organizadas na gestão do projeto e da obra. (Bandeirinha, 2007a, pp. 121-122)

Em 1976 esta política de habitação, que terá mudado radicalmente os modelos de intervenção nos processos de realojamento e de construção da habitação, é extinta acusada de não obedecer aos seus princípios. (Bandeirinha, 2007a, pp. 207-212)

Paralelamente ao SAAL, e no mesmo contexto, é criado no Porto, em finais de 1974, o Comissariado para a Recuperação Urbana da área da Ribeira e do Barredo (CRUARB). Instituída pelo Decreto-Lei 315/74 de 9 de Julho de 1974, esta entidade foi a responsável pela recuperação e valorização do património histórico, cultural e edificado do centro do Porto, entre 1974 e 2003. A sua função passava pela aquisição de edifícios para reabilitar no centro do Porto, através de acordo ou expropriação, comprometendo-se a realojar os inquilinos provisoriamente, que após a operação regressariam às suas casas (CRUARB, 1992, p. 13), o que nem sempre aconteceu. (Fig. 21)

Em 1980 verifica-se uma mudança de estratégia política. Perante a crise económica e financeira que o país atravessou na década de 1970, agravou-se o problema habitacional da cidade. O estado, sem condições financeiras de intervir na resolução do problema, inicia uma progressiva transferência das suas responsabilidades nesta matéria para a administração local, para o

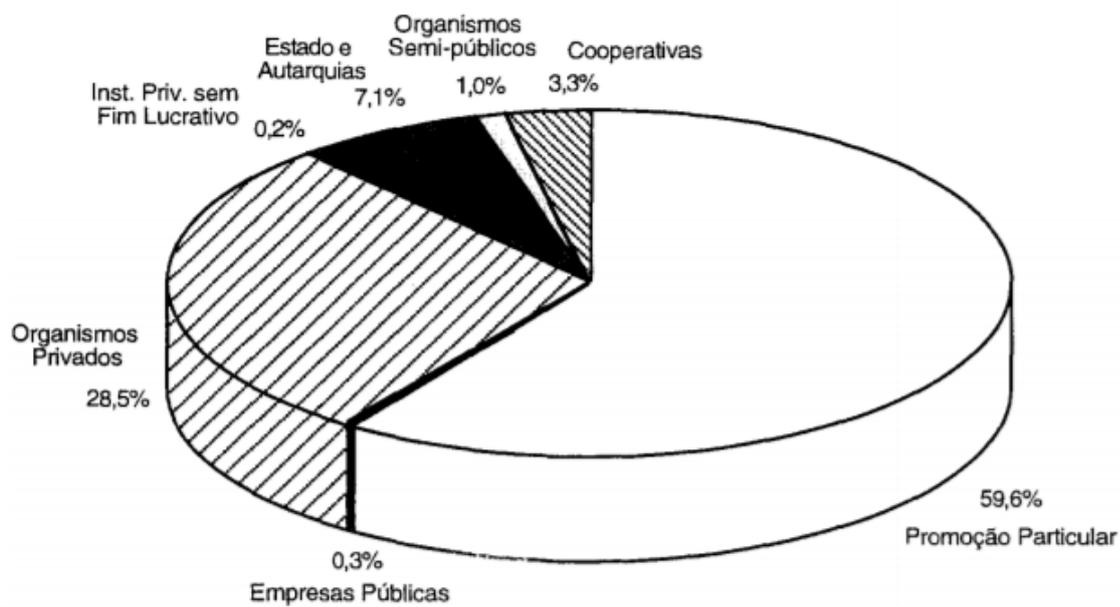


Figura 22. Habitações construídas entre 1971 e 1993 por promotores.
(Fonte: Serra, 1997, p. 14)

sistema de crédito bancário e para as cooperativas de habitação. (Queirós, 2007, p. 94) (Fig. 22) Desde então que há um considerável abrandamento da construção de habitação pública e um aumento do controlo de custos na promoção habitacional.

É neste contexto que, em 1983, é criado o Programa de Habitação a Custos Controlados (HCC) ao abrigo da Portaria nº 580/83, de 17 de Maio. Surge com o objetivo de controlar a promoção de habitação de interesse social ao nível de limites de custos, de áreas de construção e preços máximos de venda de acordo com a localização dos fogos. (Restivo, 2014, p. 65)

As Cooperativas de Habitação Económica assumem também nesta altura particular importância no município Porto. A construção cooperativa tem um “importante papel na promoção de habitação para a população de classe média/ média-baixa não abrangida pela construção de habitação municipal privada”. (Ferreira, 1999, p. 52) Caracteriza-se pela construção de boa qualidade, tanto ao nível das habitações como ao nível urbano, (Ferreira, 1999, p. 52) e terá um grande impacto na cidade do Porto provocando um aumento substancial da quantidade de habitação privada no município.

Em 1984, reflexo da transferência de responsabilidades do estado em matéria de habitação - para os municípios, cooperativas de habitação e sistemas de crédito bancário - é extinto o FFH deixando um “vazio orgânico em matéria de gestão, conservação e alienação do património habitacional”. (Decreto-Lei nº 88/87, de 26 de Fevereiro) Associado à extinção do FFH e como forma de colmatar os problemas a si associados, é criado em 1984 o Instituto Nacional da Habitação (INH) com o objetivo de “assegurar a administração habitacional e as intervenções de natureza financeira no setor de habitação da competência do Estado”. (Decreto-Lei nº 177/84, de 25 de Maio) Com o mesmo objetivo é criado, em 1989, o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE): “um instituto público, com personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio”. (Decreto-Lei nº 88/87, de 26 de Fevereiro)



Figura 23. Planta de localização dos núcleos de barracas e de ilhas identificadas em 1996 no município do Porto.
(Fonte: CMP, 1997)

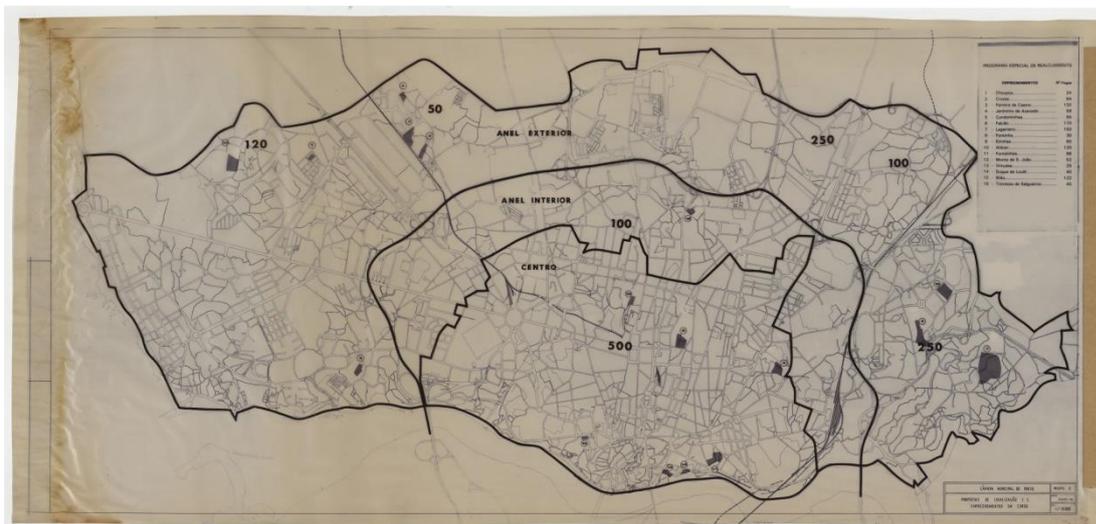


Figura 24. Proposta de localização dos bairros de interesse social promovidos pelo PER, 1996.
(Fonte: CMP, 1997)

Apesar das diversas iniciativas do governo democrático para a promoção de habitação destinada à população mais carenciada, na década de 90 do século passado os problemas habitacionais ainda não tinham sido colmatados. A construção de barracas clandestinas continuava a ser recorrente devido à carência de habitação. Surgiam principalmente relacionadas com a sobreocupação das residências, a falta de condições económicas das famílias e os conflitos familiares. A população, maioritariamente proveniente da cidade do Porto, ocupava deste modo as zonas periféricas da cidade, nomeadamente junto aos bairros de habitação de interesse social. (Ferreira, 1999, p. 13) (Fig. 23)

Com o objetivo de extinguir estas situações de alojamento precário nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, através da promoção de habitação a custos controlados, surge em 1993 o Programa Especial de Realojamento (PER) determinado pelo Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio. Financiado pelo IGAPHE e pelo INH, este programa procurava realojar e promover a inclusão das populações mais desfavorecidas melhorando a sua qualidade de vida. (Ferreira, 1999, p. 61)

O PER contribuiu para a requalificação urbanística das áreas onde os novos bairros foram construídos e também das áreas ocupadas pelos alojamentos precários ilegais existentes no município do Porto. No entanto, a sua intervenção mostrou-se insuficiente para a resolução das carências habitacionais existentes e deu continuidade ao processo de transferência da população mais débil para a periferia. (Fig. 24)

2.2. A REABILITAÇÃO DO EDIFICADO

Ainda na década de 1980 nasce uma nova geração de políticas sociais de habitação que se caracteriza pela reabilitação do edificado construído ao longo da geração anteriormente apresentada.

Com a integração de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, abre-se “um ciclo de estabilidade política e governativa que vai sistematizar o processo de redefinição do papel do Estado na sociedade portuguesa.” (Pereira, 2011a, p. 555) Após a conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, surge pela primeira vez um conjunto de preocupações com a sustentabilidade ambiental e com a pobreza e exclusão social, a nível local e nacional, que dão origem a novas políticas sociais de habitação desenvolvidas com base nas políticas europeias. (Pereira, 2011a, p. 555) Surgem então os primeiros programas voltados para a reabilitação urbana e do edificado municipal, nomeadamente dos bairros de habitação de interesse social, que irão marcar uma nova geração de políticas habitacionais no município do Porto. A nível local tem início nesta altura a Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico do Porto (FDZHP) e a nível nacional o programa URBAN. (Pereira, 2011b, p. 37)

A FDZHP surge no Porto em 1990 e consiste num programa integrado que conjuga a recuperação de habitações com espaços socioculturais, económicos e profissionais. É uma instituição pública que, em parceria com o CRUARB, promove o desenvolvimento local através da reabilitação urbana e social, procurando desse modo melhorar a qualidade de vida da população mais desfavorecida, residente no centro histórico do Porto. (Ferreira, 1999, p. 50)

Também com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população mais desfavorecida, surge a nível nacional, em 1994, a iniciativa comunitária URBAN, lançada pela Comissão Europeia na Comunicação aos Estados-membros n.º 94/C 180/02 e publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º C 180, de 01 de Julho de 1994. Financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Pelo Fundo Social Europeu, este programa

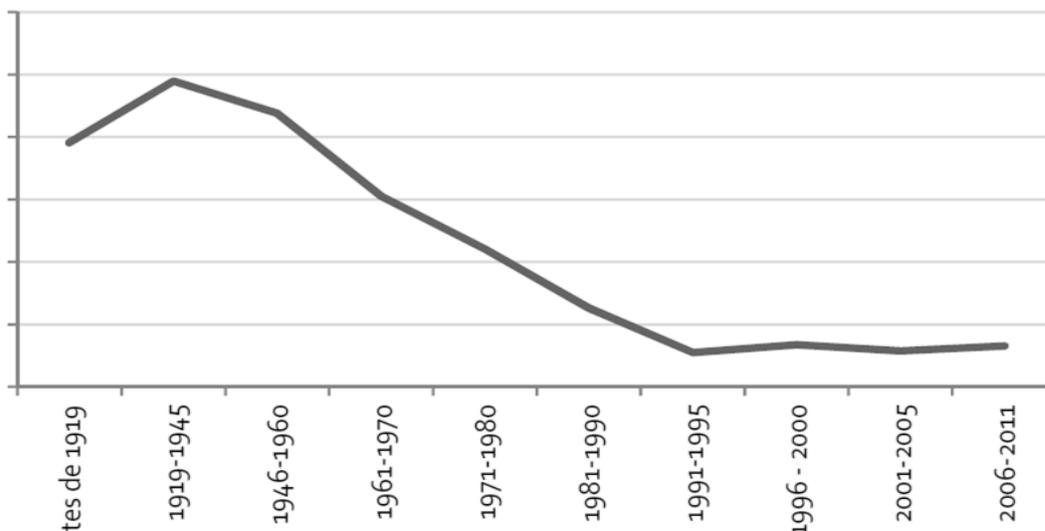


Figura 25. Habitação municipal do Porto segunda a época de construção, entre 1919 e 2011. (Fonte: Censos de 2011)

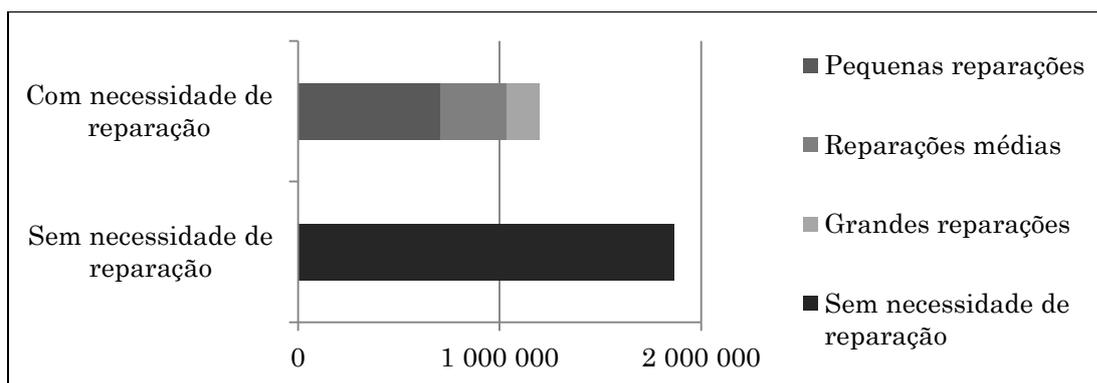


Figura 26. Estado de conservação da habitação municipal do município do Porto em 2001. (Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos dos Censos de 2001)

surge para apoiar a revitalização e a requalificação de áreas urbanas degradadas a nível social e urbano. Incentiva intervenções físicas, económicas e sociais que permitam ultrapassar as carências locais e promovam a igualdade de oportunidades. Nesse sentido integra um subprograma na área de Vale de Campanhã, no Porto, no qual se insere a renovação do bairro de S. João de Deus, (Baptista e Martinho, 1997, pp. 5-7) realizada entre 2000 e 2006.

Ainda nesta década de 90 surge em Portugal um conjunto de inovações importantes em matéria de habitação de interesse social. O setor da habitação de interesse social volta-se nesta altura, quase exclusivamente, para a reabilitação do edificado existente ao invés de construir habitação nova para a resolução das carências habitacionais. A habitação municipal, construída maioritariamente entre 1940 e 1970 (Fig. 25), até esta data nunca teria sido alvo de requalificação apresentando-se degradada e insalubre. (Fig. 26) (Domus Social, 2013, p. 13) Com o objetivo de resolver esta problemática são criados, a nível nacional, alguns programas de reabilitação urbana e do edificado.

Em 1988 é criado o Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA). Criado ao abrigo do Decreto-Lei nº 4/88, de 14 de Janeiro, e financiado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)² e pela CMP, este programa visa a recuperação de fogos de arrendamento degradados. (Madeira, 2009, p. 34) O sucesso deste programa na melhoria das condições de habitabilidade em edifícios degradados levou à sua extensão através do Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA) e do Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH), ambos instituídos em 1996.

O REHABITA surge com o objetivo de apoiar financeiramente a CMP na reabilitação urbana de núcleos históricos, declarados como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU), que possuam planos de

² Instituto público que resulta da reestruturação e red denominação do antigo INH e que integra o IGAPHE.

urbanização, planos de pormenor ou regulamentos urbanísticos aprovados. (Decreto-Lei n.º 106/96, de 31 de Julho) A este programa apenas terão aderido cinco municípios, nomeadamente o município do Porto. A fraca adesão estará relacionada com a obrigatoriedade dos municípios em terem que declarar as ACRRU, processo que envolve um trabalho rigoroso de levantamento das características habitacionais da zona, do seu estado de conservação e das características socioeconómicas da população residente. (Pascoal, 2010, p. 16) Por seu lado, o RECRIPH visa a comparticipação e financiamento de obras de conservação e beneficiação dos espaços comuns dos imóveis antigos, construídos em regime de propriedade horizontal. (Decreto-Lei n.º 106/96, de 31 de Julho.)

Em consequência da implementação das políticas sociais de habitação apresentadas anteriormente, que promoveram a construção de habitação de interesse social na periferia, deslocando a população mais carenciada do centro da cidade para as freguesias limítrofes, há no município do Porto um crescente número de fogos vagos nas cidades enquanto a sua população residente diminui. Constata-se que este elevado número de imóveis vagos, maioritariamente devolutos, correm o risco de deixar de ser recuperáveis caso não haja uma rápida intervenção. É então que em 2000, o Decreto-Lei n.º 329-C/2000 de 22 de Dezembro vem alterar o programa RECRIPH com o objetivo de incentivar a reabilitação de fogos vagos, procurando dessa forma dinamizar o mercado de arrendamento e resolver este problema habitacional. (Madeira, 2009, p. 35) (Decreto-Lei n.º 329-C/2000 de 22 de Dezembro)

Com o objetivo de apoiar financeiramente idosos e agregados familiares carenciados, especialmente os residentes nos núcleos históricos urbanos, é criado em 1999 o Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação (SOLARH). Financiado pelo IHRU, este programa permite a concessão de empréstimos sem juros para a realização de obras de conservação e beneficiação em habitação própria que permitissem repor as condições mínimas de habitabilidade e salubridade. (Decreto-Lei n.º 7/99, de 8 de Janeiro) Como complemento do SOLARH é implementado, em 2001, o

Programa de Apoio Financeiro Especial Para a Reabilitação de Habitações (PAFEPRH). O programa pretendia, através da reabilitação do parque habitacional, estimular o aumento da oferta de habitações para arrendamento acessível aos estratos sociais de menores rendimentos. (Decreto-Lei nº 39/2001, de 9 de Fevereiro)

O reduzido financiamento disponibilizado e o moroso e dispendioso processo burocrático destes programas de reabilitação apresentados - o RECRIA, o RECRIPH, o REHABITA, o SOLARH e o PAFEPRH - terão provocado uma retração da população em aderir aos mesmos, revelando-se estes insuficientes na resposta às necessidades de reabilitação do parque habitacional do país e do município do Porto em concreto.

Com o objetivo de requalificar o edificado degradado e prevenir situações semelhantes no futuro é criada em 2000, nos termos do artigo 19º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a empresa municipal Domus Social - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM. Trata-se de uma empresa de responsabilidade limitada, que “tem como funções a aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do município, a execução de programas de habitação a custos controlados e a implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas.” (Domus Social, s.d. a) A Domus Social desenvolve e implementa ainda projetos na área social que promovam a qualidade de vida dos inquilinos municipais e garantam o desenvolvimento e manutenção do edificado. (Domus Social, s.d. a)

Com o futuro das políticas sociais de habitação voltado para a reabilitação do edificado, devoluto e insalubre, é lançado em 2004 o Decreto-Lei nº 135/2004, de 3 de Junho, que vem instituir o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA). O programa nasce com o objetivo de generalizar o financiamento da reabilitação de bairros de habitação de interesse social municipal degradados. Este teve um forte impacto no Porto ao financiar a reabilitação de cerca de 50 bairros construídos nos anos 50/60 do século passado. Em 2007 o programa é alterado através do Decreto-Lei nº

54/2007, de 12 de Março com o objetivo de promover o financiamento através de empréstimos bonificados. (Simões et. al., 2015, p. 17)

Procurando dar continuidade ao processo do PROHABITA, nasce em 2007 um novo programa de financiamento por empréstimos - o Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível (RPA - HA). O programa consiste no apoio à reabilitação de edifícios habitacionais destinados ao arrendamento social e à reabilitação ou construção de espaços públicos municipais localizadas em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) aprovadas ou em processo de delimitação. (Portal da Habitação, s.d.) O programa tem financiado algumas das obras realizadas no município do Porto e tem incrementado questões de eficiência energética, na habitação de interesse social, através do investimento em janelas de corte térmico e painéis solares térmicos. (Ferreira e Restivo, 2017)

Em 1999, no âmbito da candidatura do município do Porto a Capital Europeia da Cultura, é criado o projeto Porto 2001. O programa tem como objectivo a revitalização do núcleo histórico do Porto, que se encontrava em elevado estado de degradação física, social e económica, através da articulação com alguns programas de reabilitação, nomeadamente os referidos RECRIA, REHABITA e RECRIPH. (Matos, 2001, Vol.2, p. 142)

Com o objetivo de conduzir o processo de reabilitação urbana da baixa da cidade do Porto, é constituída em 2004, no seguimento do CRUARB que é extinto em 2003, a Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense (Porto Vivo - SRU). Apresentava um projeto que consistia em promover a “re-habitação” da zona, afirmar a baixa do Porto na cidade e a cidade na região, revitalizar o comércio, qualificar o espaço público e dinamizar o turismo, a cultura e o lazer. (Porto Vivo, s.d. a) Financiada 60% pelo IHRU e 40% pela CMP, a Porto Vivo - SRU foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de Maio, entretanto substituído pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de Outubro, que a 14 de Agosto de 2012 foi alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 32/2012. Este último Decreto aprova a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto

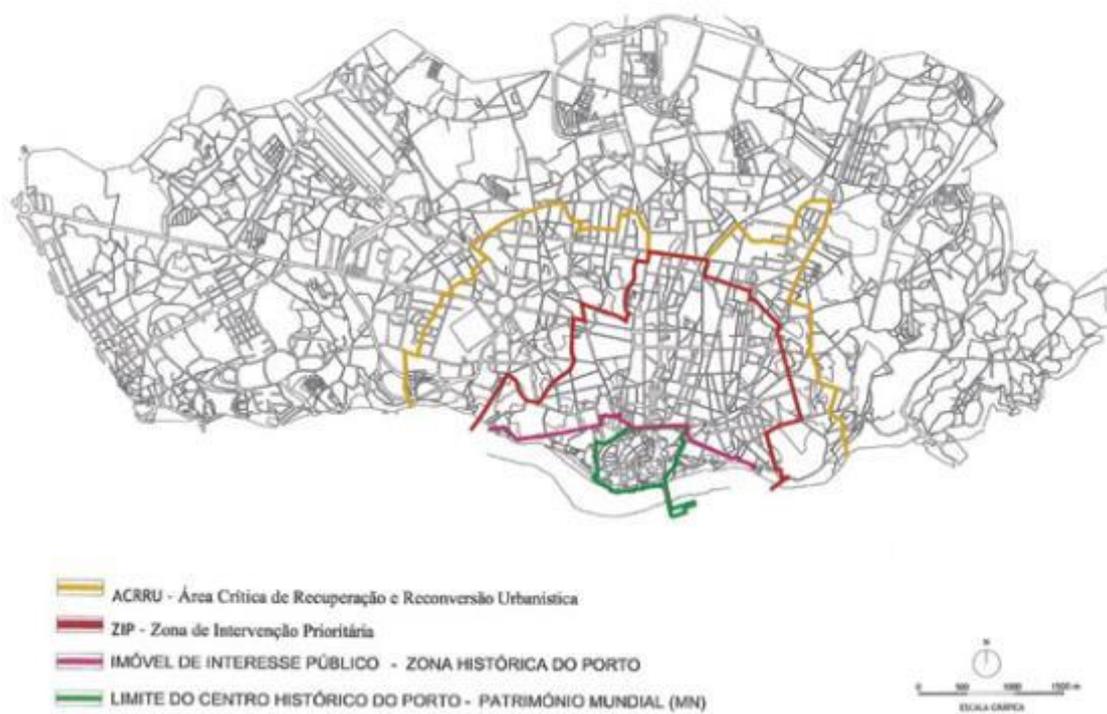


Figura 27. Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto (ARUCHP).
(Fonte: Porto Vivo, 2005)

(ARUCHP) (Fig. 27), com cerca de 1000 hectares - cerca de 1 quarto do concelho do Porto - declarada como ACRRU. Define ainda uma Zona de Intervenção Prioritária (ZIP), com uma área de cerca de 500 hectares, que “engloba o Centro Histórico do Porto (classificado como Património da Humanidade), a Baixa tradicional e áreas substanciais das freguesias do Bonfim, Santo Ildefonso, Massarelos e Cedofeita, correspondentes ao crescimento da cidade nos séculos XVIII e XIX.” (Porto Vivo, s.d.)

A Porto Vivo - SRU transforma-se então nesta altura no programa central das operações de reabilitação urbana do centro do Porto, num instrumento indispensável à materialização local de uma estratégia de intervenção urbana.

Em 2015 é apresentada pelo governo, em parceria com o IHRU, a Estratégia Nacional para a Habitação. O objetivo terá sido o de facilitar o acesso das famílias portuguesas à habitação, em articulação com as suas necessidades, melhorando a sua qualidade de vida. As propostas apresentadas baseiam-se em três princípios - a reabilitação urbana, o arrendamento habitacional e a qualificação dos alojamentos - que agregam um conjunto de medidas de onde se destaca o desafio de integrar e valorizar os bairros e a habitação de interesse social, contribuindo para a inclusão dos seus moradores e para a proteção dos mais desfavorecidos. (IHRU e Governo de Portugal, 2015)

Nesse sentido o Município do Porto procura atualmente responder às necessidades e à demografia atual da população carenciada através da junção de tipologias com áreas abaixo do regulamentar, numa tentativa experimental de reorganização funcional dos fogos de áreas reduzidas. (Ferreira e Restivo, 2017)

Ainda de acordo com informação direta por entrevista ao Engenheiro José António Ferreira e à Arquiteta Joana Restivo, sabemos que está atualmente em estudo, pela atual gestão camarária, a implementação de uma taxa turística que ao invés de ajudar monetariamente a promover a cidade e o seu turismo, servirá para adquirir imóveis, reabilitá-los e posteriormente arrendá-los às classes mais insolventes. Prevê-se um orçamento anual de 8



Figura 28. Requalificação da ilha da Bela Vista, 2016.
(Fonte: Domus Social, 2016)



Figura 29. Requalificação da ilha da Bela Vista, 2016.
(Fonte: Domus Social, 2016)

milhões de euros resultantes dessa taxa turística que estão previstos serem investidos na resolução das carências habitacionais. (Ferreira e Restivo, 2017)

Outra estratégia que está atualmente a ser implementada pelo município do Porto no âmbito da promoção de habitação de interesse social caracteriza-se pela reabilitação de ilhas, como é o caso da ilha da Bela Vista (Figs. 28 e 29), e de pequenos aglomerados habitacionais municipais que se tornaram propriedade da CMP por expropriações ou doações. O município procura desta forma melhorar a qualidade de vida das populações que habitam nestas habitações degradadas, com quase 150 anos de existência. (Ferreira e Restivo, 2017)

Ao longo da história das políticas sociais de habitação foram sendo definidas estratégias de intervenção pouco estruturadas, e nem sempre implementadas, que procuravam resolver as situações mais graves e urgentes da carência habitacional sem uma visão de futuro, medidas que poucos reflexos tiveram na resolução dos problemas.

Até à década de 1990 as políticas sociais de habitação implementadas caracterizam-se pela construção de habitação nova na periferia da cidade. A partir do início do novo milénio voltam-se para a reabilitação do edificado. No entanto, nenhuma destas políticas desenvolvidas ao longo destes cerca de 120 anos de existência da habitação de interesse social se mostrou suficientemente capaz de resolver os problemas habitacionais existentes. A falta de realismo ao encarar os problemas que ao longo dos anos se foram agravando em resultado de várias transformações no país - a nível social, imobiliário, político, demográfico, urbano e económico - levaram à sua persistência, permitindo que se mantivessem até aos dias de hoje, embora com um carácter díspar.

Com o objetivo de entender o modo como as diferentes políticas sociais de habitação, apresentadas anteriormente, se perspetivam na cidade e na habitação de interesse social, ao longo dos anos e na atualidade, será feita, de seguida, uma aproximação ao município do Porto concretizando as medidas nacionais e locais. Serão enumerados os edifícios mais ilustrativos da sua implementação, construídos ao abrigo dos Planos anteriormente mencionados, referindo tipologias, áreas e arquitetos, procurando perceber o seu papel para o crescimento da cidade, o seu contributo para a revitalização da mesma e a sua evolução até à contemporaneidade.

**III. POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DO
PORTO. O IMPACTO DA SUA IMPLEMENTAÇÃO.**



1. Bairro Monte Pedral

2. Bairro de Lordelo

3. Bairro de Bonfim

Figura 30. Planta de implantação dos bairros d'O Comércio do Porto.
(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de <http://doportoenaoso.blogspot.pt>)



Figura 31. Bairro Monte Pedral.
(Fonte: CMP, 1905)



Figura 32. Bairro Monte Pedral.
(Fonte: <http://doportoenaoso.blogspot.pt>)



Figura 33. Bairro de Lordelo do Ouro.
(Fonte: <http://doportoenaoso.blogspot.pt>)

3.1. O CRESCIMENTO PERIFÉRICO DA CIDADE

Até ao final do século XX pouco ainda tinha sido feito pelo estado no âmbito da promoção de habitação para a população mais débil. A sua atuação caracterizou-se pelo apoio ao setor privado na promoção habitacional, pela implementação de programas sócio e espacialmente restritivos e por uma intervenção autoritária nos processos de crescimento urbano. No município do Porto as medidas implementadas para a promoção habitacional materializaram-se no crescimento periférico da cidade, através da transferência da população mais carenciada para a periferia, libertando o centro da cidade do Porto para as classes de maiores recursos económicos.

Perante o cenário de penúria habitacional e insalubridade extrema do século XIX, decorrente da industrialização de que foi alvo o município do Porto, a resposta do estado terá sido tardia e restrita. O governo tentara ignorar o problema. No entanto, depois da propagação da peste que matou população de todas as classes sociais na cidade, foi obrigado a intervir:

“A quarentena por causa da peste, para além de vergonha dos políticos locais da época, conseguiu, finalmente, produzir alguns efeitos.”

(Pereira, 2003, p. 142)

Entre 1899 e 1905 são construídos os primeiros bairros de habitação de interesse social, financiados em parte pela CMP - os 3 bairros operários d’*O Comércio do Porto*, que se implantaram junto às unidades industriais. (Fig. 30) O bairro Monte Pedral, em Bomfim, foi inicialmente projetado pelo Arquiteto José Marques da Silva com 14 casas, às quais foram posteriormente acrescentadas 12 da autoria do Arquiteto Tomás Pereira Lopes. (Figs. 31 e 32) Em 1903 é construído o bairro de Lordelo, em Lordelo do Ouro, constituído por 29 habitações em banda, de um único piso, da autoria do Engenheiro Manuel Fortunato de Oliveira Mota. (Fig. 33) Em 1901 inicia-se a construção do bairro do Bonfim, no Monte das Antas, composto por 40 casas, em banda, da autoria do Engenheiro Joaquim



Figura 34. Bairro do Bonfim.
(Fonte: <http://doportoenaoso.blogspot.pt>)

Gaudêncio Rodrigues Pacheco e pelo Engenheiro Manuel Fortunato de Oliveira Mota. (Fig. 34) (Cordeiro, 2000a)

A construção destes 95 fogos não foi suficiente para resolver a grande carência habitacional que se fazia sentir na época. No entanto, apesar da persistência das carências habitacionais e da insalubridade existente na cidade do Porto, apenas 30 anos depois foram implementadas políticas sociais de habitação com impacto no município.

Em 1933 nasce o programa de casas económicas, uma das políticas sociais de habitação mais relevantes para o município na resolução das carências quantitativas de habitação desta época. É então implementado um conjunto limitado de medidas, socialmente seletivas e sem princípios estratégicos claramente definidos, que poucas respostas terão dado aos problemas de alojamento da maioria dos habitantes do Porto - a população carenciada.

O programa promovia a construção de habitações unifamiliares, independentes ou geminadas de 1 ou 2 pisos, com logradouro, baseadas nos valores e modelos de vida tradicionais da população portuguesa. (Teixeira, 1992, pp. 79-80) A qualidade Arquitetónica das habitações variava. As áreas, a composição e a organização interna, a qualidade construtiva e os acabamentos melhoravam de acordo os rendimentos das famílias a alojar. As habitações T1 construídas para as classes mais baixas da sociedade tinham uma área média de 33m², as T2 uma área média de 40m², as T3 uma área média de 48m² e as T4 com uma área média de 36m², valores que não diferiam muito das habitações construídas para as classes médias da sociedade em que uma T1 tinha uma área média de 36m², um T2 uma área média de 40m², um T3 uma área média de 51 m² e um T4 uma área média de 63m², o que correspondia a cerca de 8m² por pessoa. (Gros, 1982, p. 222)

Também a localização das casas dentro dos bairros variava de acordo com a população a que se destinavam refletindo uma segregação socioeconómica. No entanto, os últimos bairros a ser construídos pelo programa de casas económicas destinavam-se já exclusivamente às populações com maiores recursos financeiros, como é o caso dos bairro da Vilarinha e do bairro



Bairros de casas económicas

1. Vilarinha

2. António Aroso

3. Viso

Figura 35. Localização dos bairros para famílias de maiores recursos construídos ao abrigo do programa de casas económicas.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, 2009, pp. 40, 48)



Bairros de casas económicas

4. Ilhéu

5. Condominhas

6. Amial

7. Azenha

8. Paranhos

9. Ramalde

10. Costa Cabral

11. S. Roque da Lameira

12. Gomes da Costa

Figura 36. Localização de alguns dos bairros construídos entre 1935 e 1950 ao abrigo do programa de casas económicas.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, 2009, p. 38)

António Aroso, ambos construídos em 1958, e do bairro do Viso, construído em 1965. (Cardoso, 2009, pp. 40, 48) (Fig. 35)

Para além de procurar responder às necessidades habitacionais da época, este plano tinha como objetivo urbanizar uma parte da periferia do Porto e expandir os limites da cidade, regulando ao mesmo tempo o seu crescimento. Pretendia, desse modo, descongestionar o centro da cidade, combatendo a sobrelotação existente e evitando a propagação de doenças. Surgem assim as primeiras medidas de libertação do centro da cidade do Porto e de transferência dos seus moradores para a periferia. (Pereira, 2011a, p. 549)

Entre 1935 e 1950 são construídos ao abrigo do programa de casas económicas 1.662 fogos (Cordeiro, 2000b), distribuídos por 12 bairros de casas económicas: o bairro do Ilhéu, em 1935; o bairro das Condominhas, em 1937; o bairro do Amial, em 1938; e os bairros da Azenha, de Paranhos e de Ramalde, em 1939; os bairros Costa Cabral e S. Roque da Lameira, em 1942; e o bairro de Gomes da Costa, em 1950. (Cardoso, 2009, p. 38) (Fig. 36)

Um número reduzido de fogos construídos, incapaz de resolver as carências habitacionais existentes na época, que reflete o fracasso do programa de casas económicas na resolução das questões a que se propôs responder. Por outro lado, esse fracasso reflete-se também através do elevado custo das rendas destas habitações, devido aos materiais utilizados, que inviabilizaram o acesso das famílias mais carenciadas a este tipo de habitação, deixando por resolver os seus problemas habitacionais e a insalubridade da cidade. (Pereira, 2011a, pp. 549-550)

Por falta de soluções para a população mais débil continua a construção ilegal de ilhas no centro do Porto, dando continuidade ao crescimento do problema habitacional da cidade nesta época, caracterizado pela falta de habitação para as populações migrantes - que foram para a cidade à procura de um futuro melhor - e pelo crescimento desregulado da cidade que viria a provocar a sobrelotação do centro histórico da cidade e uma consequente insalubridade.



Figura 37. Fotografia de 1940 do bairro do Duque de Saldanha.
(Fonte: CMP, 1940)



Figura 38. Bairro do Duque de Saldanha.
(Fonte: Domus Social, s.d.)

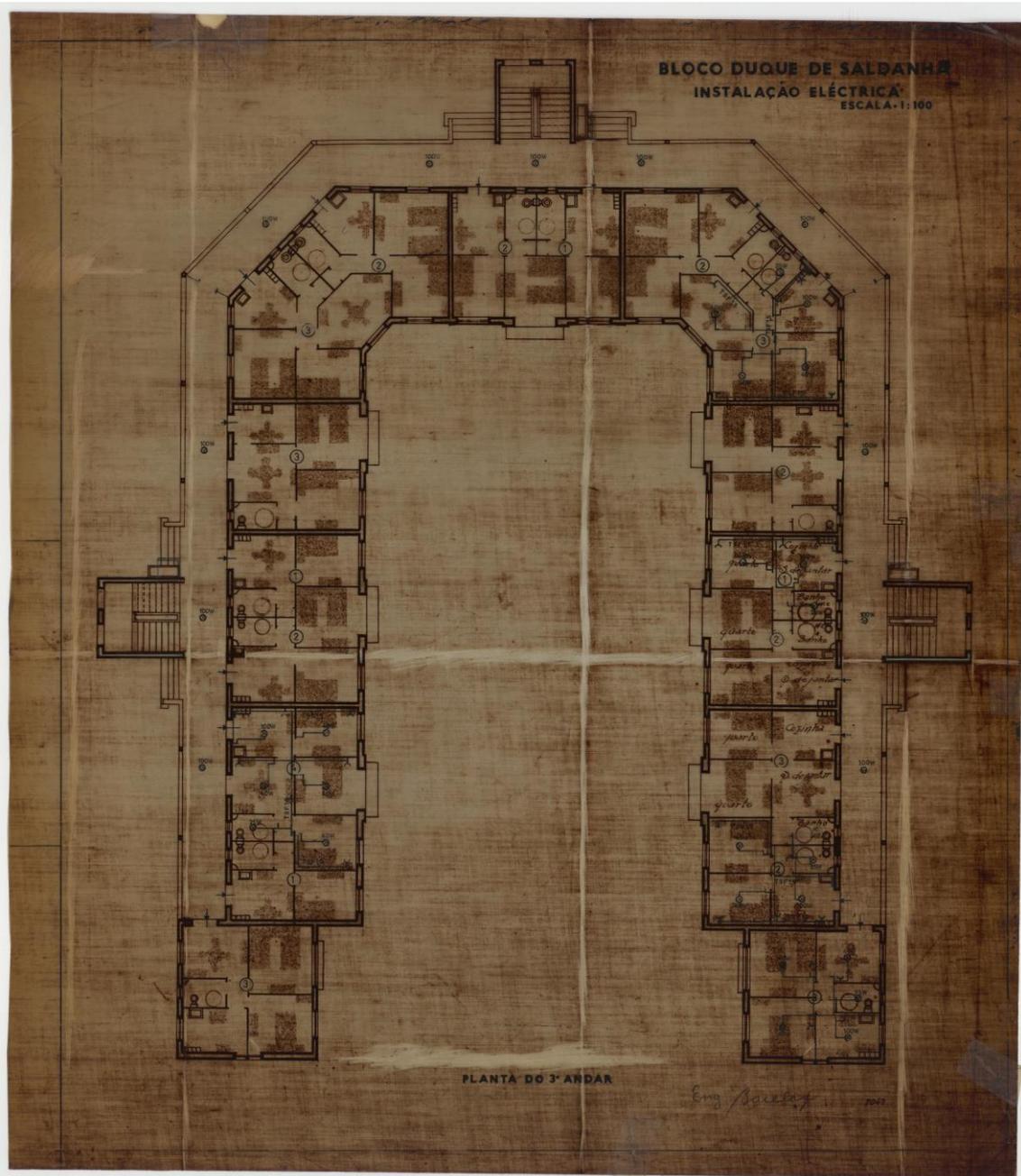


Figura 39. Planta do terceiro piso do bairro do Duque de Saldanha.
(Fonte: CMP, 1950)

Em 1939 um inquérito realizado às ilhas do Porto revela que 17% do total de população da cidade continuava a residir em ilhas. São inventariadas 1.153 ilhas, um total de 13.594 casas, onde residiam 45.243 operários. (Simões et. al., 2015, p. 19) Numa campanha de salubridade das ilhas, que decorreu entre 1940 e 1943, e que viria em 1956 a dar origem ao Plano de Salubridade das ilhas do Porto, a CMP estimou que destas 13.594 casas de ilha apenas 3.700 podiam ser melhoradas e que todas as outras deveriam ser demolidas e os seus habitantes realojados em construções novas. Nesse sentido o município defendeu a construção de blocos de habitação de interesse social em zonas centrais, próximo dos locais de residência das pessoas a realojar. (Teixeira, 1992, p. 83)

No entanto, o financiamento para estas habitações era canalizado através do Ministério das Obras Públicas (MOP), “que forçava os municípios a obedecer às diretivas governamentais no que respeita à forma e à localização dos bairros camarários”. (Teixeira, 1992, p. 82) O município viu-se, portanto, obrigado a ceder à construção de bairros coletivos, localizados na periferia. (Restivo, 2014, p. 55)

Entre 1940 e 1956, de acordo com os ideais impostos pelo MOP, baseados na política habitacional do Estado Novo, o modelo de casa unifamiliar evoluiu progressivamente para blocos de habitação coletiva de 4 pisos, (Figs. 37 e 38) com fogos de áreas muito reduzidas (Fig. 39):

“Retomava-se a ideia da habitação social em edifícios coletivos, embora localizados em áreas periféricas da cidade, em terrenos mais livres, onde os blocos eram dispostos nos terrenos sem terem necessariamente relação direta com a rua-via pública.”

(Restivo, 2014, p. 57)

A primeira experiência de habitação coletiva no Porto tinha já sido edificada em 1940, em Bomfim, através da construção do bloco do Duque de Saldanha. (Cardoso, 2010, p.2) O conjunto habitacional foi inserido na malha urbana



Bairros de casas económicas

- 1. Vilarinha
- 2. António Aroso
- 3. Viso
- 4. Ilhéu
- 5. Condominhas

- 6. Amial
- 7. Azenha
- 8. Paranhos
- 9. Ramalde
- 10. Costa Cabral
- 11. S. Roque da Lameira
- 12. Gomes da Costa

- 13. Duque de Saldanha
- 14. Rebordões
- 15. S. Vicente Paulo
- 16. Rainha D. Leonor
- 17. Pereiró

Figura 40. Planta de localização do total de bairros construídos ao abrigo do programa de casa económicas no Porto.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, 2010,p. 2)

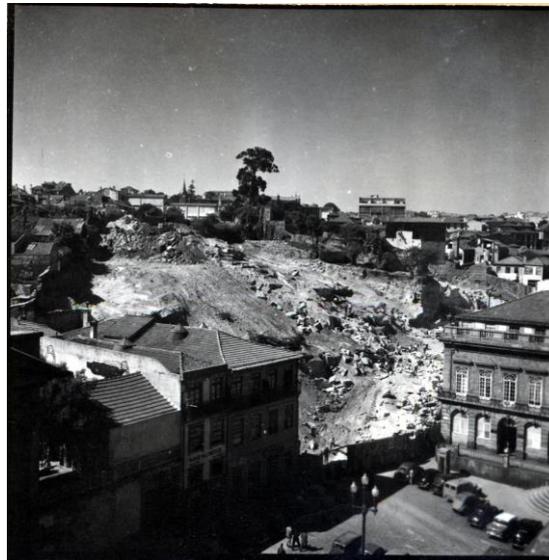


Figura 41. Demolição de ilhas na Rua do Cimo da Trindade, 1960.

(Fonte: CMP, 1960)

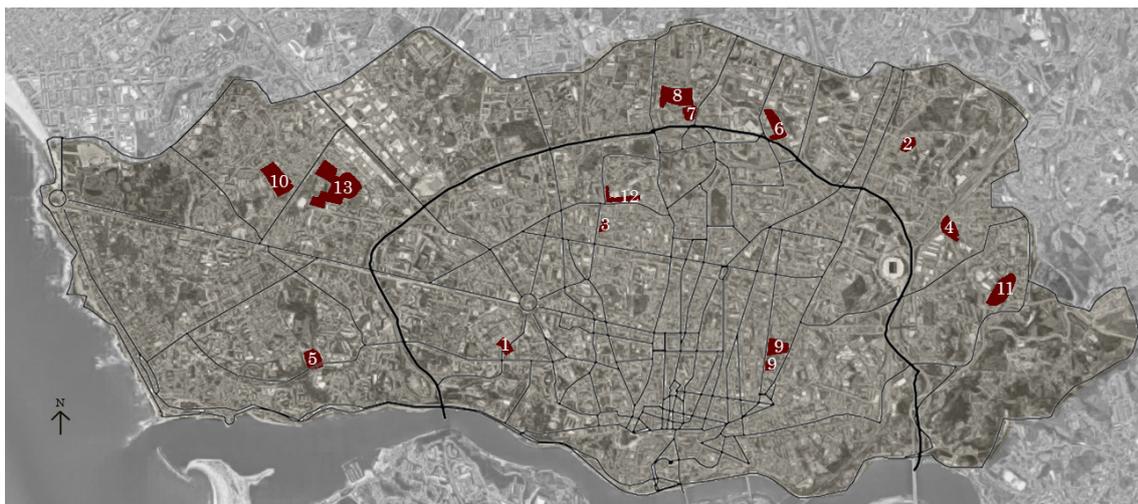
(Fig. 40), com 4 pisos e planta em U, (Figs. 37 a 39) formando um largo pátio que se abre sobre a rua, levantando polémicas dentro do município por questões urbanísticas. (Cardoso, 2010, p.2) O município decide, após esta experiência polémica de construção em altura, retomar a construção de habitações unifamiliares. É construído o bairro de Rebordões, em 1942; o bairro S. Vivente de Paulo, em 1950; o bairro Rainha Dona Leonor, em 1953; e o bairro do Pereiró, em 1956. Paralelamente foi, no entanto, dada continuidade às experiências de construção em altura, como é exemplo o aumento do bairro das Condominhas, em 1955; o aumento ao bairro de S. João de Deus³, em 1956; e o aumento ao bairro Rainha Dona Leonor, em 1955.

Entre 1935 e 1965 são construídos no município do Porto 2.756 habitações novas ao abrigo do programa de casas económicas, valor que corresponde a 17,6% do total de casas económicas edificadas no país. (Gros, 1982, p. 160) Entre 1940 e 1956 são melhoradas 285 casas de ilha e demolidas outras 360. (Fig. 41) Contudo, este número de habitações construídas ou melhoradas não foi suficiente para solucionar a carência de habitação para a população mais insolvente. (Matos, 1994, p. 693)

Em 1950 havia uma carência de mais de 450.000 fogos. (Queirós, 2015, p. 20) Com o objetivo de colmatar esta carência nasce em 1956 um programa habitacional revolucionário - o Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto - que viria a promover a construção pública de um elevado número de habitação de interesse social, garantindo pela primeira vez condições razoáveis de habitação às populações mais débeis.

Entre 1958 e 1965 foram construídos ao abrigo do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto 6.072 fogos, distribuídos por 13 bairros de habitação de interesse social: o bairro do Bom Sucesso, o Pio XII e o de Carvalhinho, em 1958; o bairro de S. Roque da Lameira, em 1959; o bairro da Pasteleira, o de Agra do Amial e o do Outeiro, em 1960; o bairro do Carriçal, em 1961; o bairro Fernão Magalhães e o de Fonte da Moura, em 1962; o bairro do Cerco

³ Inicialmente denominado bairro de Rebordões.



■ Bairros do Plano de Melhoramentos

- 1. Bom Sucesso
- 2. Pio XII
- 3. Carvalhido
- 4. S. Roque da Lameira

- 5. Pasteleira
- 6. Agra do Amial
- 7. Outeiro
- 8. Carrizal
- 9. Fernão de Magalhães
- 10. Fonte da Moura

- 11. Cerco do Porto
- 12. Regado
- 13. Engenheiro Arantes e Oliveira

Figura 42. Localização dos bairros construídos pela primeira fase do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, 2009, p. 39)



Figura 43. Bairro do Carrizal, fotografia de 1962.
(Fonte: CMP, 1962)



Figura 44. Bairro do Outeiro, fotografia de 1960.
(Fonte: CMP, 1960)

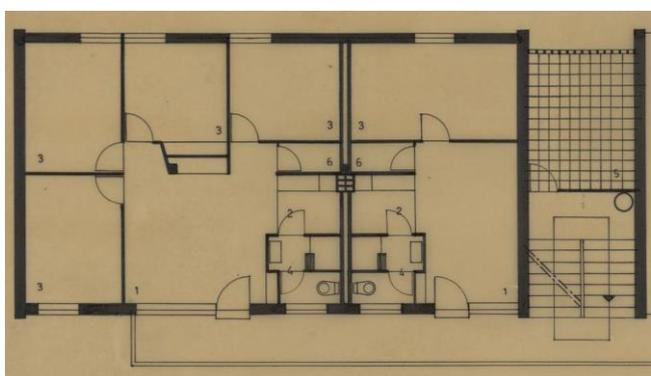


Figura 45. Planta de um T4 e de um T1 no bloco G do bairro do Amial.
(Fonte: CMP, 1958)

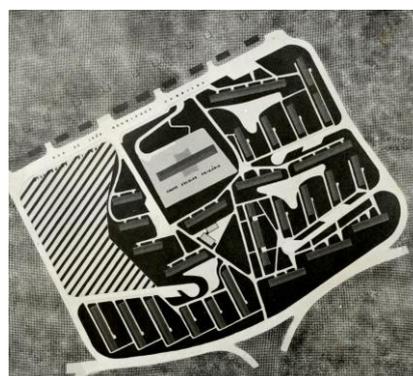


Figura 46. Planta de implantação do bairro da Pasteleira.
(Fonte: CMP, 1963)

do Porto, em 1963; o bairro do Regado em 1964; e o bairro Engenheiro Arantes e Oliveira⁴, em 1965. (Cardoso, 2009, p.39) (Fig. 42)

Com o objetivo de rentabilizar o tempo de execução de projeto e o tempo de obra e economizar recursos financeiros, são pré-estabelecidos, por Engenheiros, Arquitetos e Desenhadores, modelos de habitação e de associação das habitações em blocos coletivos, baseados nas experiências de construção em altura realizadas pelo programa de casas económicas. (Cardoso, 2009, pp. 50-51) Estes modelos caracterizavam-se, a nível morfológico, pela construção de edifícios coletivos de 4 pisos, com acessos em galerias de distribuição horizontal. (Figs. 43 e 44) (Simões et. al., 2015, p. 16) A nível tipológico procuravam um equilíbrio entre áreas mínimas e condições regulamentares de higiene e salubridade, com a quantidade mínima de gastos. (Fig. 45) (Cardoso, 2009, pp. 50-51) Cada fogo, destinado a albergar entre 3 a 6 pessoas, deveria ter uma área reduzida de 50 m² por habitação. (Portas, 1969a, p. 10) O Arquiteto Luís Almeida d'Eça foi o responsável por projetar os modelos de habitação e os primeiros modelos de associação das habitações em blocos. Os Arquitetos Miguel Reimão Pinto, Vasco Macieira Mendes e, já na década de 60, Rui Paixão, foram alguns dos responsáveis por dar continuidade ao trabalho do Arquiteto Luís Almeida d'Eça. (Cardoso, 2009, p. 50)

A localização periférica dos novos bairros de habitação de interesse social, conjuntamente com o seu plano urbano - com arruamentos próprios, isolados e fechados sobre si mesmo (Fig. 46) - daria início ao processo de transferência da população mais carenciada do centro da cidade para a periferia, provocando a sua segregação sócio espacial e favorecendo a apropriação capitalista desta área:

“Dá-se início à expulsão das classes populares do centro do Porto e, conseqüentemente, ao progressivo esvaziamento da cidade.”

(Queirós, 2007, p. 92)

⁴ Atualmente denominado bairro de Campinas.



Figura 47. Zonamento proposto pelo Plano Regulador da cidade do Porto.
(Fonte: Matos, 2001, Vol. 1 p. 278)

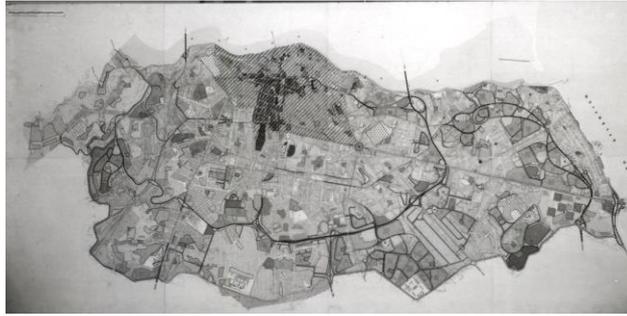
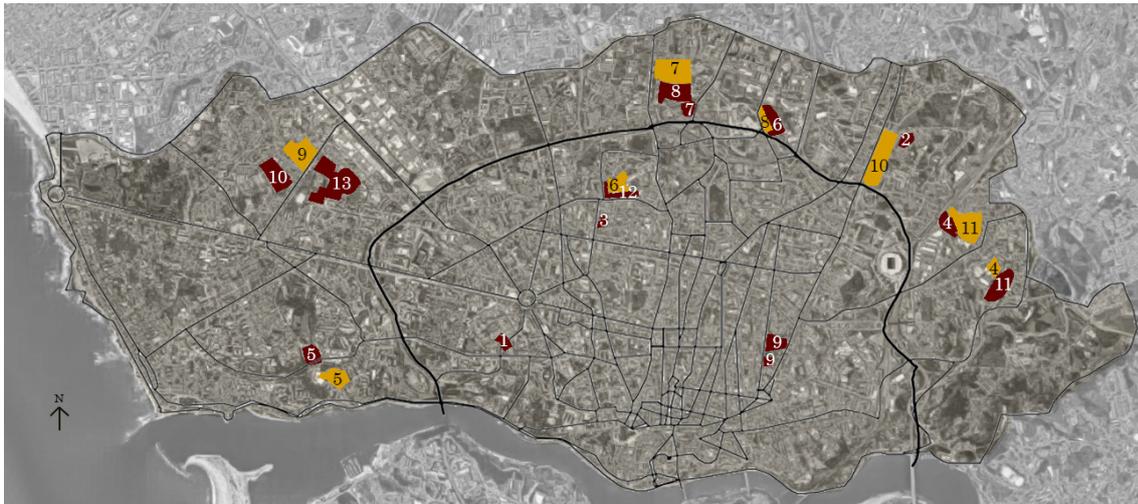


Figura 48. Zonamento proposto pelo Plano Diretor da Cidade do Porto.
(Fonte: CMP, 1967)



■ Bairros do Plano de Melhoramentos

1. Bom Sucesso
2. Pio XII
4. S. Roque da Lameira
5. Pasteleira
6. Outeiro
7. Agra do Amial
8. Carrical
10. Fonte da Moura
11. Cerco do Porto
12. Regado
13. Eng. Arantes e Oliveira

■ Bairros de casas económicas

4. Ilhéu
5. Condominhas
6. Amial
7. Azenha
8. Paranhos
9. Ramalde
10. Costa Cabral
11. S. Roque da Lameira

Figura 49. Bairros do Plano de Melhoramentos construídos junto aos bairros de casas económicas.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, 2009, p. 39 e de Cardoso, 2010, p. 2)

Os primeiros bairros a ser construídos ao abrigo do Plano de Melhoramentos terão sido implantados de acordo com o Plano Regulador da cidade do Porto, de Antão de Almeida Garret, aprovado em 1954. (Fig. 47) Localizavam-se na periferia, junto dos bairros de casas unifamiliares, aproveitando as infraestruturas preexistentes, economizando recursos económicos, e colaborando na densificação da periferia da cidade. (Cardoso, 2010, p. 4) É o caso do bairro da Pasteleira, implantado junto ao bairro Gomes da Costa; do bairro de Campinas, implantado junto ao bairro de Ramalde; do bairro do Regado, implantado junto ao bairro de Agra do Amial; do bairro do Carriçal, implantado junto ao bairro da Azenha; do bairro do Outeiro, implantado junto ao bairro de Paranhos; do bairro Pio XII, implantado junto ao bairro Costa Cabral; e do bairro de S. Roque da Lameira, implantado junto ao bairro do Ilhéu. (Fig. 49)

Os restantes bairros construídos pelo Plano de Melhoramentos serão implantados na periferia, em terrenos vazios da cidade, procurando regular a implantação de futuras construções, já de acordo com o Plano Diretor da Cidade do Porto, de Robert Auzelle, aprovado em 1964. (Cardoso, 2010, p. 4) Este novo plano surge com o objetivo de libertar áreas interditas no Plano Regulador da cidade do Porto para a construção de bairros de habitação promovidos pelo Plano de Melhoramentos. (Fernandes, 2015, p. 40) (Fig. 48) O documento prevê uma libertação da área central da cidade, através da supressão residencial, permitindo assim a concentração de atividades do setor terciário no núcleo histórico do Porto. A função residencial da cidade começa nesta altura a ser redefinida e as diferenças sociais fomentadas:

“[...] a área central da cidade perde funções residenciais e industriais e a chamada periferia citadina ganha funções residenciais segmentadas.”

(Pereira e Queirós, 2009, p. 93)

Inicia-se o processo de segregação social e espacial da cidade do Porto, através do deslocamento da população com menos posses económicas do



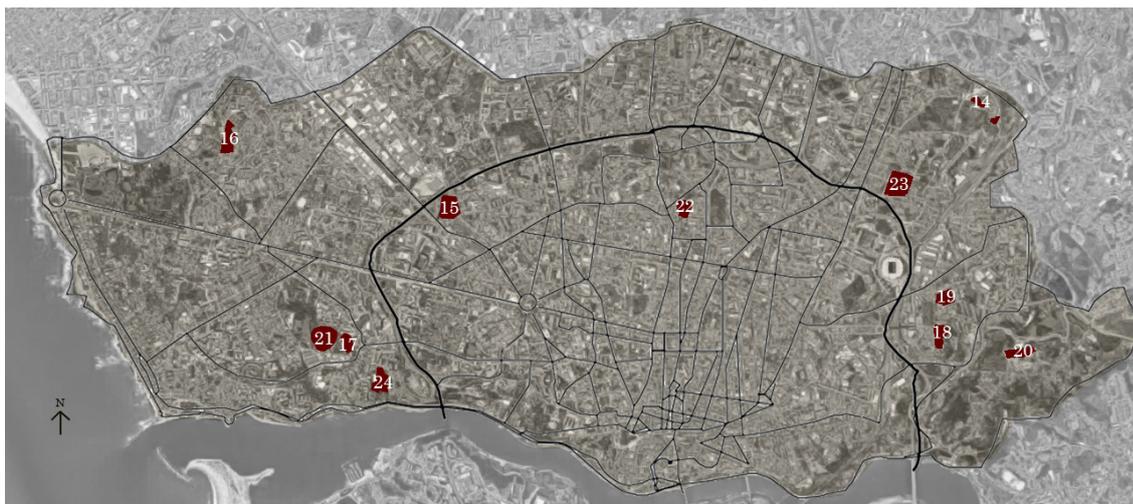
Figura 50. Convívio entre vizinhos das ilhas do Porto.
(Fonte: CMP, 1960)

centro da cidade para os concelhos limítrofes - diluindo as relações de vizinhança construídas e subestimando o significado da habitação para estas pessoas. Entre 1960 e 1970 a zona central do Porto perde 17% da sua população em consequência da localização dos bairros do Plano de Melhoramentos. (Queirós, 2015, p. 58)

Durante os anos 70, do século passado, os bairros de habitação de interesse social construídos ao abrigo deste plano começam a ser alvo de insatisfação dos moradores - maioritariamente provenientes das ilhas e portanto fortemente ligados à vida citadina e aos laços de solidariedade e vizinhança que lá tinham construído (Fig. 50) - que se mostram não só descontentes com o baixo padrão de qualidade construtiva dos edifícios, que provocara uma rápida degradação dos mesmos, mas também com o seu realojamento periférico. (Cachado e Baía, 2012, pp. 29-30) Inconformados, os arrendatários com maiores posses financeiras, com possibilidade de acesso aos créditos bancários, procuram novas casas no mercado. Sem alternativa, os arrendatários economicamente mais frágeis mantêm-se nos bairros de habitação de interesse social que progressivamente vão concentrando problemas de ordem social e económica. (Pereira, 2011a, p. 555)

Consequentemente, registam-se em vários destes bairros de habitação de interesse social processos de progressiva concentração das populações mais frágeis, económica e socialmente, reforçando os processos de estigma social e o empobrecimento da população residente.

A construção de bairros de habitação de interesse social na periferia terá um importante papel na recomposição e expansão da cidade, no entanto, as orientações de planeamento urbano não foram pensadas em conjunto com as políticas sociais de habitação, o que provocou uma separação social e uma consequente estigmatização das famílias realojadas. É nas novas cidades limítrofes que surgem as maiores desigualdades urbanísticas e se identificam as maiores carências habitacionais e sociais que consequentemente levam à produção de modos de vida marginais, acentuando os processos de exclusão. (Cachado e Baía, 2012, p. 26)



■ Bairros do Plano de Melhoramentos	14. S. João de Deus	16. Manuel Carlos Agrelos	20. Lagarteiro
	15. Francos	17. Lordelo	21. Nuno Pinheiro Torres
		18. Monte da Bela	22. Bom Pastor
		19. Falcão	23. Contumil
			24. Aleixo

Figura 51. Localização dos bairros construídos pela segunda fase do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto.
 (Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, 2010, p.3)



Figura 52. Bairro do Lagarteiro, fotografia de 1973.
 (Fonte: CMP, 1973)

Mais uma vez a quantidade de habitações construídas pelo município do Porto não é suficiente para colmatar as carências habitacionais existentes na cidade. O Plano de Melhoramentos é então alargado, em 1966, para uma segunda fase de construção de habitação de interesse social. São construídos ao abrigo deste programa mais 1.674 fogos, distribuídos por 10 bairros, nomeadamente: o bairro de Francos e a ampliação do bairro de S. João de Deus, ambos concluídos em 1966; o bairro de Aldoar, em 1968; o bairro de Lordelo, em 1969; o bairro Monte da Bela, em 1970; os bairros Falcão e Lagarteiro, em 1971; o bairro de Bom Pastor, em 1973; o bairro do Aleixo, em 1976; e o bairro de Contumil, em 1975. (Cardoso, 2010, p.3) (Fig. 51)

A tipologia e a morfologia dos modelos promovidos pela segunda fase do Plano de Melhoramentos procuravam ajustar-se às necessidades e à realidade da época. Os blocos eram constituídos por 3 a 5 andares, sem elevador, e tinham uma forma paralelepípedica. A solução em galerias de distribuição horizontal é substituída por um modelo de acesso vertical, (Fig. 52) procurando desse modo evitar a apropriação destes espaços e os consequentes conflitos entre vizinhos. A flexibilização da forma dos blocos e a construção em grande escala de edifícios desenvolvidos em extensão iniciaram-se também nesta fase. (Simões et. al., 2015, p. 23)

A economia de recursos materiais na primeira fase do Plano de Melhoramentos refletiu-se em inúmeros problemas construtivos e deficientes condições de conforto no interior das habitações. Na segunda fase do Plano de Melhoramentos foram portanto feitas alterações ao nível dos materiais utilizados na construção dos edifícios, de modo a eliminar ou reduzir significativamente a degradação das construções e os consequentes custos de reabilitação. (Simões et. al., 2015, p. 25)

Apesar do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto ter sido o responsável pela construção de grande parte da habitação de interesse social existente ainda hoje no município, mais uma vez a carência quantitativa e qualitativa de habitação não é resolvida e a habitação insalubre continua a



■ **Bairros do Plano de Melhoramentos**

1. Bom Sucesso
2. Pio XII
4. S. Roque da Lameira
5. Pasteleira
6. Outeiro
7. Agra do Amial
8. Carrçal
10. Fonte da Moura
11. Cerco do Porto
12. Regado
13. Eng. Arantes e Oliveira
14. S. João de Deus
15. Francos
16. Manuel Carlos Agrelos
17. Lordelo

18. Monte da Bela
19. Falcão
20. Lagarteiro
21. Nuno Pinheiro Torres
22. Bom Pastor
23. Contumil
24. Aleixo

■ **Restantes bairros municipais**

25. Jerónimo de Azevedo
26. Ferreira de Castro
27. Cruzes
28. Ilhéu
29. Condominhas
30. Duque de Saldanha
31. S. Vicente Paulo
32. Rainha D. Leonor
33. Antas
34. Eng. Machado Vaz

35. Falcão
36. Ramalde
37. Central de Francos
38. Vale Formoso
39. Bessa Leite
40. Mouteira
41. Santa Luzia
42. Sidónio Pais
43. Parceria e Antunes
44. Choupos
45. Pasteleira
46. Fontinha
47. Monte de S. João
48. Travessa dos Salgueiros
49. Fontainhas
50. Bairro dos CTT

Figura 53. Total de bairros construídos ao abrigo do Plano de Melhoramentos em relação ao total de bairros atualmente propriedade no Município do Porto.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, 2009, p. 39, de Cardoso, 2010, p.3 e de Domus Social, 2013, p. 5)

existir na cidade. (Fig. 53) Irá intensificar-se na década de 1960, fruto do processo de urbanização da cidade, criando um cenário de sobrelotação e insalubridade que se viria progressivamente a traduzir em degradação e pauperização, potenciadores de estigma social e disseminação de doenças. Em 1963 mais de 60% da população tinha a seu cargo pessoas doentes. (Queirós, 2013, p. 113)

Entre 1960 e 1970 habitavam no centro histórico do Porto cerca de 300.000 pessoas, mais 65.000 do que as que lá habitavam em 2013, e numa área menos extensa que a existente em 2013. O processo de suburbanização iniciara-se nesta época, mas é em 1980 que irá tomar proporções maiores. A densidade populacional rondara os 400.000 habitantes por km², enquanto na periferia, onde se começavam a construir os bairros de habitação de interesse social, habitavam cerca de 7.000 pessoas por km². (Queirós, 2013, pp. 108-109)

Durante a ditadura pouco ou nada foi feito pelo estado no domínio urbanístico e habitacional. A atuação do estado caracterizou-se pela inação face ao problema habitacional existente ou pela resposta não planificada às situações de emergência, através de demolições e da transferência da população mais carenciada para a periferia: (Queirós, 2015, p. 114)

“[...] entre 1950 e 1973, a percentagem da habitação social dependendo da intervenção direta do Estado, nunca representou mais de 10% da construção global anual de habitação.”

(Matos, 2001, Vol.2, p. 113)

Com a instauração do estado democrático em 1974, são redefinidas as políticas sociais de habitação e há uma intervenção mais forte do estado na promoção de habitação. Pela primeira vez, e talvez única, era implementada uma política social de habitação estruturada de acordo com as necessidades da população mais desfavorecida. É implementada uma política contra capitalista, que se materializou na criação do programa SAAL e do



Bairros do SAAL

1. Maceda

2. Antas

3. Chaves de Oliveira

4. S. Vítor

5. Leal

6. Lapa

7. Massarelos

8. Contumil

9. Francos

10. Bouça

Figura 54. Planta de localização de alguns dos bairros construídos ao abrigo do programa SAAL.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Bandeirinha, 2007, pp. 409-437)



Figura 55. Bairro da Maceda Acácio.
(Fonte: Coentrão, 2016)



Figura 56. Bairro de S. Vítor.
(Fonte: <http://ofhouses.tumblr.com>)

CRUARB com o objetivo de realojar a população carenciada sem a retirar do local onde habita. Esta população experimenta finalmente uma melhoria das suas condições habitacionais e de vida. Após várias décadas de miséria usufrui do seu direito à cidade e a uma habitação condigna.

Em 1976 estava iniciada a construção de 33 bairros de habitação de interesse social ao abrigo do SAAL, de entre os quais se destacam, pela evolução processual ou Arquitetónica: a Maceda Acácio, do Arquiteto Alcino Soutinho; as Antas, de Pedro Ramalho; o Chaves de Oliveira, de Manuel Lessa; S. Vitor, de Álvaro Siza; o Leal, de Sérgio Fernandez; e a Lapa, de Alfredo Matos Ferreira e Beatriz Madureira. Todos estes bairros teriam sido iniciados ainda em 1974. Dos bairros iniciados a partir de 1975 destacam-se, pelas mesmas razões: o de Massarelos, de Manuel Fernandes de Sá; Arrábida, de Camilo Cortesão, José Luís Carvalho Gomes e José Manuel Soares; o de Contumil, de Célio Costa; o de Francos, de Rolando Torgo; e o da Bouça, de Álvaro Siza. (Bandeirinha, 2007a, pp. 246-247) (Fig. 54)

No Porto predominou a construção de habitações unifamiliares de baixa altura, geminadas e organizadas em banda, algumas com logradouros. (Figs. 55 e 56) A maioria das intervenções decorreram no centro da cidade, em espaços livres existentes na malha urbana, onde predominavam as ilhas.

No mesmo período em que decorriam as operações do SAAL continuava a construção de bairros de grande dimensão, com projeto aprovado antes da revolução, localizados na periferia da cidade do Porto, destinados a acolher centenas de famílias mal alojadas. (Pereira e Queirós, 2009, p. 95) É o caso da construção do bairro de Contumil, terminada em 1975, e da construção do bairro do Aleixo, terminada em 1976.

O CRUARB dá início, ainda em 1974, ao avanço das propostas apresentadas por Fernando Távora no Estudo de Renovação Urbana do Barredo, elaborado em 1969, perante o agravamento dos problemas de insalubridade e sobrelotação da zona central da cidade do Porto e a crítica às políticas de libertação desta área. O estudo, de carácter ambicioso e inovador nos objetivos e metodologia, posicionava-se contra as propostas de demolição

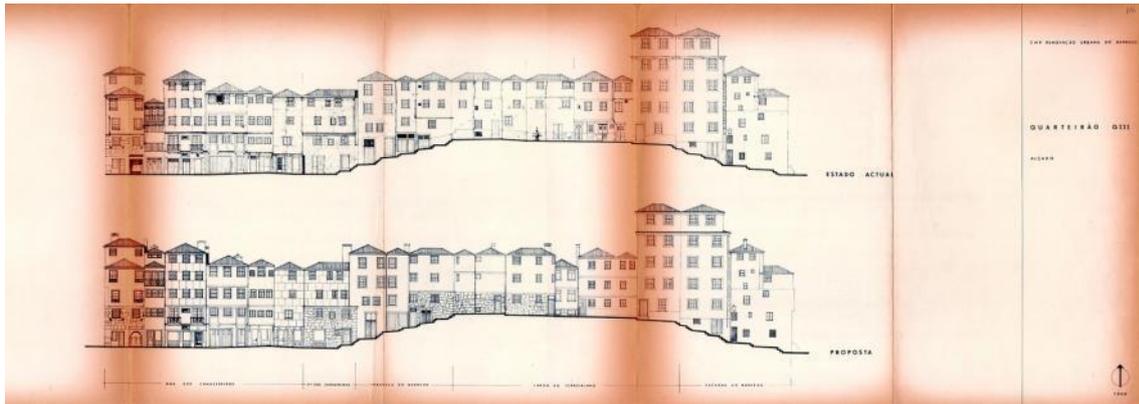


Figura 57. Proposta de Renovação Urbana do Barredo.
(Fonte: <http://foiassimk.blogspot.pt>)



○ Bairros que não foram construídos

1. Bela Vista - D. João IV, de Mário Trindade
2. Sé, de Carlos Guimarães, Carlos Prata e José Gigante - uma equipa composta por estudantes de arquitetura
3. Prelada, de Fernando Távora
4. Parceria Antunes, de Henrique Vanez.
5. Arrábida, de Camilo Cortesão
6. Boavista, de João Resende e João Godinho
7. Miragaia, de Fernando Távora

■ Bairro que não foram concluídos

8. Francos
9. Lapa
10. Leal

Figura 58. Planta de localização dos bairros SAAL que acabaram por não ser construídos ou concluídos.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Bandeirinha, 2007, pp. 409-437)

total ou quase total do edificado e a favor de pequenas beneficiações do edificado e dos espaços públicos. (Queirós, 2013, pp. 118-119) Assim, promoveu o arranjo e a reanimação do espaço urbano do centro Porto, em particular da Ribeira/ Barredo, onde os problemas sociais e habitacionais mais careciam de intervenção. (CRUARB, 1992, p. 13) (Fig. 57)

Progressivamente a revolucionária intervenção estatal na resolução das carências habitacionais vai esmorecer e o programa SAAL é extinto. A maioria dos projetos não são concluídos e os que são revelam-se abaixo das necessidades. (Pereira, 2011a, p. 554) (Fig. 58) Desde então que não se voltou a vislumbrar uma iniciativa com tais propósitos promovida pelo estado.

Em 1980 inicia-se uma mudança de estratégia política, traduzida na transferência de responsabilidades no domínio habitacional do estado para o mercado privado, para as cooperativas de habitação e para os sistemas de crédito bancário, provocando a vulnerabilização das famílias mais desfavorecidas que, por limitação ou ausência de recursos, ficarão privadas do acesso a uma habitação condigna.

É nesta altura, em 1982, que a gestão do CRUARB passa a ser da responsabilidade do município do Porto e que conseqüentemente a renovação no centro da cidade começa a seguir uma lógica capitalista e de terciarização do espaço urbano, passando este a ser o local da cidade mais procurado para atividades de lazer pela população do Porto e pelos turistas. Os espaços habitacionais reabilitados pelo programa passam nesta altura a dar lugar a espaços comerciais e a função residencial das classes mais débeis é deslocada, mais uma vez, para a periferia. (Pereira, 2011a, p. 37)

No âmbito deste plano de renovação urbana terão sido realojadas 447 famílias, entre 1990 e 1997. Destas, apenas 104 foram realojadas em habitações reabilitadas no centro histórico - 24 em Miragaia; 50 em S. Nicolau; 24 na Sé; 6 na Vitória. As restantes foram transferidas para bairros camarários localizados na periferia. (Queirós, 2015, p. 176) Até 1983, foram

(Fig. 59) No entanto, depois da mudança de gestão do CRUARB, nenhuma destas famílias teve a possibilidade de regressar às suas origens, como lhes teria sido prometido.

São também nesta altura recuperadas algumas das antigas políticas habitacionais. Com a extinção do FFH, em 1984, a promoção habitacional, agora promovida pelo INH e pelo IGAPHE, virá novamente dar preferência às classes com mais posses económicas da sociedade através de políticas habitacionais voltadas para as facilidades de crédito e incentivos às cooperativas de habitação. Materializam-se políticas de habitação diferentes de acordo com os promotores e as classes sociais das famílias a alojar:

“[...] à medida que se esvaziava o fulgor revolucionário, várias das antigas marcas de política habitacional eram recuperadas e implementadas na periferia da cidade.”

(Pereira e Queirós, 2009, p. 95)

Entre 1980 e 1990 o número de fogos promovidos pelo estado será bastante reduzido. É a iniciativa privada que, impulsionada pelos incentivos ao crédito e à construção cooperativa, vai dar continuidade ao crescimento periférico da cidade e ao crescimento do mercado de compra e venda de habitação. (Queirós, 2009, p. 98)

Como consequência da implementação destas políticas, o município do Porto apresenta, ainda hoje, por um lado uma elevada percentagem de habitação privada (Fig. 60) e, por outro, um conjunto relevante de famílias sem acesso a uma habitação condigna. (Pereira, 2003, p. 144) (Fig. 61)

Perante a falta de resposta do estado aos problemas habitacionais da população mais carenciada surge no município do Porto um conjunto de barracas clandestinas. É então criado, em 1993, o programa PER com o objetivo de erradicar estas situações de habitação precária, através da promoção de habitação a custos controlados.

CONCELHO/ FREGUESIA	BARRACAS E ILHAS ABARRACADAS	
	NÚMERO	PERCENTAGEM
Aldoar	258	40,4
Bonfim	4	0,6
Campanhã	87	13,6
Cedofeita	1	0,2
Foz do Douro	1	0,2
Lordelo do Ouro	3	0,5
Massarelos	38	5,9
Miragaia	2	0,3
Nevogilde	0	0
Paranhos	126	19,7
Ramalde	61	9,5
St. Ildefonso	3	0,5
S. Nicolau	0	0
Sé	55	8,6
Vitória	0	0
TOTAL	639	100

Figura 62. Barracas e ilhas abarracadas por freguesia, no município do Porto.
(Fonte: Elaboração própria com bases nos dados recolhidos de Matos, 2011, Vol. 2, p. 23)



■ Bairros de casas económicas	19. Falcão	7. Condominhas
3. Viso	20. Lagarteiro	8. Monte de S. João
5. Condominhas	■ Bairros do PER	9. Travessa dos Salgueiros
9. Ramalde	1. Aldoar	10. Fontinha
12. Gomes da Costa	2. Choupos	11. Falcão
■ Bairros do Plano de Melhoramentos	3. Jerónimo de Azevedo	12. Lagarteiro
16. Manuel Carlos Agrelos	4. Cruzes	13. Fontainhas
	5. Ferreira de Castro	
	6. Pasteleira	

Figura 63. Planta de implantação de alguns dos bairros construídos ao abrigo do PER.
(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Matos, 2014, p. 13, de Cardoso, 2009, p. 39 e de Cardoso, 2010, p.3)

Numa primeira fase foi feito um levantamento dos alojamentos precários existentes na cidade do Porto, permitindo ao município conhecer melhor os seus problemas habitacionais. Foram identificadas 639 alojamentos precários dispersos por vários pontos da cidade, onde habitavam 1.356 pessoas. (Fig. 62) (Matos, 2004, pp. 7-10) Depois de identificados os problemas habitacionais da cidade inicia-se a fase de projeto das novas habitações económicas. O município do Porto convidada Arquitetos para projetar habitações de boa qualidade Arquitetónica e construtiva, como é exemplo o bairro do Monte de S. João, que venceu o prémio INH para promoção municipal em 2004 (Matos, 2004, p. 13); o conjunto habitacional das Fontainhas, que venceu o prémio IHRU 2008; e o bairro da Travessa dos Salgueiros, Menção Honrosa IHRU 2008. (Domus Social, 2013, p. 8) (Fig. 63)

No Porto são adotados ao abrigo do PER, nalguns casos, modelos inovadores que se materializam na construção de bairros de habitação de interesse social de baixa altura e pequena escala, com 20 a 25 fogos, em áreas centrais da cidade, procurando integrar “finalmente preocupações urbanísticas, preocupações sociais e envolvimento da população nas decisões relativas ao processo de realojamento”. (Pereira e Queirós, 2009, p. 99) Exemplo destas opções é o bairro do Monte de S. João, o da Travessa dos Salgueiros, o da Fontinha, e o das Fontainhas. (Fig. 63) Noutros casos repetem-se os erros do passado e constroem-se bairros de habitação de interesse social na periferia, (Pereira e Queirós, 2009, p. 99) muitos deles junto de outros bairros de habitação de interesse social promovendo uma massificação da habitação de interesse social, como era o caso de um núcleo em Aldoar, junto ao bairro de Aldoar; um em Ramalde, junto ao bairro de Ramalde; dois em Lordelo do Ouro, um junto ao bairro Gomes da Costa e outro junto ao bairro das Condominhas; três no Viso, junto ao bairro do Viso; e dois em Campanhã, um junto ao bairro do Lagarteiro e outro junto ao bairro do Falcão. (Fig. 63)

A periurbanização dos concelhos limítrofes da cidade do Porto, através de transferências de população do centro da cidade para a periferia, onde novos bairros de habitação de interesse social estavam a ser construídos, provoca um esvaziamento da zona central da cidade, que se traduz numa profunda

perda demográfica. (Pereira, 2011a, p. 556) Em consequência desta perda demográfica o Porto foi concentrando no seu núcleo um elevado número de habitação devoluta, provocando o envelhecimento e a degradação da cidade. Com o objetivo de colmatar este problema surge no final do século XX uma nova geração de políticas sociais de habitação, voltadas para a reabilitação do edificado.

Porto (município)	1930	2001	2011	Varição Entre 2001 e 2011
População residente	229.794	263.131	237.591	- 9,7%
Alojamentos propriedade do estado	-	3.333	2.369	- 1,1%
Alojamentos propriedade do município	-	11.687	11.568	- 0,5%

Figura 64. Variação habitacional no município do Porto.

(Fonte: Elaboração própria com base nos censos de 2001, nos censos de 2011 e no recenseamento geral da população de 1930, publicados pelo INE, I.P.)

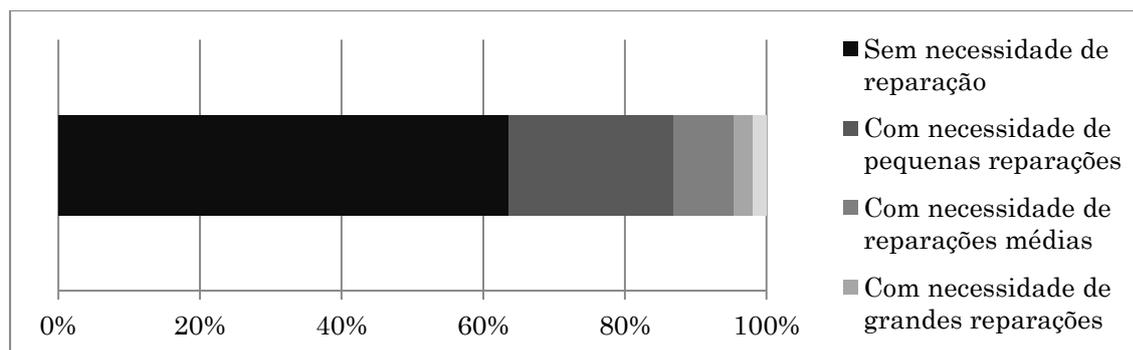


Figura 65. Estado de conservação dos alojamentos no município do Porto, em 2011.

(Fonte: Elaboração própria com base nos censos de 2011)

3.2. A REVITALIZAÇÃO DA CIDADE

Na década de 90 do século passado verifica-se uma mudança de estratégia política. Desde então que o estado tem direcionado as suas preocupações e recursos para a revitalização da cidade e para o seu crescimento económico, através da reabilitação urbana e “do que ela pode representar enquanto oportunidade de negócio para investidores e enquanto oportunidade de desenvolvimento e realização pessoal para turistas, consumidores e novos residentes dos territórios a transformar.” (Queirós, 2016, p. 34) De acordo com o governo, o objetivo seria o de promover uma miscigenação e um reequilíbrio social, no entanto não é a realidade que se verifica. As suas estratégias e programas de intervenção urbanística e habitacional são, geralmente, direcionadas para a promoção da ocupação capitalista do centro da cidade e para uma consequente expulsão das populações mais carenciadas para a periferia, dando continuidade às políticas implementadas na década anterior. Em consequência da implementação de tais medidas verificou-se entre 2001 e 2011 uma perda habitacional de mais de 25.000 pessoas, sobretudo no centro da cidade, recuando até valores próximos aos que se podiam encontrar na cidade na década de 1930: (Queirós, 2016, pp. 34-36) (Fig. 64)

“A performance demográfica da cidade contrasta visivelmente com a da respetiva área metropolitana, cuja densidade populacional tem aumentado de forma contínua ao longo dos últimos cinquenta anos.”

(Queirós, 2016, p. 36)

Em consequência deste processo de despovoamento, diretamente relacionado com o reduzido mercado de arrendamento e com os elevados preços da habitação nova ou arrendada - medidas que caracterizam a promoção da ocupação capitalista do centro da cidade - há atualmente uma elevada proporção de fogos vagos, muitos deles em acentuado estado de degradação. (Fig. 65) Em 2001 existiam na cidade do Porto 291.453 fogos vagos e 54%

deles necessitavam de ser reabilitados. (CET-ISCTE, IRIC-UPORTO e A. Mateus & Associados, 2008a, p. 112)

Com a atribuição do estatuto de Património Mundial da Humanidade ao centro histórico do Porto, em 1994, pela UNESCO, a reabilitação urbana torna a incidir em medidas voltadas para a criação de uma imagem do Porto como centro turístico e cultural de excelência. A estratégia volta-se para a atração de turistas, serviços e novos residentes para o centro da cidade do Porto, dando continuidade ao processo de libertação do solo urbano iniciado na década de 1980. (Queirós, 2007, pp. 94-95)

Também a candidatura da cidade a Capital Europeia da Cultura, em 2001, vem reforçar a vontade da cidade em criar uma imagem voltada para o turismo. A Porto 2001 apresentava uma estratégia de reabilitação voltada para a criação ou transformação de espaços culturais favoráveis à atração de investimentos e à fixação de novos residentes, acabando por apresentar uma escassez de resultados concretos em termos de reabilitação urbana. (Queirós, 2007, p. 96)

A estratégia de intervenção da Porto 2001 baseava-se na revitalização do espaço público - através da remodelação de praças, jardins e ruas - na criação ou transformação de espaços culturais - como é o caso da construção da Casa da Música e da Biblioteca Municipal Almeida Garret e da renovação do Teatro Carlos Alberto - e “na constituição de um cenário cultural e imagético favorável à atração de investimentos e à fixação de novos residentes.” (Queirós, 2007, p. 96)

No entanto as elevadas expectativas cridas pelo programa, que chegou ao fim em 2002, revelaram-se escassas na apresentação de resultados concretos em termos de reabilitação, contribuindo para que “a capital Europeia da Cultura fosse por muitos considerada uma oportunidade perdida de revitalização, a todos os níveis, da cidade.” (Queirós, 2007, p. 96)

De acordo com Queirós (2007), nos finais de 2001, com a entrada de Rui Rio no governo, inicia-se um novo ciclo de planeamento e gestão urbana da cidade, nomeadamente no que diz respeito à reabilitação urbana da baixa do



Figura 66. Imagem de marca do centro histórico do Porto.
(Fonte: <http://1.blogspot.com>)

Porto e à reconversão dos bairros de habitação de interesse social da cidade. As políticas sociais de habitação, a segurança e o urbanismo passam, nesta altura, a ser as grandes prioridades da CMP. (Queirós, 2007, pp. 96-99)

São implementadas medidas orientadas para a promoção do centro urbano, enquanto elemento de afirmação nacional e internacional da cidade, conferindo-lhe potencial competitivo. A reabilitação urbana é novamente voltada para o reforço da atratividade da cidade, relativamente a fluxos de investimento, através da criação de uma imagem de marca mediática. (Fig. 66) Torna-se, nesta altura, na questão central das medidas políticas, justificando a criação da Porto Vivo - SRU para coordenar o processo de reabilitação. (Queirós, 2007, p. 101) Mais uma vez são criadas as condições para uma apropriação desta área pelos grupos sociais com mais posses e feita a exclusão dos mais carenciados a nível habitacional e comercial.

A primeira década do século XXI é assim marcada pela implementação de estratégias voltadas para a ocupação capitalista do centro da cidade através do afastamento da população mais carenciada para a periferia, sem possibilidade de aceder ao mercado imobiliário. É igualmente marcada pela implementação de medidas urbanas radicais no que diz respeito à reabilitação de bairros de habitação de interesse social.

Os bairros de habitação de interesse social do município do Porto, maioritariamente construídos entre 1940 e 1970 no âmbito do programa de casas económicas e do Plano de Melhoramentos, revelam-se nesta altura desajustados face à evolução dimensional, económica e social das famílias. Apresentam conjuntamente uma grande degradação física, não só derivado à utilização de materiais de baixa qualidade na sua construção, mas também derivado à falta de manutenção e gestão da CMP. A concentração de populações desfavorecidas nestes complexos habitacionais, localizados geralmente na periferia e sem equipamentos de apoio nem espaços de convívio, ter-se-á revelado potenciadora de processos de isolamento e exclusão da população residente, favorecendo fenómenos de marginalidade e insegurança. Outro fator importante que terá contribuído para a



- | | | |
|------------------|-------------------------|-----------------------|
| 1. Agra do Amial | 5. Nuno Pinheiro Torres | 9. Fonte da Moura |
| 2. Carvalhido | 6. Lordelo | 10. Duque de Saldanha |
| 3. Campinas | 7. S. Roque da Lameira | |
| 4. Francos | 8. Aldoar | |

Figura 67. Alguns dos bairros de interesse social do município do Porto requalificados entre 2004 e 2012.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Domus Social, 2013)



- | | | |
|---------------------|---------------|-----------------|
| 1. Carvalhido | 5. Outeiro | 9. Contumil |
| 2. Vale Formoso | 6. Regado | 10. Santa Luzia |
| 3. Fernão Magalhães | 7. Carriçal | |
| 4. Pio XII | 8. Lagarteiro | |

Figura 68. Alguns dos bairros de interesse social do município do Porto requalificados entre 2002 e 2012.

(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Domus Social, 2013)

concentração de comportamentos desviantes e para a degradação física e social destes bairros é o facto destas famílias, habituadas a um determinado estilo de vida, não terem sido acompanhadas na adaptação a esta sua nova realidade habitacional, fator que contribuiu para o seu isolamento e para a criação de um estigma por parte da restante população da cidade em relação aos bairros de habitação de interesse social e aos seus moradores.

Em 2002 inicia-se no município do Porto um programa de reabilitação de bairros de habitação de interesse social, promovida pela Domus Social, com o objetivo de requalificar os bairros degradados construídos no século passado e desde então deixados ao abandono:

“[...] pretendeu-se não só melhorar as condições de vida dos inquilinos municipais, mas também tratar da cidade e do seu equilíbrio global [...]”.

(Domus Social, 2013, pp. 13-16)

Dá-se nesta altura início à requalificação exterior do edificado de alguns bairros, (Fig. 67) nomeadamente do bairro de Agra do Amial, requalificado em 2004; o bairro Duque de Saldanha, em 2005; o bairro de Carvalhido, em 2006; o bairro de Campinas, o bairro de Francos e o bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres, em 2010; o bairro de Lordelo, em 2011; o bairro de S. Roque da Lameira e o bairro de Aldoar, em 2012; e o bairro de Fonte da Moura, em 2012. Nalguns casos é feita também a revitalização urbana do bairro, (Fig. 68) como é exemplo o bairro de Carvalhido, requalificado em 2002; o bairro de Vale Formoso, em 2005; o bairro Fernão Magalhães, em 2006; o bairro Pio XII, em 2007, que ganhou a Menção Honrosa IHRU 2008; o bairro do Outeiro e o bairro do Regado, em 2008; o bairro do Carrical, em 2009; o bairro do Lagarteiro, em 2011, que ganhou o prémio IHRU 2012 e a Menção Honrosa do Prémio Nuno Teotónio Pereira 2016; o bairro de Contumil e o bairro de Santa Luzia, em 2012. (Domus Social, 2013, pp. 28-117) (Simões, 2015, pp. 32-34)

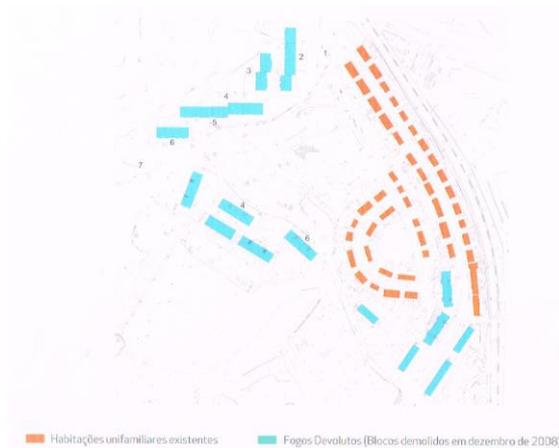


Figura 69. Plano Especial de Intervenção do bairro de S. João de Deus.
(Domus Social, 2013, p. 17)

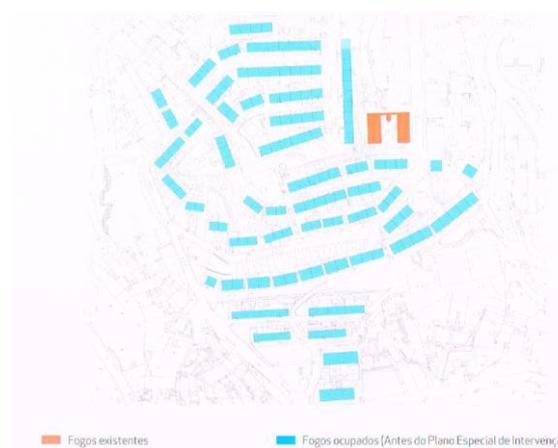


Figura 70. Plano Especial de Intervenção do bairro de S. Vicente de Paulo.
(Domus Social, 2013, p. 19)



Figura 71. Plano Especial de Recuperação Urbanística da Zona do Aleixo.
(Domus Social, 2013, p. 22)



Figura 72. Plano Especial do bairro da Rainha D. Leonor.
(Domus Social, 2013, p. 21)

No âmbito deste programa foram também avaliadas e identificadas 4 áreas críticas, em bairros situados nas freguesias de Campanhã e Lordelo do Ouro, que deram origem a Planos Especiais de Intervenção, nomeadamente o Plano Especial de Intervenção do bairro de S. João de Deus (Fig. 69) que, entre 2003 e 2008, demoliu de 706 fogos distribuídos por 28 blocos de habitação de interesse social; o Plano Especial de Intervenção do bairro de S. Vicente de Paulo (Fig. 70) que, entre 2004 e 2008, procedeu à demolição de 201 habitações unifamiliares; e o Plano Especial de Recuperação Urbanística da Zona do Aleixo (Fig. 71) que, entre 2011 e 2013, demoliu 2 torres. (Domus Social, 2013, p. 16)

Foi ainda criado o Plano Especial do bairro da Rainha D. Leonor com um caráter diferente dos anteriores (Fig. 72), que decorreu entre 2005 e 2013. Neste bairro foi, de facto, feita a requalificação do edificado e melhorada a sua envolvente, ao invés de se optar pela demolição do edificado. Foi feita a requalificação e reconversão de 150 habitações em 90, através da sua junção tipológica, procurando dar resposta às necessidades habitacionais da população do bairro. (Domus Social, 2013, pp. 16-23)

Perante a relevante dimensão dos problemas concentrados em alguns dos bairros de habitação de interesse social do município, a solução encontrada pelo executivo municipal de então consistiu na implosão das zonas problemáticas, transferindo os seus moradores para outros bairros da cidade.⁵ No entanto a demolição do edificado não resolve problemas sociais. Tal medida terá apenas resolvido a questão da degradação urbana local e distribuído os problemas sociais por diversas zonas da cidade, junto com os seus moradores, provocando o agravamento dos problemas noutros bairros da cidade. (Ferreira e Restivo, 2017)

⁵ Um dos casos mais paradigmáticos desta situação é o bairro social Pruitt-Igoe em St. Louis, no Estado do Missouri, nos Estados Unidos. O bairro foi construído em 1955, segundo os princípios modernistas, e demolido 17 anos depois da sua construção, em 1972, como resolução dos seus altos índices de violência e degradação.



Figura 73. Zona do centro histórico do Porto em reabilitação, 2017.
(Fonte: Pinto, 2017)



Figura 74. Reabilitação de fogos no centro histórico do Porto, 2017.
(Fonte: Porto., 2017)

A última década deste século é entretanto marcada pelo surgimento de novos horizontes no que diz respeito à perspetivação das políticas sociais de habitação no município do Porto.

Por um lado é o problema da habitação degradada e/ ou devoluta do centro urbano que ganha destaque. Nesse sentido a CMP terá já reabilitado 36 casas do património no centro histórico, mais especificamente na zona da Sé, e tem atualmente mais 3 em processo de reabilitação (Fig. 73) destinadas, na sua maioria, a receber antigos moradores que terão sido afastados para outras áreas da cidade. As restantes serão atribuídas a residentes locais que habitem em fogos degradados, oferecendo-lhes melhores condições habitacionais. Num concurso lançado pela Porto Vivo - SRU, que procurava atrair 70 novos moradores para esta zona, registaram-se 1.750 candidaturas para arrendamento. (Porto., 2017a)

Com o objetivo de dar continuidade à requalificação do centro histórico da cidade, a CMP iniciará em Outubro deste ano a reabilitação de 17 edifícios, constituídos por 57 fogos e 8 frações comerciais. No total esta operação de renovação do centro histórico do Porto consistirá na reabilitação de 96 fogos (Fig. 74) permitindo o regresso de 283 pessoas às suas origens. Estão ainda previstas 2 novas fases para um futuro próximo. Esta intervenção procura responder à falta de mercado para os mais desfavorecidos nesta zona da cidade, mediante arrendamento apoiado, mas também para a classe média, favorecendo uma pluralidade social. (Carvalho, 2017)

Por outro lado são os bairros de habitação de interesse social que regressam às preocupações políticas. As propostas de intervenção para a resolução dos problemas relacionados com os bairros baseiam-se, geralmente, na rejeição da construção de novas habitações optando exclusivamente pela requalificação do parque habitacional, através de medidas voltadas para a atualização da distribuição de áreas e tipologias dos fogos, sobretudo no caso dos bairros mais recentes ou considerados de melhor qualidade. (Pereira e Queirós, 2009, p. 100) Esta iniciativa pública, exclusivamente financiada pelo município, deu origem a alguns de projetos para casas de arrendamento

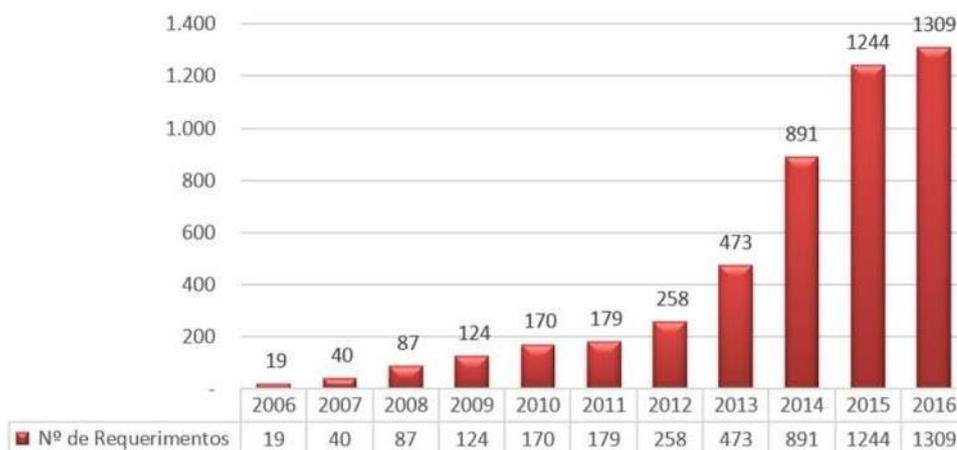


Figura 75. Número de requerimentos para habitação no centro histórico do Porto, entre 2006 e 2016.

(Fonte: Porto., 2017)

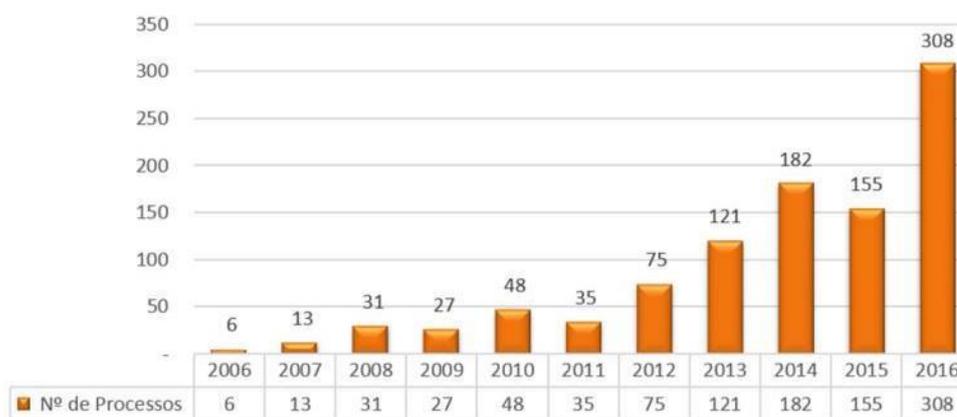


Figura 76. Número de processos de reabilitação urbana e do edificado no município do Porto, entre 2006 e 2016.

(Fonte: Porto., 2017)

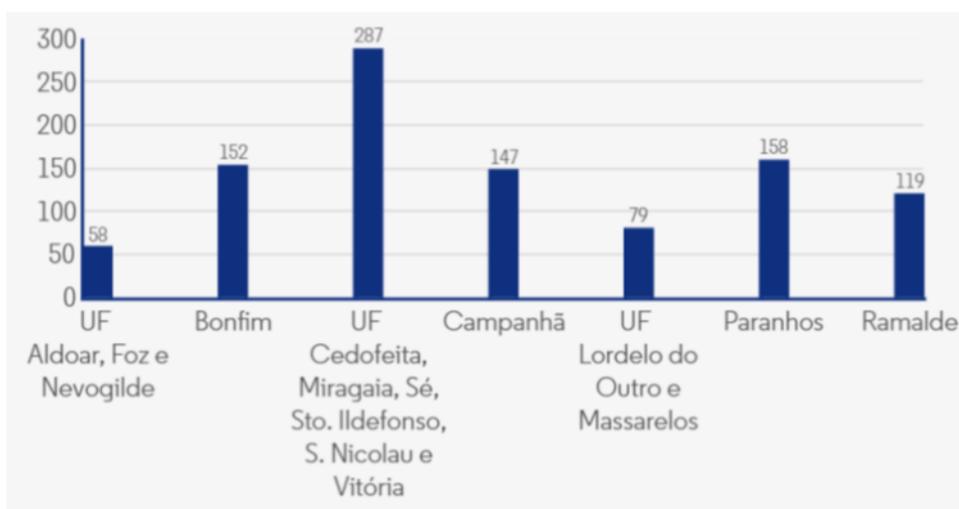


Figura 77. Número de pedidos de atribuição de habitação em lista de espera.

(Fonte: Domus Social, s.d.)

público, destinadas a famílias carenciadas, permitindo uma melhoria significativa da qualidade habitacional da população residente em bairros camarários. O processo iniciou-se com o já referido Plano Especial do bairro da Rainha D. Leonor. Entretanto iniciou-se também a requalificação do bairro de S. João de Deus, em 2016, que será analisada de forma mais detalhada no próximo capítulo. (Ferreira e Restivo, 2017)

A partir de 2010, “apesar de muitas das operações previstas pela SRU permanecerem ainda em fase de projeto ou longe da sua plena realização” (Queirós, 2016, pp. 41) e mesmo com a crise económica e financeira que o país atravessa ainda hoje, verifica-se um reforço da procura de algumas zonas do centro histórico por parte de novos residentes e investidores, maioritariamente famílias com maior capacidade financeira e portanto maior capacidade para competir no mercado imobiliário local. (Fig. 75) Verifica-se também, embora em menor número, um aumento do número de proprietários interessados em reabilitar as suas habitações. (Queirós, 2016, pp. 39-41) Entre 2012 e 2016 registaram-se 2.229 processos de reabilitação urbana e do edificado no município do Porto, principalmente no centro da cidade. (Porto.,2017c) Em 2016 contabilizaram-se 308 novos processos de reabilitação urbana, mais 153 que no ano anterior. (Porto., 2017b) (Fig. 76) Nos últimos anos o Porto tem tentado, deste modo, inverter a situação de despovoamento que se terá acentuado no centro da cidade e, progressivamente, tem de facto conseguido cumprir o objetivo a que se propôs:

“[...] em 2016, 74% das parcelas existentes já se encontram em Bom ou Médio estado de conservação.”

(Porto., 2017b)

No entanto, em Novembro de 2016, existiam ainda cerca de 1.000 pedidos de atribuição de habitação em lista de espera para sete freguesias do município do Porto. (Domus Social, s.d. b) (Fig. 77)



Figura 78. Bairros camarários do município do Porto.
(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Domus Social, 2013)



Figura 79. Casas de Património do município do Porto.
(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Domus Social, s.d.)

As medidas implementadas nas duas fases da história das políticas sociais de habitação, destacadas anteriormente, perspetivam-se de diferente modo no município do Porto: a construção de habitação nova na periferia da cidade possibilitou o crescimento da mesma; a reabilitação do edificado existente promoveu a revitalização da cidade. No entanto, nenhuma destas duas gerações de políticas sociais de habitação foi capaz de resolver os problemas habitacionais no município do Porto.

O parque habitacional de carácter social do município do Porto, parte dele concentrado no Centro Histórico e outra parte disseminado um pouco por toda a cidade, é atualmente composto por 50 bairros camarários (Fig. 78) e cerca de 1500 casas conhecidas como Casas de Património. (Fig. 79) (Domus Social, 2013, p. 4) Mais de metade foi construído entre 1940 e 1970 - cerca de 30 bairros - com o objetivo de realojar os habitantes residentes em ilhas. (Domus Social, 2013, p. 13) No entanto, após a sua construção, a habitação de interesse social foi deixada ao abandono pelo município, sem qualquer gestão ou manutenção, acumulando a degradação urbana e do edificado e os problemas de ordem social. Exemplos desta situação são o bairro de S. João de Deus e o bairro do Aleixo, dois bairros de interesse social que enfrentaram a demolição derivado à gravidade dos problemas sociais e urbanos que foram concentrando ao longo dos anos.



Figura 80. Vista aérea do bairro de S. João de Deus.
(Fonte: Elaboração própria a partir de imagem do Google Maps)

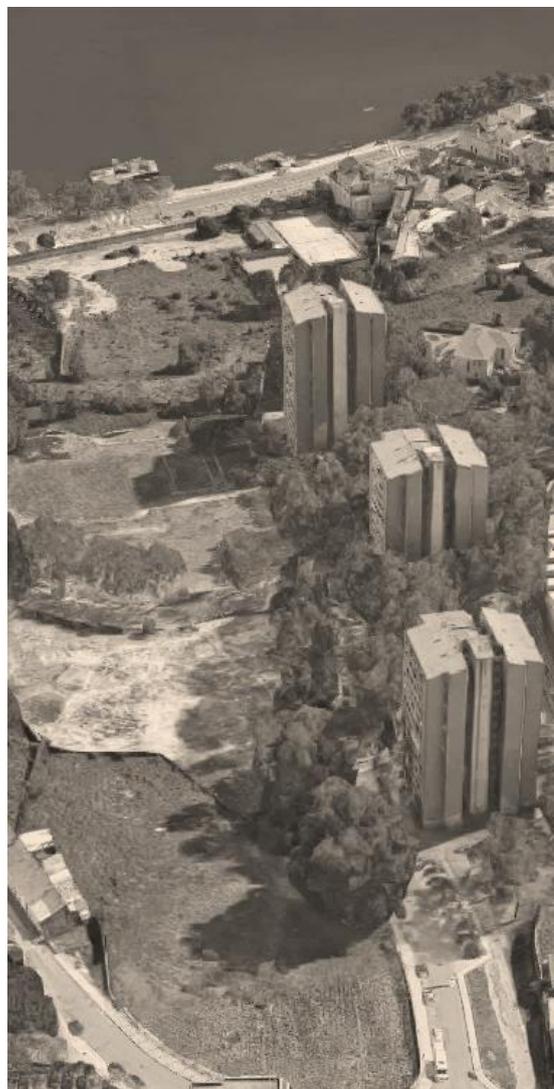


Figura 81. Vista aérea do bairro do Aleixo.
(Fonte: Elaboração própria a partir de imagem do Google Maps)

IV. DUAS EXPERIÊNCIAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



Figura 82. Planta de localização do bairro de S. João de Deus.
(Fonte: CMP, 1941)



Figura 83. Planta de implantação do Aglomerado de Moradias Para as Classes Pobres da Triana.
(Fonte: CMP, 1941)

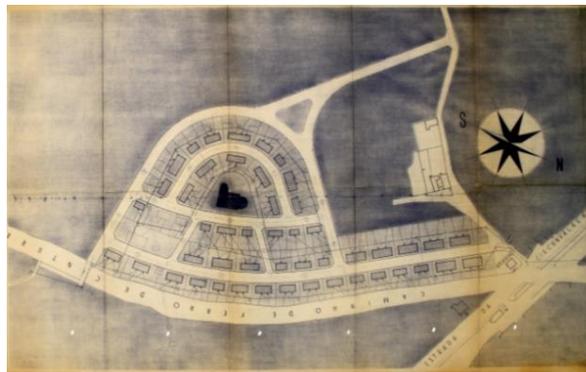


Figura 84. Planta de implantação do bairro de Rebordões.
(Fonte: CMP, 1941)



Figura 85 e figura 86. Habitações unifamiliares do bairro de S. João de Deus, construídas em 1944.
(Fonte: Fotografia da autora)

4.1. BAIRRO DE S. JOÃO DE DEUS - A PERSPETIVA DE NOVOS HORIZONTES

O bairro de S. João de Deus foi um dos primeiros bairros de habitação de interesse social a ser construído no município do Porto. (Matos, 1994, pp. 691-693) É um bairro municipal implantado na Ranha, no extremo norte da freguesia de Campanhã, junto à estrada da Circunvalação, no município do Porto. (Fig. 82) Foi construído na década de 40 do século passado, no decorrer do Programa de Casas Económicas, com o objetivo de realojar a população mais carenciada e mal alojada na cidade - a população residente em ilhas.⁶

As primeiras propostas para a edificação do bairro de S. João de Deus, inicialmente denominado Aglomerado de Moradias Para as Classes Pobres da Triana, começam em 1940. (Fig. 83) (CMP, 1940) Em 1941, após algumas modificações ao projeto inicial, é aprovada a sua construção. (Fig. 84) É também nesta data proposto e aprovado um novo nome para o aglomerado de moradias, passando este a denominar-se Bairro de Habitações Populares de Rebordões. (CMP, 1941a) A sua construção inicia-se em 1941 e o bairro é inaugurado a 24 de Junho de 1944. (CMP, 1941b) (CMP, 1944)

O bairro de Rebordões foi originalmente concebido, do ponto de vista urbano, com os ideais novecentistas de cidade jardim. Constituído por edifícios de pequena escala, dispostos no terreno de modo concêntrico, adaptando-se à topografia do terreno e à exposição solar, este aglomerado habitacional ergue-se composto por 73 habitações de tipologia 1, 44 habitações de tipologia 2, 26 habitações de tipologia 3 e 1 habitação onde se sediava a Polícia de Segurança Pública - um total de 144 moradias unifamiliares de dois pisos, com pequenas áreas privadas, distribuídas por três arruamentos. (Domus Social, 2013, p. 18) (Figs. 85 e 86)

⁶ Devido à idade e conseqüente estado de conservação dos documentos relativos ao bairro de S. João de Deus, não foi possível identificar o arquiteto que o projetou.

Legenda:

	1956
	1960
	1969
	1976
	1990



Figura 87. Planta com as várias fases de construção do bairro de S. João de Deus.
(Fonte: Elaboração própria com base em CMP, 1994)



Figura 88. Blocos de habitação coletiva construídos em 1956.
(Fonte: Imagens gentilmente cedidas pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo)



Figura 89. Património dos Pobres construído na década de 1960.
(Fonte: Fotografia da autora, 2017)



Figura 90 Blocos de habitação coletiva construídos em 1969 e 1976.
(Fonte: Alves, 2011, p. 47)

Em documentos de 1950 o bairro aparece já intitulado como bairro de S. João de Deus.⁷ Entre os anos 50 e 80 o bairro de S. João de Deus foi alvo de sucessivos aumentos que, com base num modelo de habitação coletiva, procuraram dar resposta às necessidades habitacionais degradadas do município do Porto. Estas intervenções contribuíram para a evolução e para o crescimento urbanístico da cidade.

Em 1956 o Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto determina a construção de 8 novos blocos de habitação de interesse social – os blocos A a H – neste bairro. Composto por edifícios de 3 ou mais pisos, com acesso vertical em galeria, este núcleo destinava-se a alojar população das ilhas e população de etnia cigana que vivia em barracas numa área que foi necessário desocupar para a construção da avenida Fernão Magalhães. (Alves, 2010, pp. 178-179) (Figs. 87 e 88)

Na década de 60 é feito um novo acrescento ao bairro. São construídas 12 novas casas unifamiliares, financiadas pela paróquia da Nossa Senhora da Areosa, com áreas e tipologias semelhantes às habitações construídas em 1944. Este núcleo de habitações viria a ser intitulado de Património dos Pobres. (Alves, 2010, p. 179) (Fig. 89)

Em 1969 são construídos 6 novos blocos de habitação coletiva destinados a pessoas em situação de carência económica e habitacional - os blocos 1 a 6 - compostos por 3 pisos, em conformidade com os blocos construídos em 1956. A este núcleo, financiado pela autarquia, juntam-se em 1976 dois novos blocos – os blocos 7 e 8. (Alves, 2011, pp. 45-47) (Domus Social, 2013, p. 17) (Fig. 90)

Estes dois aumentos ao bairro de S. João de Deus “descaracterizaram a sua génese, alteraram as suas principais qualidades urbanas e tipológicas, e massificaram a construção de um modo anárquico, sem aparente benefício habitacional ou social” (Costa, 2015a, p. 1) através da adição em massa de

⁷ No entanto não foi possível apurar a data nem as razões que levaram a esta nova alteração de nome.

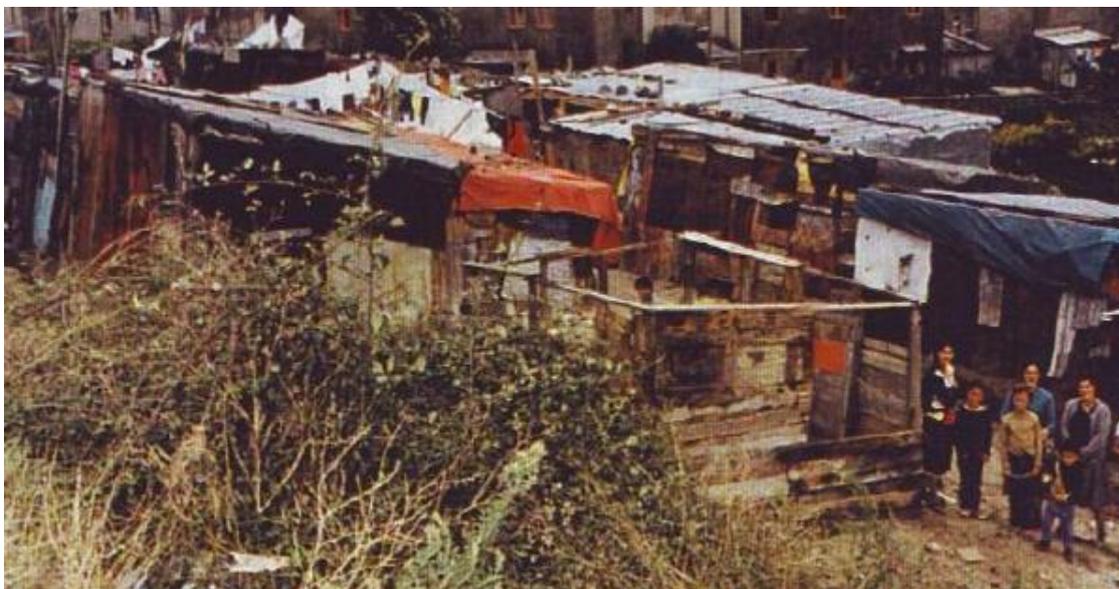


Figura 91. Núcleo de barracas construído na década de 1980.
(Fonte: Alves, 2010, p. 182)

novos blocos habitacionais, sem qualquer planificação a nível urbano e do conjunto Arquitetónico.

Nos anos 80, após estes aumentos, o bairro era constituído por 448 fogos distribuídos por 144 casas unifamiliares, 12 casas pertencentes à paróquia da Nossa Senhora da Areosa e 16 blocos coletivos. - os blocos A a H e os blocos 1 a 8. (Fig. 87) Neste bairro, com uma evidente heterogeneidade construtiva, habitavam cerca de 1600 pessoas. (Alves, 2011, pp. 45-47)

Na mesma década, com a chegada a Portugal de populações com carências habitacionais provenientes das ex-colónias, acontece no bairro de S. João de Deus uma sobreocupação de fogos que viria a dar origem à construção de um núcleo de barracas em redor dos blocos de habitação. (Fig. 91) Além da precariedade habitacional, havia no bairro uma falta de equipamentos e de serviços de apoio à população potenciadores de segregação socio-espacial. Situação que, aliada ao facto de algumas das habitações do bairro terem sido atribuídas a pessoas que teriam infringido regras noutras partes da cidade, levava à configuração de um forte estigma social por parte da restante população da cidade em relação ao bairro e aos seus moradores. Por estas razões o bairro de S. João de Deus viria a ser conhecido por ‘Tarrafal’, ‘Bairro dos Malditos’ ou ‘Bairro dos Condenados’, favorecendo o desenvolvimento de uma autoexclusão. (Alves, 2011, p. 47)

Com o objetivo de erradicar as barracas e requalificar o bairro a nível ambiental, social e físico, é feita entre 1990 e 1999, pelo Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PLCP)⁸ em parceria com a CMP, o Comissariado Regional do Norte de Luta contra a Pobreza e o Centro Claretiano de apoio à infância, juventude e família, uma estruturação urbanística que (Alves, 2011, p. 48) “viria a corresponder a uma nova fase de densificação construtiva e de fechamento/ guetização do bairro.” (Alves, 2010, p. 181)

Entre 1990 e 1994, durante a primeira fase do projeto de intervenção, são construídos 12 novos blocos de habitação coletivos, com um total de 270

⁸ Criado em 1990, com base nos ideais e metodologias europeias, com o objetivo de erradicar as barracas e construir habitação nova para realojar a população mal alojada.

Legenda:

- 1990
- 1995

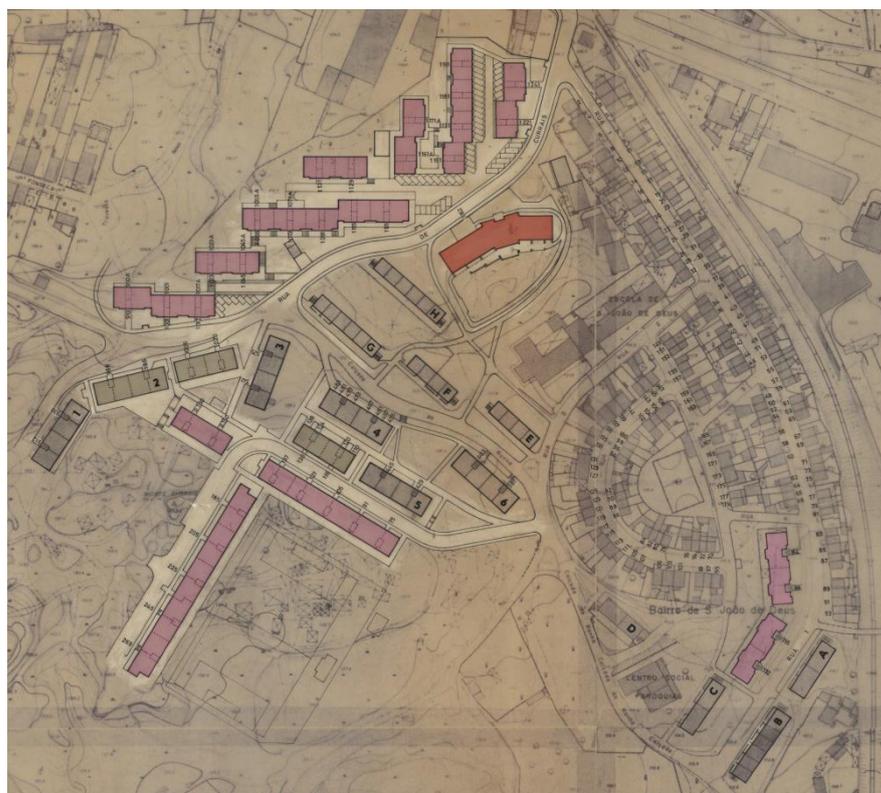


Figura 92. Planta da estruturação urbanística feita no bairro entre 1990 e 1999.
(Fonte: Elaboração própria com base em CMP, 1994)



Figura 93. Blocos de habitação coletiva construídos entre 1990 e 1994.
(Fonte: Alves, 2010, p. 183)

fogos, implantados junto às habitações construídas em 1944 embora num terreno já pertencente à freguesia de Paranhos. (Figs. 92 e 93) Neste conjunto habitacional, designado por Rosto Novo, viriam a ser realojadas 270 famílias das barracas. (Alves, 2011, p. 49)

Numa segunda fase, intitulada de Rosto Novo II, entre 1995 e 1999, foram criados equipamentos e serviços de apoio à população - nomeadamente ao nível da saúde, educação e formação profissional - procurando desse modo conter os problemas sociais existentes no bairro e evitar o seu agravamento. (Alves, 2011, pp. 48-49) (Fig. 92)

Com o final do PLCP, em 1994, a gestão do novo parque habitacional ficou por atribuir, despontando situações de desresponsabilização. Esta situação de abandono viria a favorecer processos de troca e comercialização ilegal de habitações e a facilitar a concentração de atividades ilícitas como o consumo e tráfico de droga. O crescente fluxo de toxicodependentes a frequentar o bairro levou ao aumento dos problemas sociais no local e a uma conseqüente insalubridade e degradação dos edifícios e do espaço público. (Alves, 2011, p. 50)

A persistência dos diversos problemas associados ao bairro de S. João de Deus levou à sua seleção enquanto área de intervenção prioritária no âmbito do programa Urban II Porto/ Gondomar. O objetivo desta iniciativa comunitária era extinguir os graves problemas sociais existentes no bairro e responder à falta de condições e qualidade de vida da população residente. (Domus Social, 2013, p. 17)

A estratégia de intervenção terá sido alterada diversas vezes por alegadas dificuldades de implementação e por questões relacionadas com uma mudança de executivo municipal. O plano inicial caracterizava-se pela requalificação dos blocos mais degradados e pela abertura do bairro à cidade através da construção de duas vias estruturantes. Propunha também a desativação de todo o equipamento de apoio social do bairro incitando hábitos quotidianos de circulação para o exterior do conjunto habitacional. O objetivo seria estimular o contacto da população do bairro de S. João de



Figura 94. Demolição do bairro.
(Fonte: Correia, 2012)

Legenda:

- Blocos demolidos
- Blocos do PLCP demolidos



Figura 95. Planta com os blocos demolidos.
(Fonte: Elaboração própria com base em CMP, 1994)



Figura 96. Casas entapadas e abandonadas no bairro de S. João de Deus, 2017. (Fonte: Fotografias da autora)

Deus com realidades e populações de vivências diferentes procurando, desse modo, a melhoria dos problemas sociais do bairro. (Alves, 2011, p. 51)

Em 2002 são definidas novas linhas estratégicas de atuação. A elevada dimensão dos problemas do bairro - associados à criminalidade, tráfico e consumo de droga; a baixa qualidade dos edifícios de habitação, que exigia elevados custos de requalificação; e o desenho urbano do bairro, que promovia o seu isolamento face à envolvente - levou à decisão política de demolir 80% das habitações. (Alves, 2011, pp. 52-53) (Fig. 94)

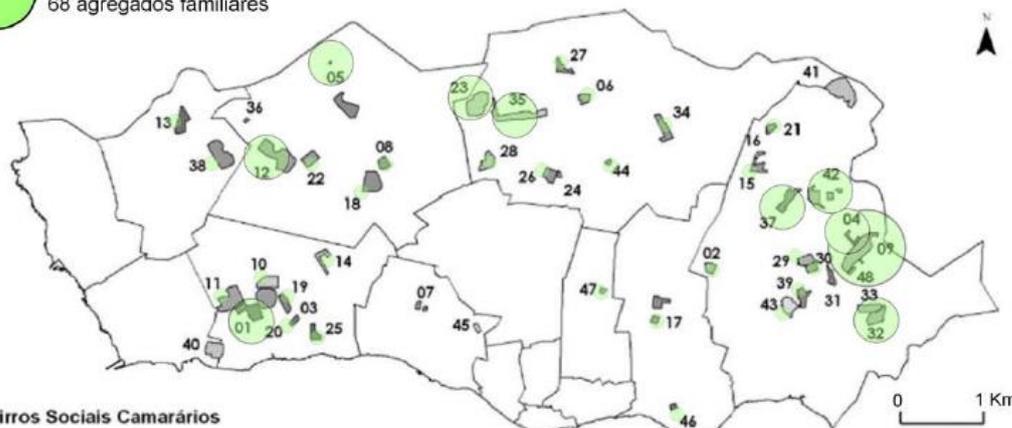
Entre 2003 e 2008 procedeu-se à demolição dos 28 blocos de habitação coletiva, num total de 562 fogos, (Domus Social, 2013, p. 17) dos quais 270 teriam sido construídos recentemente pelo PLCP. (Fig. 95) A este processo de demolição resistiram apenas as 144 moradias unifamiliares construídas em 1944. De acordo com os seus moradores várias dezenas destas casas terão sido entaipadas e todo o bairro terá ficado ao abandono. (Coentrão, 2016) (Fig. 96)

Para realojar parte da população que residia nos edifícios a demolir, o presidente da CMP de então, Rui Rio, propunha a construção de 124 casas unifamiliares novas, com logradouros privados. Propunha também a fusão de cada duas das 144 habitações unifamiliares do bairro numa só, melhorando dessa forma as áreas das habitações a manter, e apresentava ainda uma proposta de requalificação ambiental do espaço urbano do bairro. Este projeto de reconversão terá sido apoiado pela generalidade da população, que esperava ver melhoradas as suas condições de vida. No entanto, nenhuma destas propostas foi concretizada durante o seu mandato gerando descontentamento entre a população e os atores institucionais. (Alves, 2011, pp. 52-53)

Na sequência das demolições, 430 agregados familiares viriam a ser realojados noutros bairros de habitação de interesse social na cidade, maioritariamente na freguesia de Campanhã, de acordo com as suas preferências e necessidades individuais e tipológicas. Foram ainda desalojadas 132 pessoas que perderam o direito ao realojamento, por

Agregados familiares realojados do Bairro São João de Deus

- 1 agregado familiar
- 32 agregados familiares
- 68 agregados familiares



Bairros Sociais Camarários

- | | | |
|---|---------------------------------|--|
| 01 - Agrup. Habitacional da Pasteleira | 17 - Bairro de Fernão Magalhães | 34 - Bairro do Outeiro |
| 02 - Agrupamento Habitacional das Antas | 18 - Bairro de Francos | 35 - Bairro do Regado |
| 03 - Agrup. Habitacional das Condominhas | 19 - Bairro de Lordelo | 36 - Bairro dos Choupos |
| 04 - Agrupamento Habitacional Ilhéu | 20 - Bairro de Pinheiro Torres | 37 - Bairro Eng.º Machado Vaz |
| 05 - Agrup. Habitacional Viso (F. Castro e Cruzes) | 21 - Bairro de Pio XII | 38 - Bairro Fonte da Moura |
| 05 - Agrup. Habitacional Viso (Jerónimo de Azevedo) | 22 - Bairro de Ramalde | 39 - Bairro Monte da Bela |
| 06 - Bairro Agra do Amial | 23 - Bairro de Santa Luzia | 40 - Bairro Rainha Dª Leonor |
| 07 - Bairro Bom Sucesso | 24 - Bairro de Vale Formoso | 41 - Bairro S. João de Deus |
| 08 - Bairro Central de Francos | 25 - Bairro do Aleixo | 42 - Bairro S. Roque da Lameira |
| 09 - Bairro Cerco do Porto | 26 - Bairro do Bom Pastor | 43 - Bairro S. Vicente de Paulo |
| 10 - Bairro da Mouteira | 27 - Bairro do Carrical | 44 - Conj. Habitacional Monte de S. João |
| 11 - Bairro da Pasteleira | 28 - Bairro do Carvalhido | 45 - Conj. Habitacional Parceria Antunes |
| 12 - Bairro das Campinas | 29 - Bairro do Falcão 1 | 46 - Duque de Saldanha |
| 13 - Bairro de Aldoar | 30 - Bairro do Falcão 2 | 47 - Fontinha |
| 14 - Bairro de Bessa Leite | 31 - Bairro do Falcão Novo | 48 - Bairro do Cerco do Porto (Novo) |
| 15 - Bairro de Contumil 1 | 32 - Bairro do Lagarteiro 1 | |
| 16 - Bairro de Contumil 2 | 33 - Bairro do Lagarteiro 2 | |

Figura 97. Bairros onde foi realojada a população do bairro de S. João de Deus.
(Fonte: Alves, 2010, p. 258)

situações ligadas ao uso dos fogos para fins ilícitos, ocupações ilegais ou por uso da habitação enquanto segunda casa. (Domus Social, 2013, pp. 17-18) (Fig. 97)

Embora polémica e radical, a decisão de demolir grande parte do bairro de S. João de Deus terá cumprido os seus objetivos. Os problemas sociais e urbanos do bairro terão nesta altura melhorado significativamente. No entanto verificam-se problemas de identificação com o bairro por parte dos moradores que aqui permanecem:

“Os residentes que continuaram a residir no SJD [bairro de S. João de Deus] consideraram que o bairro melhorou em termos de sossego, mas que foi transformado num lugar vazio, onde se perderam hábitos de convívio e referências identitárias.”

(Alves, 2011, p. 55)

Esta população, habituada às relações de convívio e vizinhança existentes no bairro, vê-se obrigada a adaptar-se a uma nova realidade.

Em Abril de 2016, dois mandatos após a decisão de demolir parte do bairro, já no mandato do presidente Rui Moreira, a empresa municipal Domus Social anunciou a requalificação do bairro de S. João de Deus no âmbito do Programa Municipal Integrado de Reabilitação de Bairros Sociais do Porto, suportado pelo programa Reabilitar para Arrendar. (Domus Social, 2016b) (Domus Social, 2013, pp. 16-17) A proposta para a recuperação, transformação e ampliação do bairro, da autoria do Arquiteto Nuno Brandão Costa, foi desenvolvida com o objetivo de repor as “reconhecidas qualidades urbanas e paisagísticas de conceção original do bairro”. (Costa, 2015a, p. 2)

O novo projeto, em construção desde 2016, retoma a lógica da cidade-jardim com casas geminadas de pequena escala voltadas para a rua e pequenos logradouros nas traseiras. Prevê a edificação de 6 novos blocos de habitação complementar, compostos por 13 fogos, e a requalificação e reconversão das 144 habitações unifamiliares existentes em 84 habitações unifamiliares.

Legenda

- Logradouros
- Novos blocos de habitação

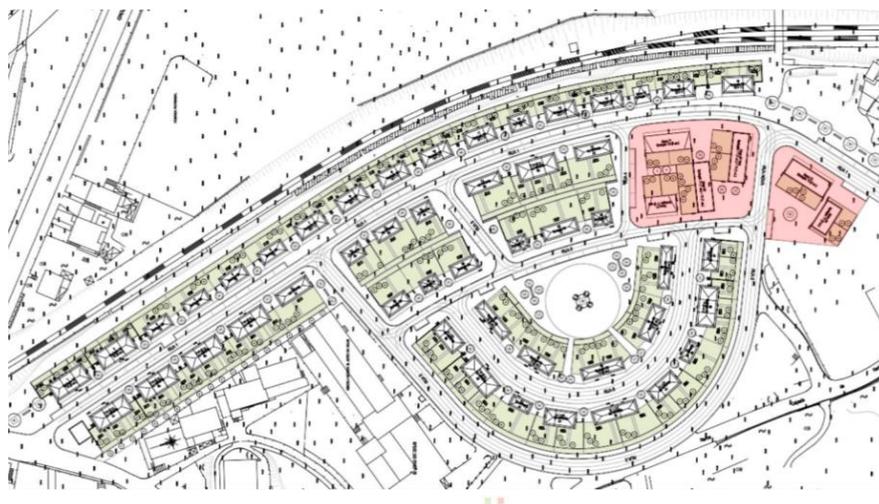


Figura 98. Planta de implantação dos novos blocos de habitação.
(Fonte: Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo)

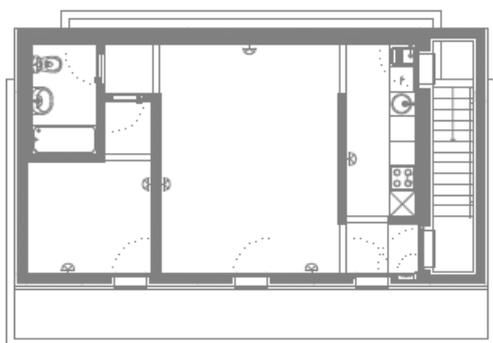


Figura 99. Planta do T1 dos blocos de habitação nova (escala 1:200).
(Fonte: Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo)

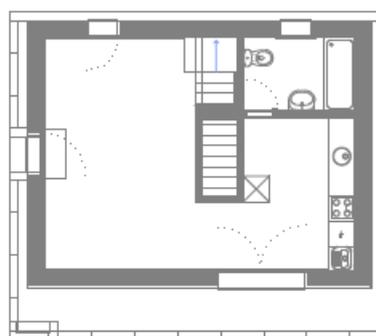


Figura 100. Planta do piso 0 de uma habitação T1 reabilitada (escala 1:200)
(Fonte: Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo)



Figura 101. Novos blocos de habitação, 2017.
(Fonte: Fotografia da autora)



Figura 102. Requalificação das habitações unifamiliares, 2017.
(Fonte: Fotografia da autora)

Este total de 97 fogos será composto por “20 unidades de T1, 43 unidades de T2, 28 unidades de T3 e 6 unidades de T4”. (Costa, 2015a, p. 2) (Fig. 98)

As novas habitações do bairro de S. João de Deus apresentam áreas bastantes superiores às que normalmente se encontram nos bairros de habitação de interesse social, no entanto, inferiores às das habitações requalificadas no mesmo bairro. As habitações novas de Tipologia 4 apresentam menos 28,3 m² de área que as requalificadas e as de Tipologia 3 menos 3,6 m². Por outro lado, as habitações novas de Tipologia 1 apresentam mais 15 m² de área que as requalificadas. Nas casas requalificadas as unidades T1 apresentam uma área de 49,7 m² (Fig. 99), as unidades T2 apresentam uma área média de 71.7 m², as unidades T3 uma área média de 102 m² e as única unidades T4 uma área de 142 m². Nas unidades de habitação novas os fogos T1 têm uma área média de 64.75 m² (Fig. 100), os fogos T3 uma área média de 98.4 m² e os T4 uma área de 113.7 m². (Costa, 2015a, p. 3) Por exemplo no bairro do Aleixo, em que a área dos fogos tem cerca do dobro da área dos restantes bairros de habitação de interesse social, um T2 usufrui de cerca de 63.65m², menos 8 m² que a área média de um T2 requalificado no bairro de S. João de Deus.

A configuração das diferentes tipologias é feita de forma semelhante procurando uniformizar e simplificar a execução e manutenção das habitações. A entrada para as casas é feita diretamente a partir da rua para a sala, que se encontra em contacto com a cozinha. O acesso aos quartos é feito através de um pequeno corredor, no caso das habitações novas, ou de escadas, no caso das habitações reconstruídas, que se desenvolvem a partir da sala. (Figs 99 e 100)

A primeira fase da requalificação do bairro - a construção das 13 novas habitações - está já concluída e as habitações entregues à população. (Fig. 101) A requalificação e reconversão das moradias unifamiliares deverá ficar completa até ao final de 2017. (Fig. 102) Em conversa com o Arquiteto Nuno



Figura 103. Alojamento temporário dos habitantes do bairro de S. João de Deus.
(Fonte: Fotografias da autora)



Fig. 104. Bairro do Cerco do Porto.
(Fonte: Garrido, 2016)

Brandão Costa e com o Engenheiro José António Ferreira⁹ foi possível apurar que a revitalização do espaço público do bairro está prevista para uma terceira fase.

Os habitantes do bairro de S. João de Deus, atualmente a viver no bairro em contentores por sua opção, embora lhes tenha sido dada a possibilidade de se mudarem provisoria ou definitivamente para outros bairros, (Fig. 103) deverão regressar brevemente às suas casas requalificadas. (Domus Social, 2017)

Espera-se que esta intervenção ajude a diminuir o estigma associado ao bairro, mas principalmente que acabe com os problemas de criminalidade, consumo e tráfico de droga e devolva aos moradores a qualidade habitacional a que têm direito.

A análise das várias intervenções realizadas no bairro de S. João de Deus permitiu ilustrar o modo como as políticas sociais de habitação podem, por um lado, ajudar a resolver a carência quantitativa de habitação e, por outro, promover novos problemas habitacionais e sociais graves que levam à tomada de decisões radicais.

A demolição de parte do bairro de S. João de Deus ajudou a reduzir consideravelmente os problemas de ordem social existentes, a nível local, ao aliviar a sua concentração, no entanto, não os resolveu mas sim distribuiu-os por outras zonas da cidade, ao realojar os seus habitantes noutros bairros de habitação de interesse social. Exemplo desta situação é o aumento dos problemas sociais no bairro do Cerco do Porto (Fig. 104) onde foi realojada uma grande parte dos moradores do bairro de S. João de Deus no âmbito da sua demolição. A resolução dos problemas sociais não é simples e não é possível através da demolição do edificado, no entanto, neste caso em específico, permitiu reduzir a sua concentração, tornando-os de mais fácil controlo. (Ferreira e Restivo, 2017)

⁹ No âmbito de uma visita ao bairro de S. João de Deus comentada pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa, promovida pelo Open House do Porto, no dia 2 de Julho de 2017.

Entretanto, com a requalificação das habitações unifamiliares do bairro que está atualmente a ser feita, perspetivam-se novos horizontes. Em conversa com alguns habitantes do bairro, no dia 15 de Maio de 2017, foi possível perceber que a população está ainda incrédula e receosa, vê enfim o realizar das promessas eleitorais do presidente da CMP Rui Rio, feitas em 2001. Nasce aqui uma nova esperança para o futuro das políticas sociais de habitação e, por conseguinte, das populações mais carenciadas no município do Porto.



Figura 105. Planta de localização do bairro do Aleixo.
(Fonte: CMP, 1969)



Figura 106. Planta de implantação do bairro do Aleixo.
(Fonte: Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo)

4.2. BAIRRO DO ALEIXO - O QUESTIONAMENTO DO FUTURO

O bairro do Aleixo é um bairro municipal localizado na união de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, em Campanhã, no município do Porto. (Fig. 105) Foi projetado em 1968 pelo Arquiteto camarário Manuel Teles e concluído em 1976 de acordo com os planos urbanísticos da época. Foi construído com a função de abrigar 320 famílias, cerca de 1720 pessoas, provenientes de uma área central insalubre a reabilitar na cidade do Porto - a zona da Ribeira e do Barredo - composto por 5 torres de 13 pisos com 64 habitações cada. (Fig. 106)

Este conjunto habitacional surgiu em resposta ao défice habitacional que se fazia sentir no país, consequência do desenvolvimento económico e demográfico que ocorreu na década de 50 do século passado. Foi construído ao abrigo do Decreto-Lei nº 47.443, de 30 de Dezembro de 1966 - o plano sucessor ao Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto - integrando 58% do total de 3000 fogos de habitação a construir, previstos pelo Decreto - Lei. (Teles, 1969, p. 1)

A sua implantação foi estabelecida de acordo com três fatores. Por um lado, era necessário ter em consideração as necessidades da população a realojar. A população da Ribeira e do Barredo, devido à sua privilegiada localização na cidade, estava inserida num sistema de vida urbano e mantinha fortes ligações com o rio. Foi portanto objetivo do Arquiteto Manuel Teles manter a proximidade desta população ao Douro e também aproximá-la da indústria que se estava a desenvolver na envolvente. (Teles, 1969, p. 2) (Fig. 105)

Outro fator decisivo na escolha do local de implantação do bairro foi o zonamento da cidade determinado pelos planos urbanos implementados no decorrer do século XX. Era necessário respeitar as áreas delimitadas para a construção de bairros de habitação económica estabelecidas pelo plano urbano na altura em vigor - o Plano Diretor da Cidade do Porto, criado em 1962, na sequência do Plano de Melhoramentos - que apontava a freguesia de Lordelo do Ouro como área mista de residência e indústria, mantendo o zonamento delimitado pelo Plano Regulador da Cidade do Porto, de 1952.



Figura 107. Plano Diretor da Cidade do Porto. Zonamento proposto por Robert Auzelle em 1962.
(Fonte: Porto., s.d.)

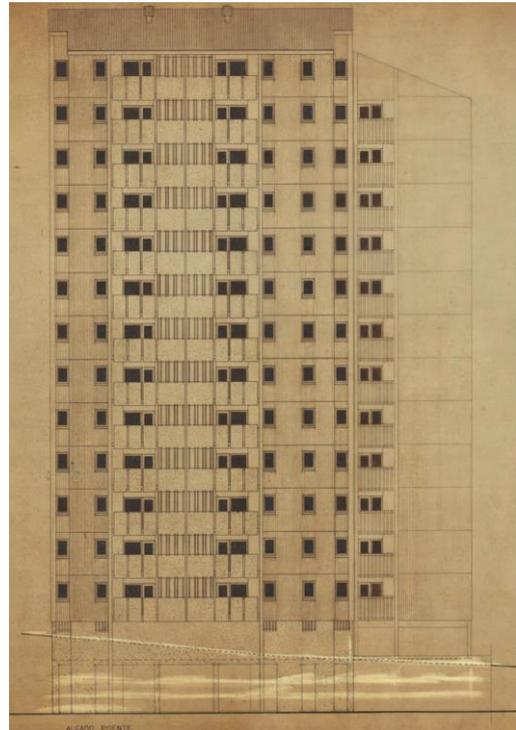
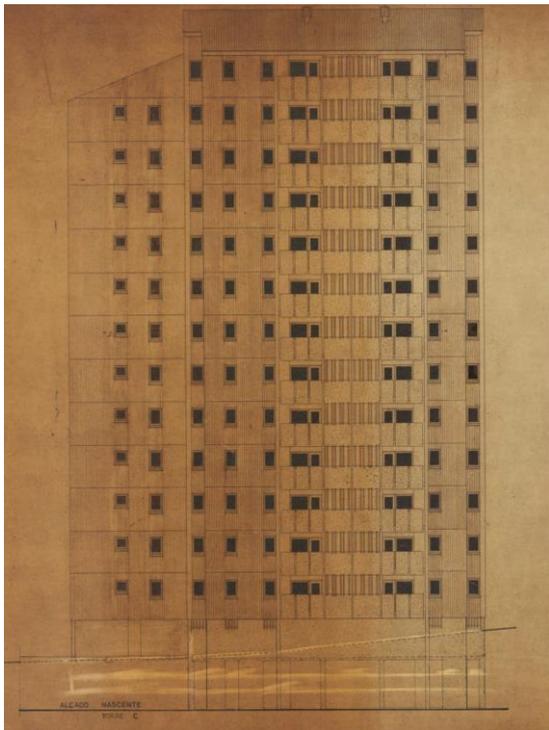


Figura 108. Alçados Nascente e Poente.
(Fonte: Alçados gentilmente cedidos pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo)

(Paiva, 2011, p. 99) (Fig. 107) O Plano Diretor da Cidade do Porto foi também importante para a decisão de construir o bairro em altura. Previa a construção de 5 torres, embora de menor cêrcea, no local de implantação do bairro do Aleixo, de acordo com os ideais do Estilo Internacional. (Paiva, 2011, p. 94)

Por outro lado, também motivos económicos e financeiros apoiaram a escolha do local de implantação do bairro:

“A Câmara adquiriu o terreno em condições aceitáveis de preço, considerando a sua situação geográfica na Cidade.”

(Teles, 1969, p. 1)

A decisão de construção em altura é também apontada pelo Arquiteto Manuel Teles, na memória descritiva do projeto, como uma solução económica de aproveitamento do terreno. (Teles, 1969, p. 2) Com a implantação do bairro num terreno de declive acentuado a solução mais simples e económica seria a construção em altura.

A decisão, tomada pela CMP, de realojar a população proveniente da zona Ribeira-Barredo em torres de 13 pisos (Fig. 108) não foi recebida com agrado por parte do Arquiteto Manuel Teles e do Arquiteto Fernando Távora - autor do estudo de renovação urbana do Barredo. Os dois Arquitetos defendiam a construção de “um bairro de cêrcea reduzida, no máximo de 4 pisos, sem elevadores, onde as casas seriam livres e se desenvolveriam ao longo do terreno.” (Lima, 2007, p. 13) Defendiam que as vivências desta população, acostumada a habitar em casas de baixa altura, deveria ser mantida. (Lima, 2007, p. 13) Também Nuno Portas critica este tipo de habitação, já desenvolvida desde finais de 1950 em Lisboa, embora de cêrcea bastante mais reduzida. Considera-a exclusivamente direcionada para a comunicação de uma imagem e indiferente ao seu significado. (Portas, 1969b, p. 129)

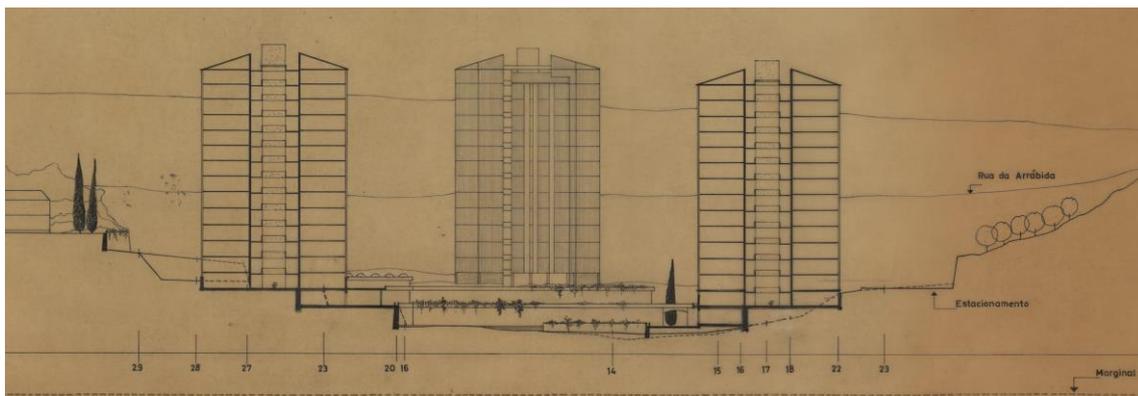


Figura 109. Plataforma projetada pelo arquiteto Manuel Teles em corte.
(Fonte: Corte gentilmente cedido pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo)



Figura 110. Plataforma projetada pelo arquiteto Manuel Teles em planta.
(Fonte: Planta gentilmente cedido pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo)

Embora Manuel Teles não defendesse a decisão de construir o bairro em altura procurou adaptar o modelo de torre ao modo de vida da população a realojar. (Pestana e Moreira, 2014, p. 284) Mais tarde, após vários desentendimentos com o município, o Arquiteto decide negar a autoria do projeto demonstrando, desse modo, o seu desagrado perante várias alterações que foram sendo feitas ao seu projeto por parte da CMP. (Lima, 2007, p. 13)

O processo de desenho do bairro foi controverso. Por razões económicas a CMP foi acrescentando pequenas modificações ao desenho do Arquiteto procurando assim reduzir os custos de construção. A dimensão das janelas foi diminuída para manter o esquema de vãos que existia há já 30 anos; as habitações não tinham água quente nem chuveiro visto que, de acordo com os técnicos, “os moradores não estavam habituados a tomar banho” (Lima, 2007, p. 14); a área das galerias, onde o Arquiteto procurava promover o contacto entre as famílias, foi diminuída; o material selecionado para o revestimento das torres foi também alterado. Esta última decisão tem provocado inúmeras infiltrações nas torres ao longo dos anos causando a sua deterioração física. (Lima, 2007, pp. 13-14)

Com o objetivo de resolver o acentuado declive do terreno e de organizar a composição do conjunto habitacional, o Arquiteto Manuel Teles propôs, no projeto original, a construção de uma plataforma que iria unificar a implantação das torres C, D e E. (Figs. 109 e 110) Para o piso rés-do-chão destas três torres o Arquiteto desenhou um Centro Social destinado a múltiplas atividades sociais e pequenas lojas que permitiriam a autossuficiência do bairro e o otimizariam a nível urbano. (Teles, 1969, p. 04) Estava ainda prevista a construção de uma escola primária e de um campo desportivo. No entanto, por razões económicas, nenhuma destas infraestruturas planeadas por Manuel Teles foram construídas. (Fig. 110)

Através da implantação final das torres no terreno, que é condicionada pelo seu acentuado declive, o Arquiteto procurou promover a insolação das



Figura 111. Vista panorâmica do bairro do Aleixo.
(Fonte: <https://ruasdoporto.blogspot.pt>)

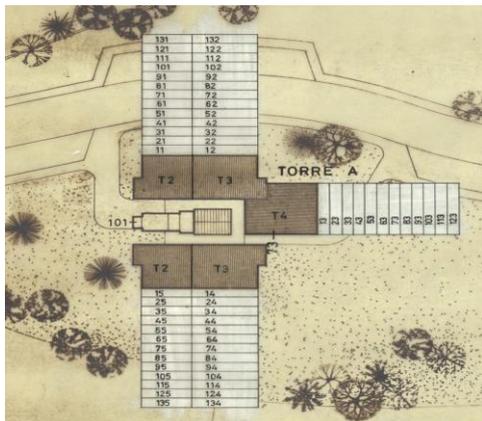


Figura 112. Tipologias.
(Fonte: Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo)

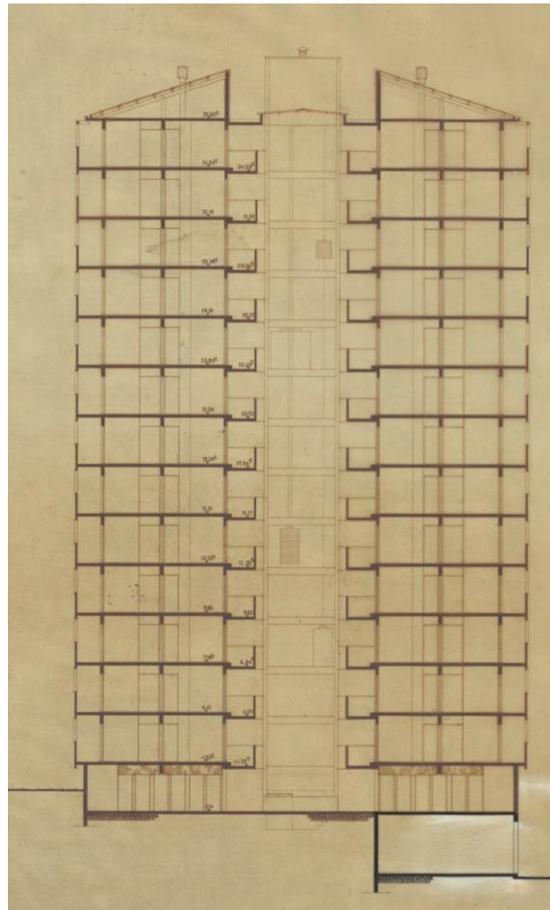


Figura 113. Corte da torre C. (Fonte: Corte gentilmente cedido pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo)



Figura 114. Caixa de escadas.
(Fonte: Quelhas, 2013, p. 74)



Figuras 115 e 116. Caixa de escadas e elevador.
(Fonte: www.nelsondaires.pt)

habitações e uma vista panorâmica sobre o rio. (Teles, 1969, p. 03) (Fig. 111)

A construção do bairro do Aleixo foi finalizada em 1976, composta por cinco torres - A, B, C, D, E - de 13 pisos e 64 habitações cada. (Figs. 110 e 113)

Cada piso é constituído por dois apartamentos T2, dois apartamentos T3 e um apartamento T4, à exceção do último piso em que não existe T4. (Fig. 112) As cinco torres reúnem um total de 320 fogos.

Os apartamentos de T2 têm 63.65m² de área, os T3 têm 80.24 m² e os T4 têm 89.64m². (Fig. 112) São as habitações camarárias com as maiores áreas do município do Porto. Usufruem de cerca do dobro da área dos restantes fogos de interesse social existentes no município. (Paiva, 2011, pp. 112-113)

A composição formal das torres é simples. A entrada para os alojamentos é feita através de uma entrada principal comum que dá acesso - através da caixa de escadas, de dois elevadores e de um monta-cargas - a 13 galerias de distribuição que se desenvolvem em torno de um átrio retangular, através do qual é feita a iluminação e a ventilação do espaço comum da torre. (Figs. 114 a 116) As galerias promovem relações sociais e de proximidade entre vizinhos, procurando deste modo remeter para as vivências e memórias da população da Ribeira e do Barredo. Trata-se de “uma solução, muito engenhosa [...] aproxima-se em qualidade do melhor que se construiu, seja na Itália neo-realista, nos projetos da Ina Casa, seja em Portugal, nas torres, mais íntimas, de Teotónio Pereira nos Olivais Norte.” (Costa, 2009, p. 8)

O desenho adotado para as três diferentes tipologias é muito semelhante. Através das galerias tem-se acesso à entrada de cada habitação, onde existe uma pequena área que promove a separação entre a zona comum da torre e a zona mais privada de cada família. A partir desta entrada desenvolve-se um corredor que faz a distribuição para os diferentes compartimentos da casa. Da cozinha tem-se contacto com as galerias de distribuição das torres, através de uma janela, permitindo uma familiaridade entre vizinhos. O mesmo compartimento dá também acesso a uma varanda privada. Para que

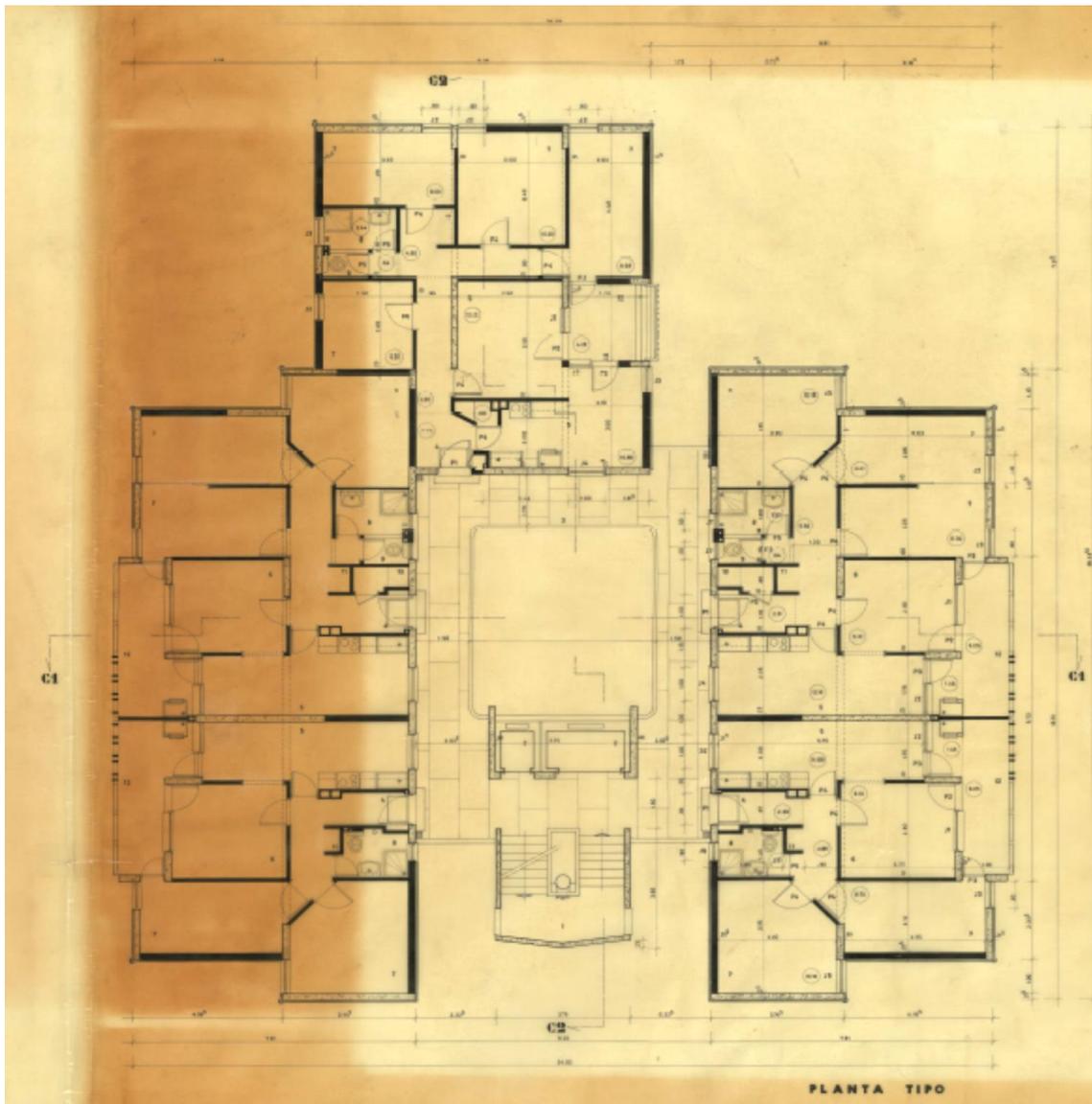


Figura 117. Planta tipo.
 (Fonte: Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo)



Figuras 118, 119, 120, 121 e 122. Apropriação das galerias.
 (Fonte: Quelhas, 2013, pp. 58, 60)

a privacidade das famílias fosse preservada os quartos estão voltados para o exterior, longe do movimento das galerias, e a sala encontra-se voltada para a varanda privada. (Fig. 117)

As primeiras ocupações do bairro foram feitas de forma planeada em Dezembro de 1973, quando as primeiras torres foram concluídas. (Lima, 2007, p. 13) Foram acompanhadas por uma comissão ligada ao Centro Social do Barredo. (Fraguito, 2009, p. 127) Com a queda do Estado Novo e a entrada de Portugal no regime democrático em Abril de 1974 - acontecimento que em nada interferiu no processo de construção das torres do Aleixo - surge o receio de que os restantes alojamentos não fossem de facto entregues à população ainda por realojar da zona Ribeira-Barredo. Em clima de incerteza, em 1975, estas pessoas decidem apropriar-se das restantes torres, ainda inacabadas, garantindo desse modo o direito a um alojamento no bairro. (Mendes, 2012, p.91)

Em Agosto de 1975 habitavam no bairro 880 pessoas, o equivalente a 192 famílias, nas torres A, B e C, o que permitiu a libertação de 80 parcelas na zona da Ribeira e do Barredo. (Loza, 2000, p.87)

Apesar da conturbada ocupação de parte do bairro a posterior apropriação das torres por parte dos seus residentes contribuiu para a criação de um espírito de vizinhança pouco comum em edifícios de habitação coletiva. Promoveu “uma espécie de horizontalização do esquema de habitação vertical” (Pestana e Moreira, 2014, p. 284) através do uso das escadarias, patamares, galerias e vão central para a criação de jardins, pequenas cercas, zonas de convívio e estendais de roupa: (Figs. 118 a 122)

“As próprias portas de entrada nas torres foram retiradas, garantindo uma relação mais fluida entre a casa e a rua.”

(Pestana e Moreira, 2014, p. 284)

Durante os anos 80, as torres do bairro do Aleixo começam a ser notícia pelas piores razões. São referidos problemas sociais, ligados ao consumo e



Figura 123. Problemas sociais no bairro.
(Fonte:
<http://ruioliveiraphotospot.blogspot.pt>)



Figura 124. Degradação do bairro.
(Fonte:
<http://ruioliveiraphotospot.blogspot.pt>)



Figura 125. Bairro do Aleixo visto da rua
Carvalho Barbosa, 2017.
(Fonte: Fotografia da autora)



Figura 126. Bairro do Aleixo visto da Rua
do Ouro, 2017.
(Fonte: Fotografia da autora)

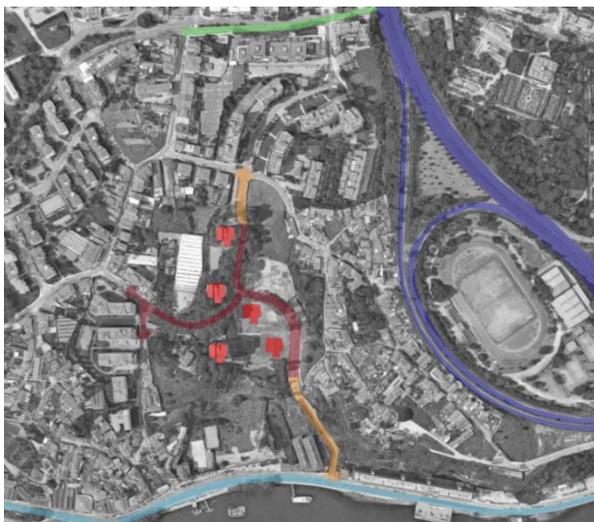


Figura 127. Planta de acessibilidade ao bairro do Aleixo.
(Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Paiva, 2011, p. 112 e de Lima, 2007, p. 28)

Legenda

- Rua do Campo Alegre
- Rua do Ouro
- Via de Cintura Interna
- Ruas de acesso ao bairro do Aleixo existentes até 1994
- Ruas de acesso ao bairro criadas em 1994
- Blocos de habitação existentes no bairro do Aleixo até 2011.

tráfico de droga, conseqüentemente potenciadores de degradação urbana e do edificado. (Figs. 123 e 124) Vários fatores são apontados como causadores destes problemas do bairro.

A construção em altura, por dificultar o acesso e a gestão do bairro, é considerada uma das principais causas dos problemas sociais. Também a falta de equipamentos de caráter social ao serviço da comunidade, originalmente propostos por Manuel Teles, e a falta de investimento e gestão da CMP em relação a esta sua propriedade são questões apontadas como sendo geradoras dos problemas sociais do bairro. A existência de problemas estruturais é mencionada enquanto causadora de degradação física do edificado. (Paiva, 2011, p. 104) A apropriação de parte do bairro de forma descontrolada, em 1975, aliada ao seu isolamento e descontinuidade com a cidade são também apontados como grandes potenciadores dos problemas associados ao bairro. (Correia, 2009, p. 2) A falta de investimento da CMP no projeto urbano do Aleixo levou à sua segregação. Embora o bairro se localize no centro da cidade do Porto, devido à expansão dos seus limites, o acentuado declive do terreno coloca-o em descontinuidade com a malha urbana. O bairro não é visível a partir das vias que o circundam sendo necessário entrar no seu perímetro para perceber o conjunto urbano. (Figs. 125 e 126)

A única rua de acesso ao Aleixo, construída ainda em 1969, era a Rua Carvalho Barroso, atual Rua do Aleixo, que desembocava em duas ramificações sem saída que faziam o acesso às torres. Ao longo do tempo foram sendo marcadas duas passagens para peões, como complemento da acessibilidade ao bairro, que iam ao encontro da Rua do Aleixo - uma a Norte com acesso à Rua do Progresso e outra a Sul com acesso à Rua do Ouro. (Paiva, 2011, p. 112) Em 1994 o Projeto Integrado do Bairro do Aleixo transformou estas duas ruas pedonais em duas novas vias de acesso à estrutura urbana (Lima, 2007, p. 28) – a Rua Carvalho Barbosa e a Rua Arnaldo Leite. (Fig. 127)

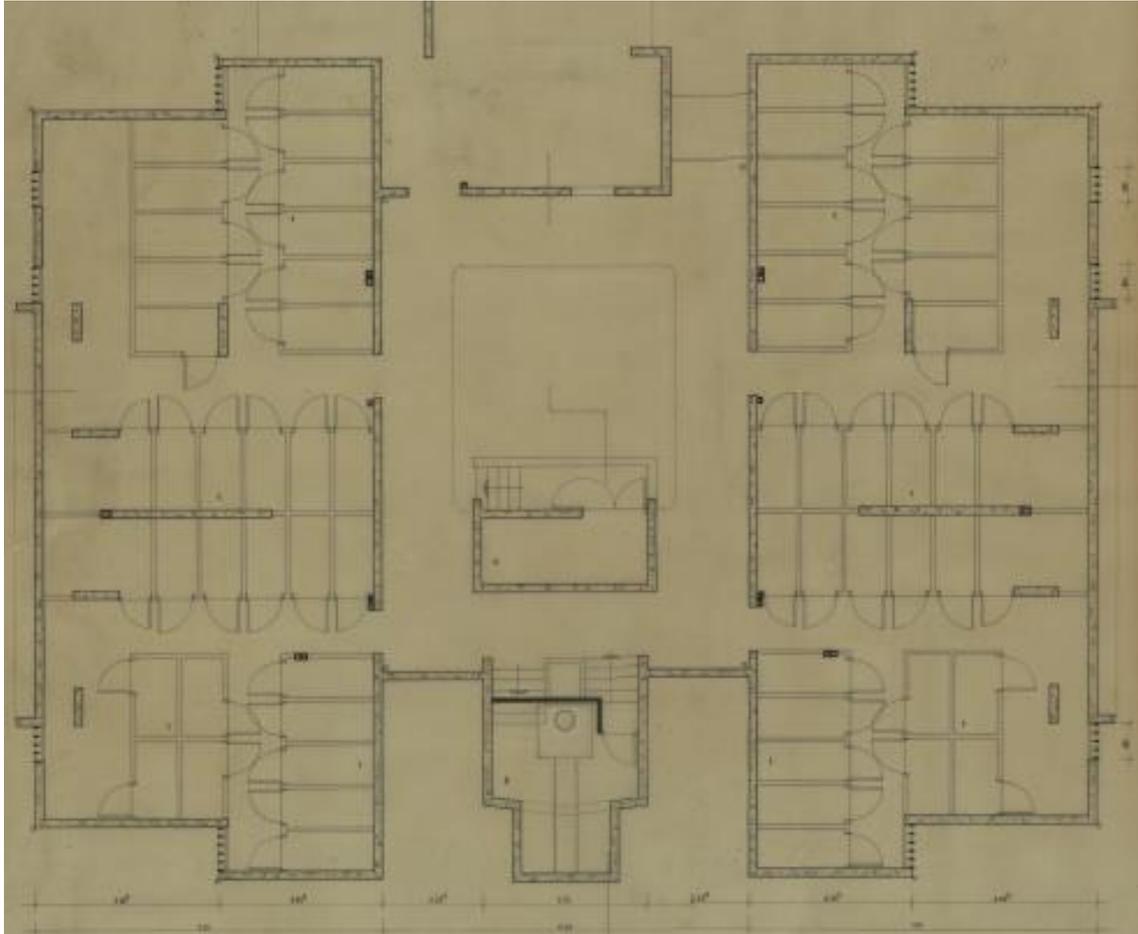


Figura 128. Planta da cave.

(Fonte: Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo)



Figura 129. Degradação do bairro.

(Fonte: <http://ruioliveiraphotospot.blogspot.pt>)

Embora o bairro do Aleixo se encontre próximo de duas das mais importantes vias da cidade do Porto - a Rua do Campo Alegre e a Rua do Ouro - (Fig. 127) encontrou-se, até 1994, fechado sobre si mesmo, dificultando os acessos e a gestão do bairro, facilitando a criação de um espaço propício para a prática de atividades ilícitas, que se foi progressivamente materializando. Os seus habitantes, isolados a nível urbano e social, tendem a confinar-se ao bairro e à sua área envolvente, formando um estigma a si associado, questão que irá acentuar os problemas do bairro e potenciar a configuração de um espaço social marginal e uma zona de evitamento. (Mendes, 2012, pp. 91-92) Apesar da criação de duas novas vias de acesso à estrutura urbana do bairro os restantes moradores da cidade continuam a contornar esta área com receio de serem abordados.

Em 1994, por iniciativa da CMP e posteriormente promovido pela Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro (ADILO), surge o Projeto Integrado do Bairro do Aleixo com o objetivo de promover o desenvolvimento social, cultural e económico do bairro e de requalificar o edificado e a sua envolvente. No âmbito deste projeto foram realojadas famílias que viviam nas caves (Fig. 128) e sótãos das torres e em barracas que foram surgindo na envolvente do bairro. Foram transferidas famílias para outros bairros e efetuaram-se também transferências dentro do bairro. Substituíram-se os elevadores e recuperaram-se outros. Criaram-se espaços sociais, culturais e desportivos, nomeadamente um miniginásio, um campo desportivo, uma zona lúdica e um café, entre outros. (Lima, 2007, pp. 27-28)

Apesar do Projeto Integrado do Bairro do Aleixo ter tentado resolver, ou pelo menos amenizar, os problemas do bairro que se verificavam na época, estes não ficaram resolvidos. Ao longo dos anos os problemas sociais foram-se agravando, provocando uma elevada degradação física do bairro e da sua envolvente, criando um problema de saúde pública. O consumo e tráfico de droga tornam-se num foco de insalubridade e insegurança urbana, representando uma solução desconforme com os seus propósitos de habitação de interesse social. (Correia, 2009, p. 1) (Fig.129) Impunha-se a necessidade de intervenção no bairro, por parte no município do Porto.



Figura 130. Bairro do Aleixo sem esperança.
(Fonte: Porto., 2016)



Figuras 131 e 132. Demolição do bairro.
(Fonte: <http://ruioliveiraphotospot.blogspot.pt>)



Figuras 133 e 134. Bairro demolido.
(Fonte: Pimenta, 2013; Pestana e Moreira, 2014, p. 295)

Em 2008 a Assembleia Municipal do Porto classifica o bairro do Aleixo como área de reabilitação urbana, no âmbito do programa Porto Vivo - SRU. Por constrangimentos financeiros no orçamento público, a CMP lança no mesmo ano um concurso, de subscrição particular, para a constituição de um Fundo Especial de Investimento Imobiliário (FEII) que ajudasse a financiar a reabilitação do bairro. (Domus Social, 2013, p. 22) O FEII tornar-se-ia proprietário dos edifícios e dos terrenos que constituem o bairro do Aleixo e teria incentivos fiscais para a reabilitação urbana do espaço. (Correia, 2009, p. 2)

“Reabilitar implica preservar e melhorar as condições de um edifício”, (Pestana e Moreira, 2014, p. 289) no entanto, perante as políticas urbanas implementadas na época, e neste caso em específico, reabilitar teve um significado diferente. A proposta de reabilitação do bairro consistiu numa operação de renovação urbana, concretizada através da demolição do edificado existente, tentando resolver deste modo todos os problemas associados ao Aleixo. (Figs. 131 e 132)

Entre 2011 e 2013 foram demolidas duas torres - a torre E a 16 de Dezembro de 2011 e a torre D a 12 de Abril de 2013. (Domus Social, 2013, p. 23) (Figs. 133 e 134) Devido à falta de liquidez do FEII a operação de demolição do bairro não foi concluída. De acordo com Rui Moreira, atual presidente da CMP, a prioridade passa atualmente pela “construção de habitação social, para realojar, em boas condições, as mais de 300 pessoas que ainda habitam as torres que ainda não foram demolidas” (Domus Social, 2015a), deixando o processo de demolição das restantes torres para um próximo mandato.

Entre 2011 e 2013 foram desocupadas 186 habitações e realojados 141 agregados familiares em diferentes bairros municipais, de acordo com as suas preferências. Os restantes 45 agregados não foram realojados (Domus Social, 2013, pp. 22-23) por razões ligadas ao consumo e tráfico de droga. Nas três torres que compõem atualmente o bairro estima-se que residam cerca de 456 pessoas. (Domus Social, 2013, p. 23)



Figura 135. Rua Mouzinho da Silveira.
(Fonte: <https://pt.wikipedia.org>)



Figura 136. Edifício a reabilitar na rua das Musas.
(Fonte: <http://visualstreetperformance.blogspot.pt>)



Figura 137. Bairro do Leal.
(Fonte: Porto., 2016)



Figura 138. Projeto para o bairro das Eirinhas.
(Fonte: Domus Social, 2016)



Figura 139. Travessa dos Salgueiros.
(Fonte: Imagem recuperada a partir do Google Maps)



Figura 140. Edifício a reabilitar na Avenida Fernão de Magalhães.
(Fonte: www.minimalinea.pt)



Figura 141. Vista privilegiada das habitações do Aleixo.
(Fonte: www.flickr.com)

Em contrapartida aos benefícios fiscais atribuídos ao FEII, esta entidade teria que garantir o realojamento da população do Aleixo em novas habitações de interesse social ou em casas municipais entretanto por si reabilitadas. (Mendes, 2012, p. 101) Nesse sentido serão construídos ou reabilitados, com o apoio da CMP, 11 959 m² de área bruta, divididos por cinco áreas da cidade. (Domus Social, 2016e) Será reabilitada a zona Mouzinho da Silveira, com um projeto do Arquiteto Frederico Valsassina; a zona das Musas, com um projeto do Arquiteto Teixeira Gaia; e parte do bairro do Leal, com um projeto do Arquiteto Frederico Valsassina. Também no bairro do Leal será construída habitação de interesse social nova, da autoria do mesmo Arquiteto; bem como na urbanização das Eirinhas, com o projeto da autoria do Arquiteto José Gigante; na Travessa de Salgueiros, com um projeto da autoria do Arquiteto Virgínio Moutinho; e na Avenida Fernão de Magalhães, com um projeto da autoria do Arquiteto Carlos Migueis Dias. (INVESURB, 2013, p. 1) (Figs. 135 a 140)

Após o realojamento da população que habita atualmente nas torres do Aleixo, o FEII poderá completar a demolição do bairro e construir o seu empreendimento, adequado ao Plano Diretor Municipal em vigor. (Domus Social, 2015a) Até lá, resta aos habitantes do Aleixo e ao bairro em si o questionamento do seu futuro.

No local de implantação do bairro do Aleixo - atualmente localizado no centro do Porto derivado ao crescimento da cidade - está prevista a construção de uma urbanização de luxo atraída pelo posicionamento na cidade com vista privilegiada sobre o rio Douro. (Mendes, 2012, p. 99) (Fig. 141)

Com a análise destas duas experiências do município do Porto conclui-se que as políticas sociais de habitação implementadas até ao início deste século são desajustadas face aos problemas habitacionais existentes.

A construção de habitação de interesse social na periferia, bem como a falta de gestão e manutenção do edificado construído, são fatores potenciadores de

problemas sociais que “amarram os indivíduos a trajetórias de pobreza e de exclusão social” (Alves, 2011, p. 56), dando origem a problemas habitacionais qualitativos.

Também a concentração da habitação de interesse social se revela potenciadora de problemas sociais que conduzem a uma grave degradação urbana e do edificado fomentando a decisão de demolição. No entanto, a demolição não resolve os problemas de ordem social, impulsionadores dos problemas habitacionais. Constitui uma medida radical de emergência que poderia ser evitada através da configuração dos bairros, da sua gestão e manutenção e ainda de um adequado acompanhamento das famílias residentes, ajudando-as na adaptação às novas habitações, às regras de preservação dos espaços públicos e de convivência em edifícios coletivos, uma realidade muito diferente da sua situação habitacional anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - UMA APRENDIZAGEM PARA O FUTURO

O setor da habitação de interesse social tem passado, desde o seu início à atualidade, por alterações a nível legislativo, qualitativo e quantitativo, tentando adaptar-se às transformações sociais, imobiliárias, políticas, demográficas, urbanas e económicas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população carenciada.

Apesar do esforço do município do Porto em resolver os problemas qualitativos de habitação de interesse social, geralmente associados à degradação física do edificado por envelhecimento ou uso de materiais de baixa qualidade na sua construção, verifica-se ainda hoje a existência de uma deficiente qualidade habitacional que não satisfaz as necessidades da população. Também a nível quantitativo se verifica uma insuficiência da oferta de habitação acessível aos segmentos da população de menores recursos. Os preços praticados pelo mercado de habitação representam um encargo demasiado pesado para as populações mais vulneráveis que sem o apoio do estado veem negado o acesso a uma habitação condigna.

Fruto das políticas sociais de habitação implementadas, o município do Porto foi progressivamente concentrando um problema habitacional complexo que oscila entre a habitação antiga e degradada, principalmente no centro histórico, e problemas de ordem social presentes frequentemente nos bairros de habitação de interesse social, geograficamente isolados e segregados.

A opção de construção massificada, especialmente em altura, não é uma solução viável na resolução das carências quantitativas de habitação para a população mais carenciada. É facilmente identificável nestes conjuntos habitacionais um rápido declínio, traduzido em problemas de ordem social e urbana, como se pode verificar através da análise do bairro de S. João de Deus e do bairro do Aleixo. É no entanto de salientar que nem todos os bairros de habitação de interesse social são iguais enquanto problema e nos

respetivos problemas que demonstram, derivado à natureza e contexto dos seus habitantes e do seu lugar. Cada bairro de interesse social tem as suas fragilidades específicas.

A recente preocupação dos municípios com a imagem dos centros das cidades, enquanto pontos turísticos e de cultura, levou à criação de políticas de reabilitação urbana preocupadas em agradar, políticas potenciadoras de segregação, que transferiram as classes sociais mais carenciadas para periferia promovendo a ocupação capitalista dos centros das cidades.

É agora necessário romper com os processos de desigualdade e exclusão, um problema de ordem social e urbana concentrado no município do Porto, assegurando a dignidade habitacional de todos os estratos sociais:

“[...] existe da parte dos agentes sociais não só uma responsabilidade social pelo presente, mas também um legado que a ação no presente deixa para as gerações futuras.”

(Pereira, 2003, p. 146)

Sabemos que o legado deixado pelos anteriores decisores políticos não se tem revelado eficiente na atual perspetivação das políticas sociais de habitação. É portanto fundamental analisar o percurso das políticas sociais de habitação, e de experiências relevantes do passado, numa procura da forma como hoje se podem perspetivar para a melhoria do setor da habitação de interesse social, interrogando o legado que deixam para o futuro. Não é possível encontrar a solução perfeita para o problema, mas é necessário encontrar a solução adequada a cada caso.

É necessário refletir sobre o modo como o país tem tratado este bem essencial, que é o habitar, para que não se repitam os erros do passado e para que no futuro a população carenciada tenha direito a uma habitação condigna - direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, como valor universal e um dos direitos do Homem.

Ao longo da pesquisa bibliográfica para a presente Dissertação considerou-se que o estado tem negligenciado este direito. O direito à habitação caracteriza-se não só pelo acesso a uma habitação condigna e adequada às necessidades das famílias, mas também pela sua integração na cidade permitindo à população pertencer a uma comunidade e viver junto aos equipamentos e serviços. Os programas de habitação de interesse social que não sejam integrados no planeamento urbanístico da cidade contribuem para o agravamento futuro do problema habitacional e social. É da responsabilidade do estado assegurar o acesso a uma habitação condigna a toda a população nacional e de todos os estratos sociais, o que não tem acontecido.

Surgem entretanto sinais de evolução da estratégia pública no que diz respeito às políticas sociais de habitação, apontando para um esforço de equilíbrio do setor. Verifica-se um esforço do município do Porto em promover alojamento de baixo custo e uma preocupação em integrar a habitação de interesse social a nível urbano e social, contribuindo para uma coesão do meio urbano. Espera-se que as atuais políticas sociais de habitação tenham aprendido com os erros do passado, perspetivando-se de forma mais adequada no futuro, contribuindo ativamente para a resolução do problema habitacional do município do Porto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, P., C. (2010). *Casas Económicas do Estado Novo. Os Bairros Sociais na Covilhã*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Afonso, J. (2010). O Encontro Nacional de Arquitetos: Tomar consciência da sociedade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 91, 27-39.

Alves, S. (2010). *O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas em risco na cidade do Porto*. Tese de Doutoramento em sociologia. Lisboa: ISCTE IUL - Instituto Universitário de Lisboa.

Alves, S. (2011). Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n° 23, 41-59.

Amaral, K., K. (1945). *O Problema da Habitação*. Porto: Livraria Latina.

Bandeirinha, J. A. (2007a), *O processo SAAL e a arquitetura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bandeirinha, J., A. (2007b). Anos sessenta. Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal. *Jornal dos Arquitetos*, n° 226, 24-29.

Bandeirinha, J., A. (2010). O Encontro Nacional de Arquitetos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitetura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 91, 11-26.

Baptista, A. e Martinho, M. (1997). *Programas URBAN e Reabilitação Urbana: revitalização de áreas em crise*. Lisboa: Direção Geral do Desenvolvimento Regional.

Cachado, R. e Baía, J. (org.) (2012). *Políticas de habitação e construção informal*. Lisboa: Mundos Sociais.

Cachado, R. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, nº 206, 133-152.

Cardoso, V. (2009). Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico. *Cadernos*, nº1, 33-65.

Cardoso, V. (2010). A morfologia da habitação social no Porto após o Plano de Melhoramentos: Ruptura ou continuidade? *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Carvalho, P. (2017). Obras nos 17 prédios da câmara do Porto no centro histórico só no final do ano. *Público*, 19 de Abril de 2017. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/04/19/local/noticia/antes-de-outubro-nao-ha-obras-em-17-predios-da-camara-do-porto-no-centro-historico-1769341>. Recuperado a 27 de Maio de 2017.

Coelho, A., B. (2009). Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972. *Risco*, nº 10, 57-79.

Coelho, J. (2016). Cinco anos após primeira demolição, bairro do Aleixo está muito sozinho. *Observador*, 15 de Dezembro de 2016. Disponível em <http://observador.pt/2016/12/15/cinco-anos-apos-primeira-demolicao-bairro-do-aleixo-esta-muito-sozinho/>. Recuperado a 2 de Fevereiro de 2017.

Coentrão, A. (2016). Bairro de São João de Deus, no Porto, entra em obras em clima de festa. *Público*, 22 de Abril de 2016. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/04/22/local/noticia/bairro-de-sao-joao-de-deus->

no-porto-entra-em-obras-para-demolir-o-estigma-1729919. Recuperado a 2 de Maio de 2017.

Cordeiro, J., M. (2000a). Os bairros d'O Comércio do Porto. *Público*, 16 de Julho de 2000. Disponível em <https://www.publico.pt/local-porto/jornal/os-bairros-d-o-comercio-do-porto-146522>. Recuperado a 22 de Junho de 2017.

CET-ISCTE, IRIC-UPORTO e A. Mateus & Associados (2008a). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013: Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais*. Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/publicacoes/relatorio1_planoestrategico_habitacao.pdf. Recuperado a 26 de Outubro de 2016.

CET-ISCTE, IRIC-UPORTO e A. Mateus & Associados (2008b). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013: Políticas de Habitação*. Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/publicacoes/relatorio2_planoestrategico_habitacao.pdf. Recuperado a 26 de Outubro de 2016.

CET-ISCTE, IRIC-UPORTO e A. Mateus & Associados (2008c). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013: Estratégia e Modelo de Intervenção*. Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/publicacoes/relatorio3_planoestrategico_habitacao.pdf. Recuperado a 26 de Outubro de 2016.

Conselho Económico e Social (1997). Colóquio A Política de Habitação. Lisboa: Caixa Geral de Depósitos.

Cordeiro, J., M. (2000b). Os bairros do Estado Novo. *Público*, 16 de Julho de 2000. Disponível em <https://www.publico.pt/local-porto/jornal/os-bairros-d-o-comercio-do-porto-146522>. Recuperado a 23 de Junho de 2017.

Correia, C., A. (2009). Bairro do Aleixo: novas soluções para problemas antigos. *Direito Regional e Local*, n^o5, 47-51.

Costa, A. A. (1979). O movimento de moradores no Porto e o Saal/Norte. *Cadernos de Intervenção Social*, n^o 2.

Costa, A. A. (1988). Intervenção participada na cidade: O SAAL. A experiência do Porto. In Siza, Á. (1988). *Profissão poética*. Barcelona: Gustavo Gili.

Costa, A., A. (2002). A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano: Algumas considerações sobre um título enigmático. *Jornal dos Arquitetos*, n^o 204, 9-16.

Costa, A., A. (2009). Tipologia e luta de classes: a propósito da demolição das torres do Aleixo no Porto. *Jornal dos Arquitetos*, n^o 237, 6-9.

Costa, N., B. (2015a) *Bairro S. João de Deus - Memória descritiva*. Documento gentilmente cedido pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo.

Costa, N., B. (2015b) *Bairro S. João de Deus - Projeto de execução*. Documento gentilmente cedido pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo.

CRUARB (1992). *O centro histórico do Porto*. Porto: CMP.

Domus Social (s.d. a). Quem somos. *Domus Social*. Disponível em http://www.domussocial.pt/domussocial/quem-somos_2. Recuperado a 11 de Maio de 2017.

Domus Social (s.d. b). Estatísticas pedidos de habitação de janeiro a novembro de 2016. *Domus Social*. Disponível em <http://www.domussocial.pt/inquilinos/estatisticas-pedidos-de-habitacao>. Recuperado a 2 de Junho de 2017.

Domus Social (2013). *Bairros municipais do Porto 2002-2013*. Porto: CMP.

Domus Social (2015a). Moradores do Aleixo vão ser realojados. *Domus Social*. Disponível em <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/moradores-do-aleixo-va-ser-realojados>. Recuperado a 13 de Abril de 2017.

Domus Social (2015b). Bairro do Aleixo já tem solução com a entrada de um novo investidor. *Domus Social*. Disponível em http://www.domussocial.pt/noticias-domus/bairro-do-aleixo-ja-tem-solucao-com-a-entrada-de-um-novo-investidor_2. Recuperado a 13 de Abril de 2017.

Domus Social (2015c). Bairro do Aleixo já tem luz verde. *Domus Social*. Disponível em <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/bairro-do-aleixo-ja-tem-luz-verde>. Recuperado a 13 de Abril de 2017.

Domus Social (2016a). Caracterização Socioeconómica e Demográfica / Brigadas e Pedidos de Intervenção. *Domus Social*. Disponível em <http://www.domussocial.pt/domussocial/caracterizacao-sociodemografica>. Recuperado a 11 de Novembro de 2016.

Domus Social (2016b). Reabilitação chega a S. João de Deus. *Domus Social*. Disponível em <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/reabilitacao-chega-a-s-joao-de-deus>. Recuperado a 11 de Novembro de 2016.

Domus Social (2016c). Solução para o Bairro do Aleixo resolve problemas das Eirinhas. *Domus Social*. Disponível em <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/solucao-para-o-bairro-do-aleixo-resolve-problemas-das-eirinhas>. Recuperado a 25 de Novembro de 2016.

Domus Social (2016d). Bairro do Aleixo já tem luz verde. *Domus Social*. Disponível em http://www.domussocial.pt/noticias-domus/bairro-do-aleixo-ja-tem-luz-verde_2. Recuperado a 13 de Abril de 2017.

Domus Social (2016e). Expropriação no Bairro do Leal. *Domus Social*. Disponível em <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/expropriacao-no-bairro-do-leal>. Recuperado a 15 de Abril de 2017.

Domus Social (2016f). S. João de Deus Renasce. *Domus Social*. Disponível em <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/em-campanha-ate-o-bairro-sao-joao-de-deus-renasce>. Recuperado a 9 de Maio de 2017.

Domus Social (2017). A nova vida do Bairro São João de Deus. *Domus Social*. Disponível em <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/neste-porto-nao-ha-lugares-proscritos-ou-a-nova-vida-do-bairro-sao-joao-de-deus>. Recuperado a 2 de Maio de 2017.

Fernandes, L. e Ramos, A. (2010). Exclusão social e violências quotidianas em bairros degradados: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Revista toxicodependências*, vol. 16, 15-27.

Fernandes, A., R. (2015). *O Bairro Guerra Junqueiro na cidade do Porto (1892 – 1962). Leitura histórica do espaço e mediação patrimonial*. Dissertação de Mestrado em História e Património. Porto: Universidade do Porto.

Ferreira, A., F. (1987). *Por uma nova política de habitação*. Porto: Afrontamento.

Ferreira, A., F. (coord.) (1993). *Livro Branco sobre Política de Habitação em Portugal*. Lisboa: Encontro Nacional de Habitação.

Ferreira, J. A. (coord.) (1999). *Habitação social no Porto*. Porto: CMP.

Ferreira, J. A. (2000). *Porto: as ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*. Porto: CMP.

Ferreira, J. A. e Restivo, J. (2017). [Entrevista realizada a 24 de Março de 2017 ao engenheiro José António Ferreira e à arquiteta Joana Restivo, membros da Domus Social]. Entrevista realizada por Jéssica Barreto no âmbito desta dissertação de mestrado a 24 de Março de 2017.

Filgueiras, O., L. (1985). *Da função social do arquiteto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. 2.a ed. Porto: ESBAP.

Fraguito, J. (2009). *Políticas de habitação: Implementação e avaliação de programas de habitação na Cidade do porto*. Dissertação de Mestrado em Engenharia. Porto: Universidade do Porto.

Fonseca, B. F. (2012). *Reabilitar para incluir: um edifício na cidade, um indivíduo na sociedade*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto: Universidade do Porto.

Gonçalves, J. F. (2007). *Edifícios modernos de habitação colectiva 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa*. Tese de Doutoramento em Arquitetura. Barcelona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura.

Gros, M., C. (1982). *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Afrontamento.

Guerra, I. (1997). Um olhar sociológico sobre o alojamento. *Sociologia*, n.º 24, 165-181.

Guerra, I. (2008). Europa e Políticas Habitacionais. Mudanças em curso. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 17, 47-61.

Guerra, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades Comunidades e Territórios*, n.º 22, 41-68.

Hilário, M., T. (2014). *Giovanni Muzio e Fernando Távora. Projectos para a Avenida da Ponte e para o Campo Alegre*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Human Rights Council (2017). *Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context - Mission to Portugal*. United Nations.

IHRU e Governo de Portugal (2015). *Estratégia Nacional para a Habitação*. Recuperado em 30 de Maio, 2017, de <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/EstNacHabitacao/>

INVESURB (2013). *Relatório de gestão*. Lisboa: Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário.

Lima, A. S. (2007). *A metamorfose das torres do Aleixo*. Prova Final de Licenciatura em Arquitetura. Porto: Universidade do Porto.

LNEC (1969). *Colóquio sobre política de habitação*. (Vols. 1-4) Lisboa: MOP.

Loza, R., R. (2000). *CRUARB: 25 anos de reabilitação urbana*. Porto: CMP.

Madeira, C., A. (2009). *A Reabilitação Habitacional em Portugal - Avaliação dos Programas RECRIA, REHABITA, RECRIPH E SOLARH*. Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Matos, F., L. (1994). *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. Análise Social, vol. XXIX, 677-695.*

Matos, F., L. (2001). *A habitação do Grande Porto – Uma perspetiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. (Vols. 1-2). Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Porto: Universidade do Porto.

Matos, F., L. (2004). *Algumas reflexões sobre o PER no Grande Porto*. Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa. Guimarães: Universidade do Minho.

Mendes, M. M. (2012). *A demolição do bairro do Aleixo e a ação da população local vista pela imprensa diária e nas notícias online*. In G. Cordeiro, et. al (2011) *A cidade entre bairros*. (pp. 87-105) Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Paiva, M. (2011). *Habitação e cidade: do São Vito em São Paulo ao Aleixo no Porto*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Porto: Universidade do Porto.

Pascoal, G. (2010). *Estratégias de Participação Pública em Operações de Reabilitação Urbana*. Dissertação de Mestrado em Construção Urbana. Coimbra: Instituto Superior de Engenharia de Coimbra.

Pedrosa, S., P. (2010). *Habitar em Portugal nos anos 1960: ruptura e antecedentes. Um caminho pelo interior do discurso*. Tese de Doutoramento. Catalunha: Universitat Politècnica de Catalunya.

Pereira, A., C. (2002). Requalificação do Bairro de São João de Deus arranca no início de Maio. *Público*, 24 de Abril de 2002. Disponível em <https://www.publico.pt/local-porto/jornal/requalificacao-do-bairro-de-sao-joao-de-deus-arranca-no-inicio-de-maio-169792>. Recuperado a 7 de Março de 2017.

Pereira, V., B. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspetivadas a partir da cidade do Porto. *Sociologia*, n.º 13, 139-147.

Pereira, V. B., Queirós, J. (2009). *Sobre a formação de doxas, de ortodoxias e de 'efeitos de alodoxia' na (re)produção das intervenções habitacionais do Estado na cidade do Porto (1956 – 2006)*. Colóquio internacional “Tradição e Vanguardas: cenas de uma conversa inacabada”. Porto: FLUP.

Pereira, V. B. (2011a). A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: uma perspetiva sintética e panorâmica. In E. Alexandra, et. al (2011). *Família, Espaço e Património* (pp. 547-564). Porto: CITCEM- Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Pereira, D., C. (2011b). *A Evolução da Habitação de Interesse Social no Município do Porto*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades. Porto: Universidade do Porto.

Pestana, M. e Moreira, P. (2014). Aleixo sempre. *Jornal dos Arquitetos*, n.º 249, 282-297.

Pittini, A.; Ghekiere, L.; Dijol, J.; Kiss, I. (2015). *The state of housing in the 2015*. Brussels: Housing Europe, the European Federation for Public Cooperative and Social Housing.

Portal da Habitação (s.d.). Reabilitar para Arrendar - Habitação acessível. *Portal da Habitação*. Disponível em http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/reabilitarparaarrendar_ha/reabilitarparaarrendar_habitacao_acessivel.html. Recuperado a 10 de Maio de 2017.

Portas, N. (1969a). *Funções e exigências de áreas de habitação*. Lisboa: MOP e LNEC.

Portas, N. (1969b). *A cidade como Arquitetura*. Lisboa: Livros Horizonte

Portas, N. (2004). *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitetura*. Porto: FAUP Publicações.

Porto. (2017a). Quase mais duas mil pessoas a querer viver na Sé. *Porto*, 15 de Fevereiro de 2017. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/1-750-candidatos-a-arrendar-39-fraco-es-no-morro-da-se>. Recuperado a 20 de Junho de 2017.

Porto. (2017b). Reabilitação Urbana no Porto disparou em três anos. *Porto*, 17 de Março de 2017. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/reabilitacao-urbana-no-porto-disparou-em-tres-anos>. Recuperado a 20 de Junho de 2017.

Porto. (2017c). Reabilitação urbana no Porto acontece em todas as freguesias e destina-se maioritariamente à habitação. *Porto*, 22 de Abril de 2017. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/reabilitacao-urbana-no-porto>

acontece-em-todas-as-freguesias-e-destina-se-maioriamente-a-habitacao.

Recuperado a 20 de Junho de 2017.

Porto Vivo (s.d. a). Missão. *Porto Vivo*. Disponível em <http://www.portovivosru.pt/pt/porto-vivo-sru/missao-e-estrategia>.

Recuperado a 10 de Maio de 2017.

Porto Vivo (s.d. b). MasterPlan. *Porto Vivo*. Disponível em <http://www.portovivosru.pt/pt/area-de-atuacao/enquadramento>. Recuperado a 10 de Maio de 2017.

Porto Vivo (2005). *Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto. Masterplan (Síntese Executiva)*. Porto: Porto Vivo.

Queirós, J. (2007). Estratégia e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos - Considerações exploratórias a partir do caso do Porto. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 55, 91-116.

Queirós, J. (2013). Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia. *Análise Social*, vol. XLVIII, 102-133.

Queirós, J. (2015). *No centro, à margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Afrontamento.

Queirós, J. (2016). Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente. *Sociologia*, Vol. XXXI, 29-58.

Rodrigues, C. (2015). O lugar residencial na cidade do Porto: a territorialização social do espaço urbano. *Revista Convergência Crítica*, vol. 1, n° 7, 1-27.

Rodrigues, F., M., Fontes, A., C., Silva, M., C. e Fontes, A., C. (Coord.) (2016). *A Cidade da Participação. Projeto de Arquitetura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*. Porto: Edições Afrontamento e Laboratório de Habitação Básica.

Rodrigues, M. (1999). *Pelo direito à cidade. O movimento de moradores no Porto (1974/76)*. Porto: Campo das Letras.

Rosenfeld, O. (2015). *Social Housing in the UNECE Region: Models, Trends and Challenges*. Geneva: United Nations Economic Commission For Europe.

Restivo, J. (2014). *Habitação pública no Porto. Intervir para requalificar*. Tese de Doutoramento em Engenharia Civil. Porto: Universidade do Porto.

Santos, A. (2014). *As políticas públicas da habitação em Portugal: Avaliação longitudinal da promoção imobiliária*. Tese de Doutoramento em Economia. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

Santos, A. (2015). *Legislação sobre habitação em Portugal e os objetivos programáticos dos governos (1986-2001)*. Lisboa: EDIUAL

Santos, A., C., Teles, N. e Serra, N. (2014). Finança e habitação em Portugal. *Cadernos do observatório*, n° 2. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Serra, N. (1997). Território e habitação em Portugal. *Oficina do CES*, n° 101. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Silva, C., N. (1994). Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX. *Análise Social*, Vol. XXIX, 655-677.

Silva, D. (2012). *Reabilitação Urbana: Projeto de Viabilidade para Reabilitação da Rua das Musas n.ºs 13 a 53*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades. Porto: Universidade do Porto.

Silva, M. (2001). *Políticas de habitação: seu desenvolvimento em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Economia. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Simões, A., et. Al. (2015). *Gestão e manutenção preventiva de bairros de habitação social municipal*. Porto: Domus social.

Távora, F. (1996). *Da Organização do Espaço*. (3º ed.). Porto: FAUP Publicações.

Teixeira, M., C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, n.º115, 65-89.

Tostões, A. (Coord.) (2004). *Arquitetura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Quimera.

Tostões, A. (Coord.) (2008). *1º Congresso Nacional de Arquitetura*. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº 49033 de 28 de Maio. Diário do Governo n.º 126/1969, Série I de 1969-05-28. Ministério das Obras Públicas.

Decreto-Lei nº 177/84, de 25 de Maio. Diário da República n.º 121/1984, Série I de 1984-05-25. Ministérios das Finanças e do Plano e do Equipamento Social.

Decreto-Lei nº 88/87, de 26 de Fevereiro. Diário da República n.º 48/1987, Série I de 1987-02-26. Ministérios das Finanças, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Decreto-Lei nº 106/96, de 31 de Julho. Diário da República n.º 176/1996, Série I-A de 1996-07-31. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto-Lei nº 7/99, de 8 de Janeiro. Diário da República n.º 6/1999, Série I-A de 1999-01-08. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto-Lei nº 329-C/2000, de 22 de Dezembro. Diário da República n.º 294/2000, 1º Suplemento, Série I-A de 2000-12-22. Ministério do Equipamento Social.

Decreto-Lei nº 39/2001, de 9 de Fevereiro. Diário da República n.º 34/2001, Série I-A de 2001-02-09. Ministério do Equipamento Social.

DOCUMENTOS CONSULTADOS NO ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO

CMP (1940). *Projeto de aglomerado de moradias para as classes pobres denominado da Triana*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 24194.

CMP (1941a). *Bairro de Rebordões (Triana)*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 483.

CMP (1941b). *Auto da cerimónia de lançamento da primeira pedra, para a construção do Bairro Municipal de Habitações Populares, em Rebordões*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 414558

CMP (1944). *Auto da cerimónia da inauguração do Bairro Municipal de Habitações Populares em Rebordões*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 414498

CMP (1947). *Bairro Municipal de Casas Económicas de Rebordões: localização duma escola primária*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 160.

CMP (1952). *Ampliação do Bairro da Corujeira; Bairro de Rebordões*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 254.

CMP (1968a). *Bairro de São João de Deus: ampliação: 1968*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 290329.

CMP (1968b). *Bairro de São João de Deus*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 639452.

CMP (1968c). *Ampliação do Bairro de São João de Deus: saneamento: águas pluviais: rede externa*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 640642.

CMP (1969a). *Grupo de Moradias Populares do Aleixo: eletricidade: iluminação*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 641340.

CMP (1969b). *Grupo de Moradias Populares do Aleixo: abastecimento de água: rede interna*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 641337.

CMP (1969c). *Bairro de São João de Deus: ampliação: 2º Fase*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 290323.

CMP (1970). *Grupo de Moradias Populares do Aleixo: arquitetura: alçados/cortes*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 641329.

CMP (1972a). *Agrupamento de Moradias de São João de Deus: instalações para Obra Diocesana*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 638375.

CMP (1972b). *Agrupamento de Moradias de São João de Deus: instalações para Obra Diocesana: arquitetura: plantas e alçados*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 640859.

CMP (1974a). *Grupo de Moradias Populares do Aleixo: arranjos exteriores: arruamentos: perfis*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 641333.

CMP (1974b). *Grupo de Moradias Populares do Aleixo: topográficas*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 641328.

CMP (1974c). *Grupo de Moradias Populares de São João de Deus: topográficas*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 644043.

CMP (1974d). Centro Social do *Grupo de Moradias Populares de São João de Deus: arquitetura*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 638368.

CMP (1975). *Grupo de Moradias Populares de São João de Deus: ampliação: fundações e estrutura: estabilidade: plantas estruturais*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 644045.

CMP (1977a). *Bairro de S. João de Deus: Plantas*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 589277.

CMP (1977b). *Ampliação do Bairro de São João de Deus: eletricidade: iluminação*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 640643.

CMP (1982a). Centro Social do *Bairro de S. João de Deus, Obra Diocesana de Promoção Social: arquitetura: alçados/ cortes*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 643817.

CMP (1982b). *Grupo de Moradias Populares do Aleixo: campo de jogos*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 638741.

CMP (1983a). Centro Social do *Bairro de S. João de Deus, Obra Diocesana de Promoção Social: topográficas*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 643816.

CMP (1983b). Centro Social do *Bairro de S. João de Deus, Obra Diocesana de Promoção Social: arquitetura: pormenores: mobiliário*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 643820.

CMP (1985). Campo de jogos e balneário para o G.M.P. de *São João de Deus: topográfica*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 641850.

CMP (1990). *Zona de S. João de Deus*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 688149.

CMP (1992). *Bairro do Aleixo: plantas da cave*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 591154.

CMP (1994). *Bairro de São João de Deus: urbanização: topográficas*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 644242.

CMP (1995). *Grupo de Moradias Populares do Aleixo: miniginásio do Aleixo (Torre E): topográficas*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador nº 641354.

Teles, M. (1969). Memória descritiva para o Grupo de Moradias Populares do Aleixo. Porto: Arquivo geral da Câmara Municipal do Porto.

CRÉDITOS DE IMAGENS

Figura 1. Evolução da despesa social em percentagem do PIB entre 1995 e 2012. **10**

Santos, A., C., Teles, N, e Serra, N. (2014). *Finança e habitação em Portugal. Cadernos do observatório, n.º 2.* Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Figura 2. Regime de ocupação, em percentagem, do parque habitacional total dos estados membros da União Europeia. **10**

Restivo, J. (2014). *Habitação pública no Porto. Intervir para requalificar.* Tese de Doutoramento em Engenharia Civil. Porto: Universidade do Porto.

Figura 3. Planta de localização do bairro de S. João de Deus e do bairro do Aleixo. **14**

Elaboração própria a partir de imagem do Google Maps.

Figura 4. Construção de habitação de interesse social nova e requalificação do existente no bairro de S. João de Deus, 2017. **14**

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Figura 5. Demolição do bairro do Aleixo, 2011. **14**

Pimenta, P. (2011). Incendiadas retroescavadoras que removiam escombros do Bairro do Aleixo. *Público*, 20 de Dezembro de 2011. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/04/22/local/noticia/bairro-de-sao-joao-de-deus-no-porto-entra-em-obras-para-demolir-o-estigma-1729919>. Recuperado a 9 de Julho de 2017.

Figura 6. Degradação do bairro do Aleixo, 2017. **18**

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Figura 7. Degradação do bairro de S. João de Deus, 2017. **18**

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Figura 8. Bairro de S. João de Deus, 2017. **20**

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Figura 9. Bairro do Aleixo, 2017. **20**

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Figura 10. Despesas do estado por funções entre 1990 e 2016. **32**

Elaboração própria com base nos dados disponíveis em <http://www.pordata.pt/Portugal/Despesas+do+Estado+em+percentagem+do+PIB+por+algumas+fun%C3%A7%C3%B5es-2778>. Recuperado a 10 de Julho de 2017.

Figura 11. Ilhas do Porto, 1960. **38**

CMP (1960). *Ilhas e casas insalubres*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador n° 276169.

Figura 12. Planta de localização das principais áreas de ilhas em 1892. **40**

Rodrigues, C. (2015) O lugar residencial na cidade do Porto: a territorialização social do espaço urbano. *Revista Convergência Crítica*, vol. 1, n° 7, 1-27.

Figura 13. Bairro Monte Pedral, 1963. **40**

CMP (1963). *Pavimentação da Rua da Constituição*. Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador n° 295385.

Figura 14. Evolução da população residente no município do Porto entre 1890 e 1940. **42**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Repartição da Estatística Geral (1896). *Censo da população do reino de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional; Direção Geral da Estatística e dos Proprios Nacionais (1900). *Censo da população do reino de Portugal. Quato Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Imprensa Nacional; Direção Geral da Estatística (1913). *Censo da população de Portugal. 5º Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Imprensa Nacional; Direção Geral da Estatística (1923). *Censo da população de Portugal. 6º Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Figura 15. Planta de localização das casas económicas existente ou a construir em 1944. **42**

CMP (1944). *Casas económicas*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 68.

Figura 16. Estudo de localização do aglomerado de casas desmontáveis, 1947. **42**

CMP (1947). *Projeto de bairro de casas desmontáveis*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 445.

Figura 17. Evolução da população residente no município do Porto entre 1840 e 1960. **44**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Instituto Nacional de Estatística (1945). *VIII Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Imprensa Nacional; Instituto Nacional de Estatística (1952). *IX Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Topografia Portuguesa, LDA; Instituto Nacional de Estatística (1964). *X Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Figura 18. Planta de localização das zonas salubrizadas e dos bairros de habitação de interesse social construídos no âmbito do Plano de Melhoramentos até 1965. **44**

CMP (1965). *Planta da cidade do Porto: zonas salubrizadas e núcleos de habitações construídas até 31 de Março de 1965*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 638879.

Figura 19. Relação entre o número de casas em ilha inventariadas em 1939 pelo plano de salubrização das ilhas do Porto e o número de fogos construídos pela primeira e pela segunda fase do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto. **44**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Matos, F., L. (2001). *A habitação do Grande Porto – Uma perspetiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. (Vol. 1). Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Porto: Universidade do Porto.

Figura 20. Planta de localização do total de bairros atualmente propriedade do município do Porto. **46**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Domus Social (2013). *Bairros municipais do Porto 2002-2013*. Porto: CMP.

Figura 21. O antes e o depois de uma intervenção promovida pelo CRUARB no centro histórico do Porto. **48**

Queirós, J. (2013). *Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia*. *Análise Social*, vol. XLVIII, 102-133.

Figura 22. Habitações construídas entre 1971 e 1993 por promotores. **50**

Serra, N. (1997). *Território e habitação em Portugal*. Oficina do CES, n° 101. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Figura 23. Planta de localização dos núcleos de barracas e de ilhas identificadas em 1996 no município do Porto. **52**

CMP (1997). *Programa Especial de Realojamento: barracas e ilhas consideradas e localização dos empreendimentos*. Documento do arquivo histórico. Identificador n° 645320.

Figura 24. Proposta de localização dos bairros de interesse social promovidos pelo PER, 1996. **52**

CMP (1997). *Programa Especial de Realojamento: barracas e ilhas consideradas e localização dos empreendimentos*. Documento do arquivo histórico. Identificador n° 645320.

Figura 25. Habitação municipal do Porto segundo a época de construção, entre 1919 e 2011. **56**

CMP, DMU, DMPU, DMPOT (2015). *Censos 2011 - Parque Habitacional*. Porto: CMP.

Figura 26. Estado de conservação da habitação municipal do município do Porto em 2001. **56**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de INE, I.P. (2011). *Censos 2011. Resultados Definitivos - Portugal*. Lisboa: INE, I.P.

Figura 27. Área de reabilitação urbana do centro histórico do Porto (ARUCHP). **64**

Porto Vivo (2005). Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto. Masterplan (Síntese Executiva). Porto: Porto Vivo.

Figura 28. Requalificação da ilha da Bela Vista, 2016. **66**

Domus Social (2016). Reabilitação da Ilha da Bela Vista continua mesmo sem verbas comunitárias. *Domus Social*. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/reabilitacao-da-ilha-da-bela-vista-continua-mesmo-sem-verbas-comunitarias>. Recuperado a 10 de Julho de 2017.

Figura 29. Requalificação da ilha da Bela Vista, 2016. **66**

Domus Social (2016). Reabilitação da Ilha da Bela Vista continua mesmo sem verbas comunitárias. *Domus Social*. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/reabilitacao-da-ilha-da-bela-vista-continua-mesmo-sem-verbas-comunitarias>. Recuperado a 10 de Julho de 2017.

Figura 30. Planta de implantação dos bairros d'*O Comércio do Porto*. **72**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-i.html>. Recuperado a 7 de Julho de 2016.

Figura 31. Bairro Monte Pedral, 1905. **72**

CMP (1905). *Bairro O Comércio do Porto do Monte Pedral*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 616183.

Figura 32. Bairro Monte Pedral. **72**

<http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-i.html>. Recuperado a 7 de Julho de 2016.

Figura 33. Bairro de Lordelo do Ouro. **72**

<http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-i.html>. Recuperado a 7 de Julho de 2016.

Figura 34. Bairro do Bonfim. **74**

<http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-i.html>.

Recuperado a 7 de Julho de 2016.

Figura 35. Localização dos bairros para famílias de maiores recursos
construídos ao abrigo do programa de casas económicas. **76**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, V. (2009).

Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de
duas morfologias de padrão geométrico. *Cadernos, n^o1*, 33-65.

Figura 36. Localização de alguns dos bairros construídos entre 1935 e 1950
ao abrigo do programa de casas económicas. **76**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, V. (2009). Bairros de
casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias
de padrão geométrico. *Cadernos, n^o1*, 33-65.

Figura 37. Fotografia de 1940 do bairro do Duque de Saldanha. **78**

CMP (1940). *Porto: Bairro Duque de Saldanha*. Documento do arquivo histórico.
Identificador n^o 265168.

Figura 38. Bairro do Duque de Saldanha. **78**

Domus Social (s.d.). Duque de Saldanha. *Domus Social*. Disponível em
<http://www.domussocial.pt/habitacoes/bairro-duque-de-saldanha>. Recuperado a 7
de Julho de 2017.

Figura 39. Planta do terceiro piso do bairro do Duque de Saldanha. **78**

CMP (1950). *Projeto de um núcleo de 115 moradias económicas a construir na Rua
do Duque de Saldanha: eletricidade*. Documento do arquivo histórico. Identificador
n^o 646274.

Figura 40. Planta de localização do total de bairros construídos ao abrigo do
programa de casa económicas no Porto. **80**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, V. (2010). A morfologia da habitação social no Porto após o Plano de Melhoramentos: Ruptura ou continuidade? *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Figura 41. Demolição de ilhas na rua do Cimo da Trindade, 1960. **80**

CMP. (1960). *Porto: estudos e realizações: reabilitação da Trindade: realojamento dos habitantes das ilhas da rua do cimo da Trindade*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 611491.

Figura 42. Localização dos bairros construídos pela primeira fase do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto. **82**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, V. (2009). Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico. *Cadernos*, n^o1, 33-65.

Figura 43. Bairro do Carriçal, fotografia de 1962. **82**

CMP (1962). *Bairro do Carriçal: 1962 - 1963*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 277723.

Figura 44. Bairro do Outeiro, fotografia de 1960. **82**

CMP (1960). *Bairro do Outeiro: 1960*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 635616.

Figura 45. Planta de um T4 e de um T1 no bloco G do bairro do Amial. **82**

CMP (1958). *Grupo de Moradias Populares de Agra do Amial: arquitetura: plantas e alçados*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 640451.

Figura 46. Planta de implantação do bairro da Pasteleira. **82**

CMP (1963). *O Porto de amanhã: exposição de urbanismo: plano de melhoramentos: Bairro da Pasteleira*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 611967.

Figura 47. Zonamento proposto pelo Plano regulador da cidade do Porto. **84**

Matos, F., L. (2001). *A habitação do Grande Porto – Uma perspetiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio.* (Vol. 1). Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Porto: Universidade do Porto.

Figura 48. Zonamento proposto pelo Plano Diretor da Cidade do Porto. **84**

CMP (1967). *Plano Diretor da Cidade.* Documento do arquivo histórico. Identificador n° 297494.

Figura 49. Bairros do Plano de Melhoramentos construídos junto aos bairros de casas económicas. **84**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, V. (2009). Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico. *Cadernos, n°1*, 33-65.

Figura 50. Convívio entre vizinhos das ilhas do Porto. **86**

CMP (1960). *Ilhas e casas insalubres.* Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador n° 276169.

Figura 51. Localização dos bairros construídos pela segunda fase do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto. **88**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, V. (2010). A morfologia da habitação social no Porto após o Plano de Melhoramentos: Ruptura ou continuidade? *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Figura 52. Bairro do Lagarteiro, fotografia de 1973. **88**

CMP (1973). *Bairro do Lagarteiro.* Porto: Documento do arquivo histórico. Identificador n° 291872.

Figura 53. Total de bairros construídos ao abrigo do Plano de Melhoramentos em relação ao total de bairros atualmente propriedade no município do Porto. **90**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, V. (2009). Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico. *Cadernos*, n^o1, 33-65.

Figura 54. Planta de localização de alguns dos bairros construídos ao abrigo do programa SAAL. **92**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Bandeirinha, J. A. (2007). *O processo SAAL e a arquitetura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Figura 55. Bairro da Maceda Acácio. **92**

Coentrão, A. (2016). Segunda fase do projeto SAAL no Bairro da Maceda vai avançar. *Público*, 21 de Abril de 2016. Disponível em <http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/20265/segunda-fase-do-projecto-saal-no-bairro-da-maceda-vai-avancar>. Recuperado a 5 de Julho de 2017.

Figura 56. Bairro de S. Vítor. **92**

http://ofhouses.tumblr.com/post/121110481405/188-%C3%A1lvaro-siza-saal-barrio-de-s%C3%A0o-victor_ Recuperado a 5 de Julho de 2016.

Figura 57. Proposta de renovação urbana do Barredo. **94**

<http://foiassimk.blogspot.pt/2010/11/desenhos-do-trabalho-do-arqt-fernando.html>. Recuperado a 5 de Julho de 2016.

Figura 58. Planta de localização dos bairros SAAL que acabaram por não ser construídos ou concluídos. **94**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Bandeirinha, J. A. (2007). *O processo SAAL e a arquitetura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Figura 59. Zonas onde foi realojada alguma população no âmbito das intervenções do CRUARB. **96**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Queirós, J. (2015). *No centro, à margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Afrontamento; e de Silva, D. (2012). *Reabilitação Urbana: Projeto de Viabilidade para Reabilitação da Rua das Musas n.ºs 13 a 53*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades. Porto: Universidade do Porto.

Figura 60. Percentagens de ocupação das habitações em Portugal por setores. **96**

Pittini, A., Ghekiere, L., Dijol, J. and Kiss, I. (2015). *The state of housing in the 2015*. Brussels: Housing Europe, the European Federation for Public Cooperative and Social Housing. Imagem alterada para efeitos gráficos.

Figura 61. Número de pedidos a aguardar atribuição de habitação no município do Porto, por tipologia. **96**

Domus Social (s.d.). Estatísticas pedidos de habitação de janeiro a novembro de 2016. *Domus Social*. Disponível em <http://www.domussocial.pt/inquilinos/estatisticas-pedidos-de-habitacao>. Recuperado a 7 de Julho de 2017.

Figura 62. Barracas e ilhas abarracadas por freguesia, no município do Porto. **98**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Matos, F., L. (2001). *A habitação do Grande Porto – Uma perspetiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. (Vol. 2). Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Porto: Universidade do Porto.

Figura 63. Planta de implantação de alguns dos bairros construídos ao abrigo do PER. **98**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Cardoso, V. (2009). Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico. *Cadernos*, n.º1, 33-65; de Cardoso, V. (2010). A morfologia da

habitação social no Porto após o Plano de Melhoramentos: Ruptura ou continuidade? *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; e de Matos, F., L. (2004). *Algumas reflexões sobre o PER no Grande Porto*. Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa. Guimarães: Universidade do Minho.

Figura 64. Variação habitacional no município do Porto. **102**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de INE, I.P. (2001). *Censos 2011. Resultados Definitivos - Portugal*. Lisboa: INE, I.P; de INE, I.P. (2011). *Censos 2011. Resultados Definitivos - Portugal*. Lisboa: INE, I.P; e de Direção Geral da Estatística (1930). Censo da população de Portugal. 7º Recenseamento geral da População. Lisboa: Imprensa Nacional.

Figura 65. Estado de conservação dos alojamentos no município do Porto, em 2011. **102**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de INE, I.P. (2011). *Censos 2011. Resultados Definitivos - Portugal*. Lisboa: INE, I.P.

Figura 66. Imagem de marca do centro histórico do Porto. **106**

http://1.bp.blogspot.com/-zm3ypi02oau/uwzp8x-eh1i/aaaaaaaafw/wwwrczxmxf8/s1600/img_9407.jpg. recuperado a 8 de julho de 2017.

Figura 67. Alguns dos bairros de interesse social do município do Porto requalificados entre 2004 e 2012. **108**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Domus Social (2013). *Bairros municipais do Porto 2002-2013*. Porto: CMP.

Figura 68. Alguns dos bairros de interesse social do município do Porto requalificados entre 2002 e 2012. **108**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Domus Social (2013). *Bairros municipais do Porto 2002-2013*. Porto: CMP.

Figura 69. Plano Especial de Intervenção do bairro de S. João de Deus. **110**

Domus Social (2013). Bairros municipais do Porto 2002-2013. Porto: CMP.

Figura 70. Plano Especial de Intervenção do bairro de S. Vicente de Paulo. 110

Domus Social (2013). Bairros municipais do Porto 2002-2013. Porto: CMP.

Figura 71. Plano Especial de Recuperação Urbanística da Zona do Aleixo. 110

Domus Social (2013). Bairros municipais do Porto 2002-2013. Porto: CMP.

Figura 72. Plano Especial do bairro da Rainha D. Leonor. 110

Domus Social (2013). Bairros municipais do Porto 2002-2013. Porto: CMP.

Figura 73. Zona do centro histórico do Porto em reabilitação, 2017. 112

Pinto, B. (2017). Quarteirão Casa Forte no Porto vai ser reabilitado. *Jornalismo Porto Net*, 9 de Maio de 2017. Disponível em <https://jpn.up.pt/2017/05/09/quarteirao-casa-forte-no-porto-vai-reabilitado/>. Recuperado a 29 de Junho de 2017.

Figura 74. Reabilitação de fogos no centro histórico do Porto, 2017. 112

Porto. (2017). Reabilitação Urbana no Porto disparou em três anos. *Porto.*, 17 de Março de 2017. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/reabilitacao-urbana-no-porto-disparou-em-tres-anos>. Recuperado a 29 de Junho de 2017.

Figura 75. Número de requerimentos para habitação no centro histórico do Porto, entre 2006 e 2016. 114

Porto. (2017). Reabilitação Urbana no Porto disparou em três anos. *Porto.*, 17 de Março de 2017. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/reabilitacao-urbana-no-porto-disparou-em-tres-anos>. Recuperado a 29 de Junho de 2017.

Figura 76. Número de processos de reabilitação urbana e do edificado no município do Porto, entre 2006 e 2016. 114

Porto. (2017). Reabilitação Urbana no Porto disparou em três anos. *Porto.*, 17 de Março de 2017. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/reabilitacao-urbana-no-porto-disparou-em-tres-anos>. Recuperado a 29 de Junho de 2017.

Figura 77. Número de pedidos de atribuição de habitação em lista de espera. **114**

Domus Social (s.d.). Estatísticas pedidos de habitação de janeiro a novembro de 2016. *Domus Social.* Disponível em <http://www.domussocial.pt/inquilinos/estatisticas-pedidos-de-habitacao>. Recuperado a 7 de Julho de 2017.

Figura 78. Bairros camarários do município do Porto. **116**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Domus Social (2013). *Bairros municipais do Porto 2002-2013*. Porto: CMP.

Figura 79. Casas de Património do município do Porto. **116**

Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Domus Social (s.d.). Casas do Património. *Domus Social.* Disponível em <http://www.domussocial.pt/habitacoes/c/patrimonios>. Recuperado a 29 de Junho de 2017.

Figura 80. Vista aérea do bairro de S. João de Deus. **118**

Elaboração própria a partir de imagem do Google Maps.

Figura 81. Vista aérea do bairro do Aleixo. **118**

Elaboração própria a partir de imagem do Google Maps.

Figura 82. Planta de localização do bairro de S. João de Deus. **120**

CMP (1941). *Ampliação do Bairro de São João de Deus: topográficas*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 640636.

Figura 83. Planta de implantação do Aglomerado de Moradias para as Classes Pobres da Triana. **120**

CMP (1941). *Bairro de Rebordões (Triana)*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 483.

Figura 84. Planta de implantação do bairro de Rebordões. **120**

CMP (1941). *Bairro de Rebordões (Triana)*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 483.

Figura 85 e figura 86. Habitações unifamiliares do bairro de S. João de Deus, construídas em 1944. **120**

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Figura 87. Planta com as várias fases de construção do bairro de S. João de Deus. **122**

Elaboração própria com base em: CMP (1994). *Bairro de São João de Deus: urbanização: topográficas*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 644242.

Figura 88. Blocos de habitação coletiva construídos em 1956. **122**

Imagens gentilmente cedidas pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

Figura 89. Património dos pobres construído na década de 1960. **122**

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Figura 90. Blocos de habitação coletiva construídos em 1969 e 1976. **122**

Alves, S. (2011). Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas. *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 23, 41-59.

Figura 91. Núcleo de barracas construído na década de 1980. **124**

Alves, S. (2010). *O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas em risco na cidade do Porto*. Tese de doutoramento em sociologia. Lisboa: ISCTE IUL - Instituto Universitário de Lisboa.

Figura 92. Planta da estruturação urbanística feita no bairro entre 1990 e 1999. **126**

Elaboração própria com base em CMP (1994). *Bairro de São João de Deus: urbanização: topográficas*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 644242.

Figura 93. Blocos de habitação coletiva construídos entre 1990 e 1994. **126**

Alves, S. (2010). *O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas em risco na cidade do Porto*. Tese de doutoramento em sociologia. Lisboa: ISCTE IUL - Instituto Universitário de Lisboa.

Figura 94. Demolição do bairro. **128**

Correia, P. (2012). Bairro São João de Deus volta a agitar Assembleia Municipal do Porto. *Jornal de Notícias*, 20 de Novembro de 2012. Disponível em <http://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/bairro-sao-joao-de-deus-volta-a-agitar-assembleia-municipal-do-porto-2897121.html>. Recuperado a 29 de Junho de 2017.

Figura 95. Planta com os blocos demolidos. **128**

Elaboração própria com base em: CMP (1994). *Bairro de São João de Deus: urbanização: topográficas*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 644242.

Figura 96. Casas entaipadas e abandonadas no bairro de S. João de Deus.

128

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Figura 97. Bairros onde foi realojada a população do bairro de S. João de Deus. **130**

Alves, S. (2010). *O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas em risco na cidade do Porto*. Tese de doutoramento em sociologia. Lisboa: ISCTE IUL - Instituto Universitário de Lisboa.

Figura 98. Planta de implantação dos novos blocos de habitação. **132**

231

Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

Figura 99. Planta do T1 dos blocos de habitação nova (escala 1:200). **132**

Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

Figura 100. Planta do piso 0 de uma habitação T1 reabilitada (escala 1:200).

132

Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

Figura 101. Novos blocos de habitação, 2017. **132**

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Figura 102. Requalificação das habitações unifamiliares, 2017. **132**

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Figura 103. Alojamento temporário dos habitantes do bairro de S. João de Deus, 2017. **134**

Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.

Fig. 104. Bairro do Cerco do Porto. **134**

Garrido, N. (2016). O Bairro do Cerco vai receber o Presidente. *Público*, 10 de Março de 2016. Disponível em <http://www.publico.pt/multimedia/fotogaleria/bairro-do-cerco-359055#/0>. Recuperado a 29 de Junho de 2017.

Figura 105. Planta de localização do bairro do Aleixo. **183**

CMP (1969). *Grupo de Moradias Populares do Aleixo: topográficas*. Documento do arquivo histórico. Identificador nº 641328.

Figura 106. Planta de implantação do bairro do Aleixo. **138**

Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

Figura 107. Plano Diretor da Cidade do Porto. Zonamento proposto por Robert Auzelle em 1962. **140**

Porto. (s.d.). Plano Diretor da Cidade do Porto, 1962. *Porto.*. Disponível em http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-diretor-da-cidade-do-porto-1962. Recuperado a 20 de Junho de 2017.

Figura 108. Alçados nascente e poente. **140**

Alçados gentilmente cedidos pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

Figura 109. Plataforma projetada pelo Arquiteto Manuel Teles em corte. **142**

Corte gentilmente cedido pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

Figura 110. Plataforma projetada pelo Arquiteto Manuel Teles em planta.

142

Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

Figura 111. Vista panorâmica do bairro do Aleixo. **144**

<https://ruasdoporto.blogspot.pt/2011/11/torres-do-aleixo.html>. Recuperado a 29 de Junho de 2016.

Figura 112. Tipologias. **144**

Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

Figura 113. Corte da torre C. **144**

Corte gentilmente cedido pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

- Figura 114.** Caixa de escadas. **144**
Quelhas, M. (2013). *Circunstância, Desenho e Apropriação - o caso do Aleixo*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto: Universidade do Porto.
- Figuras 115 e 116.** Caixa de escadas e elevador. **144**
<https://www.nelsondaireis.pt/bicicleta-fotografia-de-cena-da-rodagem-e-outras-no-bairro-do-aleixo/>. Recuperado a 30 de Junho de 2016.
- Figura 117.** Planta tipo. **146**
Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquitecta Joana Restivo.
- Figuras 118 a 122.** Apropriação das galerias. **146**
Quelhas, M. (2013). *Circunstância, Desenho e Apropriação - o caso do Aleixo*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Porto: Universidade do Porto.
- Figuras 123.** Problemas sociais no bairro. **148**
<http://ruioliveiraphotospot.blogspot.pt/2010/11/no-coracao-do-aleixo.html>.
Recuperado a 29 de Junho de 2017.
- Figuras 124.** Degradação do bairro. **148**
<http://ruioliveiraphotospot.blogspot.pt/2010/11/no-coracao-do-aleixo.html>.
Recuperado a 29 de Junho de 2017.
- Figura 125.** Bairro do Aleixo visto da rua Carvalho Barbosa, 2017. **148**
Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.
- Figura 126.** Bairro do Aleixo visto da rua do Ouro, 2017. **148**
Fotografia da autora. Porto, 15 de Maio de 2017.
- Figura 127.** Planta de acessibilidade ao bairro do Aleixo. **148**
Elaboração própria com base nos dados recolhidos de Paiva, M. (2011). *Habitação e cidade: do São Vito em São Paulo ao Aleixo no Porto*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Porto: Universidade do Porto; e de Lima, A. S. (2007). *A metamorfose*

das torres do Aleixo. Prova Final de Licenciatura em Arquitetura. Porto: Universidade do Porto.

Figura 128. Planta da cave. **150**

Planta gentilmente cedida pelo Engenheiro José António Ferreira e pela Arquiteta Joana Restivo.

Figura 129. Degradação do bairro. **150**

<http://ruioliveiraphotospot.blogspot.pt/2010/11/no-coracao-do-aleixo.html>.

Recuperado a 30 de Junho de 2017.

Figura 130. Bairro do Aleixo sem esperança. **152**

Porto. (2016). Bairro do Aleixo já tem luz verde. *Porto.*, 26 de Janeiro de 2016. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/tbairro-do-aleixo-ja-tem-luz-verde>. Recuperado a 30 de Junho de 2017.

Figuras 131. Demolição do bairro. **152**

<http://ruioliveiraphotospot.blogspot.pt/2013/04/demolicao-da-torre-4-do-bairro-do-aleixo.html>. Recuperado a 30 de Junho de 2017. Imagem alterada para efeitos gráficos.

Figuras 132. Demolição do bairro. **152**

<http://ruioliveiraphotospot.blogspot.pt/2013/04/demolicao-da-torre-4-do-bairro-do-aleixo.html>. Recuperado a 30 de Junho de 2017. Imagem alterada para efeitos gráficos.

Figuras 133. Bairro demolido. **152**

Pimenta, P. (2013). Implosão no Aleixo: antes, durante e depois. *Público*, 12 de Abril de 2013. Disponível em <http://www.publico.pt/multimedia/fotogaleria/o-dia-em-que-a-torre-4-veio-abaixo-318809#/0>. Recuperado a 30 de Junho de 2017. Imagem alterada para efeitos gráficos.

Figuras 134. Bairro demolido. **152**

Pestana, M. e Moreira, P. (2014). Aleixo sempre. *Jornal dos Arquitetos*, n^o 249, 282-297.

Figura 135. Rua Mouzinho da Silveira. **154**

https://pt.wikipedia.org/wiki/Rua_de_Mouzinho_da_Silveira. Recuperado a 1 de Julho de 2017.

Figura 136. Edifício a reabilitar na rua das Musas. **154**

<http://visualstreetperformance.blogspot.pt/2010/04/como-chegar-fabrica-social.html>. Recuperado a 1 de Julho de 2017.

Figura 137. Bairro do Leal. **154**

Porto. (2016). Câmara do Porto aprovou hoje expropriação de terrenos para reabilitar Bairro do Leal. *Porto.*, 3 de Maio de 2016. Disponível em <http://www.porto.pt/noticias/camara-do-porto-aprovou-hoje-expropriacao-de-terrenos-para-reabilitar-bairro-do-leal>. Recuperado a 1 de Julho de 2017.

Figura 138. Projeto para o bairro das Eirinhas. **154**

Domus Social (2016). Solução para o Bairro do Aleixo resolve problemas das Eirinhas. *Domus Social*, 15 de Maio de 2016. Disponível em <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/solucao-para-o-bairro-do-aleixo-resolve-problemas-das-eirinhas>. Recuperado a 2 de Julho de 2017.

Figura 139. Travessa dos Salgueiros **154**

Imagem recuperada a 2 de Julho de 2017, do Google Maps.

Figura 140. Edifício a reabilitar na avenida Fernão de Magalhães. **154**

<http://www.minimalinea.pt/pt/projectos/reabilitacao-de-um-edificio-na-avenida-fernao-de-magalhaes#/photos/413/1>. Recuperado a 2 de Julho de 2017.

Figura 141. Vista privilegiada das habitações do Aleixo. **154**

<https://www.flickr.com/photos/cfpinto73/8313140469>. Recuperado a 2 de Julho de 2017.

